



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Fernanda Denise Satler

Polarização política: sentidos produzidos por psicólogos que atuam no campo da saúde mental

Florianópolis
2023

Fernanda Denise Satler

Polarização política: sentidos produzidos por psicólogos que atuam no campo da saúde mental

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Saúde Mental Coletiva.

Orientador: Profº Dr. Walter Ferreira de Oliveira

Florianópolis
2023

Satler, Fernanda Denise

Polarização política: sentidos produzidos por psicólogos que atuam no campo da saúde mental /Fernanda Denise Satler ; orientador, Walter Ferreira de Oliveira, 2023.

135 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Saúde Coletiva. 2. Dissidência Política. 3. Saúde Mental. 4. Psicologia Social. I. Oliveira, Walter Ferreira de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. III. Título.

Fernanda Denise Satler

Polarização política: sentidos produzidos por psicólogos que atuam no campo da saúde mental

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de novembro de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Douglas Francisco Kovaleski, Dr. Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Mauro Serapioni, Dr. Universidade de Coimbra/Portugal

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Saúde Coletiva.

Profa. Ana Luiza De Lima Curi Hallal, Dra. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva

Prof. Walter Ferreira de Oliveira, Dr. Orientador

Florianópolis, 2023.

RESUMO

O cenário político brasileiro tem passado na última década por uma intensa polarização assimétrica, com a radicalização ideológica da direita, seguido de um perceptível antagonismo no campo afetivo. Assim, as repercussões do fenômeno vêm acompanhadas, além de uma crise política sem precedentes na democracia brasileira desde a redemocratização, de um processo de rupturas sociais, especialmente nos âmbitos familiar e comunitário, nas relações de amizade, produzindo sofrimento e impactando na saúde mental de uma coletividade. Esta pesquisa teve por objetivo refletir sobre as repercussões psicossociais do cenário de radicalização da polarização política. Desta forma, inicialmente identificou-se os marcadores históricos que contribuíram na radicalização da polarização política na história recente do Brasil para, em seguida, discutir a crise nas democracias liberais no âmbito macropolítico, cujo giro às posições mais extremistas e radicais constituem-se de um intenso antagonismo pautado no ódio e calcado na noção do inimigo comum a ser oprimido. Posteriormente, apresentou-se perspectivas do campo das ciências humanas, com ênfase à Psicologia Social, a fim de situar o fenômeno na interface com a saúde mental. Em seguida, apresentamos o resultado de 09 entrevistas em profundidade com psicólogas(os) que atuam no campo da saúde mental, a partir do referencial teórico do construcionismo social, sobre o contexto de polarização política e seus efeitos na clínica, cujos sentidos produzidos foram analisados a partir de 4 categorias, assim nominadas: 1) Sentidos no trabalho; 2) Sentidos em si; 3) Escutas do outro; 4) Olhares para o futuro. Concluiu-se que o fenômeno atravessou de maneiras distintas, em alguns casos; e semelhantes, em outros, o cotidiano profissional e pessoal dos participantes da pesquisa. Contudo, seus efeitos foram evidenciados concretamente no fazer em saúde mental, seja no sentido das relações profissionais/institucionais, seja pelos atravessamentos pessoais ou pela escuta clínica das pessoas que estes psicólogos atenderam, seja enquanto perspectiva de futuro. Entretanto, houve uma unanimidade construída no diálogo com os participantes da pesquisa: de que a fratura no tecido social, provocada pela polarização da extrema-direita no Brasil, além de produzir sofrimento, violência política e rompimentos afetivos significantes, exigirá dos profissionais e pesquisadores do campo da saúde mental o compromisso ético-político para encontrar caminhos possíveis ao enfrentamento de suas repercussões na saúde e na convivência social e comunitária.

Palavras-chave: dissidência política, saúde mental, psicologia social

ABSTRACT

The Brazilian political scenario has undergone intense asymmetrical polarization over the last decade, with the ideological radicalization of the right, followed by a noticeable antagonism in the emotional field. Thus, the repercussions of the phenomenon are accompanied, besides an unprecedented political crisis in Brazilian democracy since the redemocratization process, by a process of social ruptures, especially in family and community settings, in friendships, producing suffering and impacting the mental health of a collective. This research aimed to reflect on the psychosocial repercussions of the scenario of political polarization radicalization. In this way, initially, historical markers that contributed to the radicalization of political polarization in Brazil's recent history were identified, followed by a discussion of the crisis in liberal democracies in the macropolitical sphere, whose turn to more extremist and radical positions constitute an intense antagonism based on hatred and rooted in the notion of a common enemy to be oppressed. Subsequently, perspectives from the field of human sciences, with emphasis on Social Psychology, were presented in order to situate the phenomenon at the interface with mental health. Next, we present the results of 09 in-depth interviews with psychologists working in the field of mental health, based on the theoretical framework of social constructionism, about the context of political polarization and its effects on clinical practice, whose meanings produced were analyzed based on 4 categories, thus named: 1) Meanings at work; 2) Meanings in themselves; 3) Listening to the other; 4) Outlooks for the future. It was concluded that the phenomenon crossed the daily professional and personal lives of the research participants in distinct ways in some cases, and in similar ways in others. However, its effects were concretely evidenced in mental health practice, whether in the sense of professional/institutional relationships, through personal involvements, or through clinical listening to the people these psychologists attended to, as well as in terms of future perspective. However, there was unanimity built in dialogue with the research participants: that the fracture in social fabric, caused by the extreme right-wing polarization in Brazil, will not only produce suffering, political violence, and significant emotional ruptures, but will also require professionals and researchers in the field of mental health the ethical-political commitment to find possible paths to address its repercussions on health and on social and community coexistence.

Keywords: political dissent, mental health, social psychology.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	07
1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA	10
2 OBJETIVOS	13
2.1 OBJETIVO GERAL.....	13
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	13
3 REFERENCIAL TEÓRICO	14
3.1 RETRATOS DE UM BRASIL PARTIDO: OS ESCOMBROS DAS JORNADAS DE JUNHO NAS <i>MULATAS</i> DE DI CAVALCANTI	14
3.2 A CRISE NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS E A APOSTA NA POLARIZAÇÃO EXTREMA COMO ARMA POLÍTICA	22
3.3 POLARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL	34
3.4 SAÚDE MENTAL E POLARIZAÇÃO POLÍTICA	39
4 METODOLOGIA	51
4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA	51
4.2 DELINEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	54
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	55
4.4 INSTRUMENTOS.....	56
4.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	57
4.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	58
5 RESULTADOS	60
5.1 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	60
5.2 A EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS E DOS AFETOS.....	64
5.2.1 Sentidos no trabalho: precarização, conflitos, medo de retaliação	65
5.2.2 Sentidos em si: relatos pessoais de vínculos fraturados	72
5.2.3 Escutas do outro: quando a polarização repercute na clínica em saúde mental, emerge afetos, provoca rupturas e produz sofrimento	78
5.2.4 Olhares para o futuro: os desafios de juntar os cacos de um país partido	92
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	104
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	113
APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO	116
APÊNDICE C – ARTIGO	117

APRESENTAÇÃO

Maria Bethânia, em uma entrevista ao Portal *El País*, comparou seu álbum *Brasileirinho* de 2003 com *Noturno* de 2021, para se referir ao Brasil daquele e deste tempo. Concluiu que a pátria de sussurranas, Heitor Villa-Lobos e cigarros de palha representada em sua música pela beleza profunda e luminosa não é o mesmo país que a inspira nesse novo disco. Sua música não ignora seu chão, seu tempo, esclarece. Nosso país, diz a cantora, “*está adormecido, apavorado, acuado, doente e triste. Não gosto mais de falar do Brasil. Tenho vontade de chorar*”¹.

Acolho-me desta referência porque ela demarca o recorte temporal da acadêmica de graduação em Psicologia que fui, no país de *Brasileirinho*, para a profissional e pesquisadora que me tornei, à época do lançamento do álbum *Noturno*. A citação de Bethânia simboliza um tanto desta jornada: o lugar da arte, para ela, é o mesmo que o da Psicologia, para mim. No meu ofício, não posso ignorar que o chão e o tempo em que se produzem novas demandas à Psicologia são os mesmos chão e tempo em que ela é produzida e se legitima.

O sujeito e sua relação com a sociedade sempre se constituiu como objeto central de minhas reflexões e de minha trajetória como psicóloga social, o que me exigiu um constante alinhamento da minha práxis ao compromisso social, de caráter crítico e político. Então minha construção enquanto pesquisadora não poderia seguir caminhos indiferentes.

Assim, um fenômeno observado deste 2016, no contexto do impedimento da então Presidenta Dilma Rousseff; e que se impôs especialmente durante o período eleitoral de 2018 e 2022, não passou despercebido no meu cotidiano profissional, qual seja, as repercussões e desdobramentos da polarização política na vida das pessoas. Considerada até então tolerável e mobilizadora de diálogos fundamentais ao processo democrático, os efeitos da polarização concretizaram-se em sérios conflitos nas relações interpessoais e na convivência social, intensificaram nossas diferenças e indiferenças em relação ao outro (agora inimigo), amplificaram nosso medo, nosso ódio e nossa desesperança. Utilizada como justificativa para difusão de discursos de ódio e toda ordem de preconceitos, acompanhamos sua materialização em

¹ A entrevista com a artista está disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-12/bethania-nao-gosto-mais-de-falar-do-brasil-tenho-vontade-de-chorar.html>. Acesso em 13.01.2022.

comportamentos violentos, assassinatos simbólicos e reais e, em seu auge, na tentativa de golpe de Estado logo após a posse de Lula, em 08 de janeiro de 2023.

Todo o percurso da pesquisa e a tentativa de compreensão do fenômeno ficou ainda mais desafiante diante dos acontecimentos recentes que o percorreram, e a aposta na relevância deste estudo, mais evidente. Por conseguinte, o meu compromisso com a pesquisa requereu esforços para atualizá-la, refleti-la e, em determinados momentos, ressignificar não só meu constante (re)fazer enquanto pesquisadora, mas fundamentalmente como pessoa e como cidadã deste mundo que nos atravessa e nos constitui sujeitos da democracia.

A referência à Betânia me fez lembrar do diagnóstico, proposto pelo psicanalista Fernando Tenório, em uma postagem nas redes sociais, destacada pela jornalista Elaine Brum no Portal *El País*, em 2019. Disse Tenório a respeito de um homem que atendeu em seu consultório: *“Tem sintomas de esgotamento que descambam para ansiedade. Qual o diagnóstico para isso? Brasil. Adoeceu de Brasil (...). Adoecer de Brasil é a mais prevalente das doenças”*².

O rompimento nas relações provocado por dissidência política acabou por tornar as pessoas mais suscetíveis ao adoecimento mental e com menos apoios para lidar com este sofrimento. Esse fenômeno atingiu fortemente as relações afetivas que então considerávamos incondicionais, como laços familiares, de amizade, de comunidade, laços estes com os quais se contavam para enfrentar a aspereza da vida. O que testemunhamos foi uma inversão: a política, que habitualmente se localizava como algo do campo público, invadiu o campo privado, passando a ser um fator íntimo, um fator primeiro de identificação e, notadamente no período de eleições, que costumava ser um acontecimento pontual da esfera pública, tornou-se algo fundamental na esfera privada, acentuando ainda mais os quadros depressivos e persecutórios, aumentando ansiedade e angústia, corroendo a saúde.

Ao fazer a relação entre os efeitos da polarização na produção de sofrimento mental, faço um olhar para a saúde mental coletiva, e sob esta lente, diria que sofremos, portanto, mais como cidadãos e não tanto como sujeitos individuais. Os efeitos da polarização nos deixaram vulneráveis, agredidos que fomos pelo bombardeio cotidiano de um governo que se comportou tão perversamente contra as

² O texto está disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html. Acesso em 01-08.2023.

instituições do Estado de direito e agiu acintosamente na criação do inimigo comum. A convivência diária com as pavorosas notícias somadas à agitação desgastante da discussão política nas redes sociais não só aumentou nosso estranhamento com este outro, agora revelado, mas produziu fraturas sociais que dificilmente serão restauradas a curto e médio prazo.

No emaranhado dos lugares que ocupamos, compartilho um dos casos marcantes que persiste em minha memória e que, certamente, fortaleceu meu interesse pela pesquisa neste tema. Era 2018, cenário de campanha eleitoral presidencial, que uma estudante da Universidade em que trabalho, negra, lésbica e ativista, me chegou em estado de mutismo, visivelmente deprimida e com medo, muito medo. Alguns dias antes, havia sofrido uma violência por um grupo de estudantes da mesma Universidade, que a agrediram verbalmente e a ameaçaram fisicamente, caso não pronunciasse, em alto e bom som, uma única palavra: o nome do candidato ao qual, ironicamente, demos a alcunha de “inominável”. A estudante ficou dias sem conseguir falar e a experiência traumática agravou fortemente seu estado de saúde mental.

Evidenciar este sofrimento nas queixas trazidas pelos sujeitos do meu cotidiano profissional me impôs um desafio para ressignificar esta experiência, como psicóloga e como cidadã, repito. Já como pesquisadora, este mesmo desafio foi o que me motivou à dedicação ao estudo que aqui apresento, e que, sem dúvida, encontrou importante abrigo no Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

A política brasileira tem passado na última década por um intenso cenário polarizado, é fato. Mais recentemente, as eleições de 2018 e 2022 ficaram marcadas por uma campanha eleitoral com forte carga afetiva, em que a polarização política exerceu influência significativa nas redes sociais e pessoais. Desde então, sentimos as repercussões deste cenário no âmbito familiar, nas relações de amizade, no comportamento dos brasileiros. Acompanhamos estarecidos casos de violência, tentativa de golpe de Estado, homicídios motivados por posições políticas extremistas, uso da fé com interesse político, negacionismo científico no cenário da pandemia, perseguição de Universidades e Institutos de Pesquisa, desmonte das políticas públicas e constantes ataques às instituições do Estado de direito. O ódio adquiriu uma centralidade, especialmente na conjuntura que emergiu com a eleição de Jair Bolsonaro.

As repercussões do fenômeno foram percebidas por diferentes profissionais do campo da saúde mental, que acompanharam um processo de sofrimento mental sem precedentes recentes, oriundo da instabilidade, da escalada da violência na cena urbana brasileira e das rupturas na sociedade. Angústia, medo, tristeza, raiva e insegurança foram alguns dos sentimentos mobilizados, mais precisamente no contexto das últimas disputas eleitorais para o governo federal. Das conversas do café da manhã ou daquelas do boteco entre amigos, a polarização também chegou aos serviços de saúde/saúde mental e se configurou em demandas de escuta e acolhimento.

No campo da psicologia social, a polarização pode ser compreendida como um processo pelo qual uma oposição radical entre estes dois polos se estende na sociedade, dividindo-a entre “nós, os bons” e “eles, os maus”. O outro passa a ser identificado como inimigo, produzindo alteridades absolutas, extremas e não reconhecidas como dignas de nosso respeito (Arruda, 2021). Em sua dimensão social, a polarização interfere nos campos relacionais – como as famílias, escolas, igrejas e comunidades. Tal fenômeno constrói identidades sociais antagônicas e mutuamente excludentes, gerando impactos psicossociais. A classificação do outro como inimigo torna-se uma necessidade para orientar o próprio comportamento e pode resultar na estruturação da mente em termos dicotômicos, limitando a criatividade para a resolução de conflitos e convergindo para comportamentos violentos e relações

sociais alienantes que negam o caráter humano do “inimigo”. Nesse sentido, “a afirmação da própria personalidade é afetada pela desumanização do outro, frente ao qual, dialeticamente, ela se constrói” (Martín-Baró, 1988, 2017, p. 329).

Os conflitos provocados pela polarização não emergem apenas no espaço político, tampouco são exercidos apenas por ativistas. Para além de dificultarem o diálogo e o consenso, eles têm sido utilizados como pretexto para a escalada da intolerância e da violência, como verificamos durante as eleições presidenciais de 2018, e cujos efeitos danosos se multiplicaram em 2022.

O campo da política mobiliza afetos primitivos, como o ódio, o ressentimento e a sensação de insegurança, mecanismos cognitivos e afetivos dos sujeitos (Safatle, 2021). Tendo o ódio adquirido essa nova centralidade na última década, especialmente mais recentemente na conjuntura que despontou Bolsonaro enquanto liderança da extrema direita; o extremismo e a polarização vêm se desdobrando em muitas e atualizadas práticas, nas formas de ser dos atores sociais e de seus valores, bem como na construção de seus inimigos comuns, através do uso de instrumentos produtores de categorias sociais rígidas e estereotipadas, causando prejuízos significativos na convivência social.

Importante enfatizar que a polarização tem sido bastante discutida no Brasil, por uma diversidade de veículos de informação e opinião, ganhando destaque na grande mídia e não raras vezes sendo tomada como pressuposto do debate político. Embora merecendo toda esta atenção, o tema continua pouco investigado no nosso país, especialmente quanto às repercussões psicossociais e consequências para a saúde mental coletiva e nas relações interpessoais. Maior parte dos estudos ainda estão concentrados nos campos da História, Ciências Sociais e Políticas, porém, a apreensão de como a polarização política atravessa nosso cotidiano, com sua difusão em diferentes espaços, somada à propagação do ódio ao diferente e a segmentarização em múltiplos grupos são fenômenos ainda pouco estudados, sendo um campo de possibilidades de pesquisa na Psicologia (Hur e Sabuceno, 2019).

Entendemos que o processo de investigação e análise das consequências da polarização política não pode ser compreendido somente através de uma única abordagem ou teoria, nem de uma única área do conhecimento. O olhar psicossocial acerca do fenômeno, nesta pesquisa, necessariamente apoiou-se em outros olhares e outras disciplinas.

Desta forma, apresentamos os objetivos da pesquisa, seguido do referencial teórico pesquisado neste estudo, que é subdividido em 4 partes: a primeira conta com um recorte histórico acerca dos recentes acontecimentos que aprofundaram a polarização no Brasil; a segunda parte introduz o conceito de polarização articulado com a conjuntura de crise das democracias liberais, frente a intensificação de posições extremistas e intolerantes que permeiam o debate político no cenário social atual. A terceira parte do referencial apresenta perspectivas da Psicologia Social que contribuem para a investigação e compreensão do fenômeno. A quarta parte, enfim, focaliza as repercussões da polarização na saúde mental, e na produção de sofrimento. No capítulo seguinte apresentamos a metodologia adotada na pesquisa, que se ancora na perspectiva construcionista social (Gergen, [1985]/(2009); Ibáñez, 1994) e se foca na descrição e compreensão dos sentidos produzidos no cotidiano (Spink, 1999), através de entrevistas semiestruturadas realizadas com 9 (nove) psicólogos(as) que atuam no campo da saúde mental, considerando o tema da polarização, suas implicações psicossociais para a produção de sofrimento e possíveis consequências na saúde mental de uma coletividade. Por fim, descrevemos os passos da análise das entrevistas, os resultados e as considerações finais, de onde também procuraremos refletir desafios e indicar estratégias para o enfrentamento da radicalização da polarização, a partir de uma perspectiva psicossocial.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- Refletir sobre repercussões psicossociais do cenário de radicalização da polarização política no Brasil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar marcadores históricos que contribuíram para a radicalização da polarização política na história recente do Brasil;
- Analisar a adequação da perspectiva do campo das ciências sociais e humanas, com ênfase na Psicologia, do fenômeno da polarização política;
- Analisar sentidos produzidos por psicólogos que atuam no campo da saúde mental sobre o contexto de polarização política e seus efeitos na clínica;
- Identificar os posicionamentos dos/as psicólogos/as diante dos desafios inerentes ao seu contexto de atuação relacionados à polarização política;
- Refletir sobre os desafios e estratégias para o enfrentamento da radicalização da polarização.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 RETRATOS DE UM BRASIL PARTIDO: OS ESCOMBROS DAS JORNADAS DE JUNHO NAS *MULATAS* DE DI CAVALCANTI.

O cenário político da última década no Brasil foi marcado por acontecimentos intensos que colaboraram para a radicalização da polarização no país. Diversos autores, de diferentes áreas de conhecimento (Nogueira, 2019; Bringel e Pleyers, 2015; Machado e Miskolci, 2019; Alonso e Mische, 2016; Miguel, 2019a; Safatle, 2018, 2022), concordam que um marco decisivo para a ascensão da extrema direita no país foram as manifestações populares de junho 2013. Estes protestos, que ficaram conhecidos como “Jornadas de Junho”, representaram um importante ponto de inflexão no campo político brasileiro.

Para Bringel (2017), pautas difusas e ambíguas levaram as pessoas às ruas naquele junho, inaugurando no país um novo ciclo político, transitado por cenários marcados por uma maior radicalização da polarização e pelo surgimento de novos atores na cena política. Um amplo espectro da sociedade mobilizou-se em torno de uma indignação difusa, portando diferentes perspectivas e reivindicações que coexistiram no mesmo espaço físico, embora com construções e horizontes muito distanciados e em disputa. Observa-se que, embora as manifestações de 2013 tenham surgido a partir de uma pauta da esquerda, iniciado pelo Movimento Passe-Livre (MPL), mobilizado contra o aumento das passagens do transporte coletivo em São Paulo (Figura 1), muito prontamente o conservadorismo tomou espaço. Naquele momento, já era possível identificar no Brasil dois polos antagônicos, com uma diversidade de situações intermediárias possíveis: um polo de um campo progressista e de defesa da democracia; e outro de um campo reacionário, marcado pelo autoritarismo, certos traços fascistas e antidemocráticos (Bringel, 2015).

Figura 1 - Manifestação em São Paulo mobilizada pelo MPL, marcando o início das “Jornadas de Junho”.



Fonte: Reprodução/redes sociais³

Alonso e Mische (2016) analisaram a ambivalência dos repertórios presentes nos protestos, cada qual com suas agendas e estilos de ativismo, dividindo-os em três campos, conforme a incidência de símbolos anarquistas, socialistas e nacionalistas. O campo *autonomista*, de movimentos neoanarquistas, privilegiou estilos de vida alternativos, identidades étnicas e de gênero. O *socialista*, de movimentos sociais, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, tinha uma agenda redistributiva. Ambos incorporavam políticas públicas. Já o campo *nacionalista* ou patriota esteve representado pelas cores verde e amarela com um significado histórico e situacional bastante particular: seus cartazes repudiavam partidos, direitos de minorias, pautavam a questão de impostos e o tema da corrupção, clamavam por segurança pública e por intervenção militar (Alonso e Mische, 2016).

De acordo com Safatle (2018), as manifestações de junho, e as que se seguiram, posicionaram o medo como afeto político central. A imagem da massa de manifestantes ateando fogo no Palácio do Itamaraty, ainda nas Jornadas de junho e pouco depois de terem sido impedidos pela polícia de fazer o mesmo no Palácio do Planalto foi paradigmática: não houve antes na história recente do Brasil, sustenta o

³ Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2015/01/16/nas-ruas-por-direitos-uma-analise-das-jornadas-de-junho-de-2013/> Acesso em 10 de set. de 2023.

autor, a expressão mais evidente da desidentificação entre a população e as instâncias da ordem estatal (Safatle, 2022).

Figura 2 - Manifestantes no Palácio do Planalto em 17 de junho de 2013.



Fonte: Reprodução/redes sociais⁴

Horta e Nogueira (2023), na mesma linha, analisando os eventos de junho uma década depois, concordam que havia uma série de manifestações diferentes que ocuparam os mesmos espaços ao mesmo tempo, não havendo, portanto, uma mesma manifestação, horizontal, apartidária, plural, espontânea, mas efetivamente de manifestações diferentes em suas pautas, composições sociais, objetivos e resultados e que ocuparam o mesmo tempo, muitas vezes sem se dialogar.

A cacofonia das pautas, das reivindicações individuais e das estratégias tornaram os movimentos imiscíveis e precipitaram uns contra os outros. A primeira grande disputa se deu entre os formuladores originais dos protestos e os diversos grupos que buscavam protagonismo. No dia 21 de junho, o MPL (Movimento Passe Livre) declarou que não convocaria mais manifestações, e denunciou já a questão de “episódios isolados e lamentáveis de violência contra a participação de diversos grupos [partidários]”. Esta característica fascista de mobilização cujo sentido é a criminalização da política seria não

⁴ Disponível em:

https://www.grafiasdejunho.org/principal/foto/2929?busca&esconderVazias=true&page=12&per_page=21&sortBy&sortOrder=asc&total=0 Acesso em 10 de set. de 2023.

apenas a marca do movimento até o seu final, como também daria porta aberta mais tarde para o crescimento da figura de Jair Bolsonaro (Horta e Nogueira, 2023, p. 30).

Figura 3 - Manifestantes em Recife, em 20 de junho de 2013.



Fonte: Reprodução redes sociais⁵

Também foi no contexto das Jornadas de Junho que se inaugurou no Brasil uma dinâmica de polarização nas redes e nas ruas, com o uso massivo das plataformas virtuais como principal meio para articular e mobilizar a população, produzindo um círculo de movimentos dependentes do mundo digital, que passariam a ser recorrentes em vários lugares no mundo (Horta e Nogueira, 2023), afetando as comunicações que antes eram mediadas pelas pessoas em diferentes contextos, unificando-as de forma a acentuar e sustentar oposições binárias e a formação de consensos polarizados (Machado e Miskolci, 2019).

A aposta na polarização política exercida através das redes sociais marcou a vida política brasileira desde as Jornadas de Junho de 2013, fortalecendo a aliança de grupos políticos de extrema-direita forjada a partir dali. Foi nesse contexto que

[...] o "político" deixou de ser substantivo e passou a ser um adjetivo usado negativamente para desqualificar pessoas, ideias, análises". Paralelamente a isso, foi emergindo um vocabulário que rechaça a ideia de liderança, prioriza a ação direta (até violenta) em detrimento das formas de diálogo e da negociação política. Observa-se nesse ponto, a extrapolação para a vida

⁵ Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/reportagens/junho-de-2013-ha-uma-decada-milhoes-nas-ruas-faziam-a-revolta-dos-cartazes-500261/> Acesso em 10 de set. de 2023.

cotidiana *off-line* de um acirramento das posições que parece espelhar o fenômeno das bolhas de opinião das redes sociais. Desde então, tais bolhas e as manifestações divergentes nas ruas passaram a se retroalimentar e se digladiar (Machado e Miskolci, 2019, p. 955-956).

Foi na esteira deste legado das Jornadas de Junho de 2013, nos primeiros meses de 2015, que as manifestações e protestos contra o governo Dilma Rousseff começaram a se apresentar. Gradualmente, grupos descontentes com os 12 anos de governo petista e com os escândalos de corrupção se estruturaram em torno da demanda do *impeachment* passaram a tomar fortemente as ruas e as redes uma mobilização conservadora, se adensando e atraindo seguidores com outras pautas, incluindo algumas comportamentalmente autoritárias e economicamente neoliberais:

Neste cenário, grupos como o MBL utilizaram um discurso populista de direita com grandes significantes aglutinadores como *antipetismo* e *corrupção* para comunicar e mobilizar grandes segmentos da população, moralizando ainda mais o debate em torno do tema da corrupção e potencializando pautas conservadoras. Uma direita brasileira liberal, a favor de reformas econômicas e sociais de corte neoliberal que, em vez de colocar no centro da agenda a pauta sobre as medidas econômicas liberais, utiliza as estratégias do populismo, a moralização da política e a exaltação do Poder Judiciário que, em nome da luta contra a corrupção, deve «limpar o Brasil», para convocar a população às ruas. A justiça penal do espetáculo da Lava Jato, que transforma a luta contra a corrupção num elemento de judicialização da política, serve a estes grupos para alimentar e fortalecer um populismo inicialmente antipetista e posteriormente antipolítico, que enfraquece a democracia brasileira e a coloca em risco (Gallego, 2018).

Assim, o uso político-midiático da Operação Lava-Jato permitiu que estes grupos de interesse organizados primária e/ou predominantemente por meio das redes sociais se associassem à grande imprensa, massificando ainda mais as manifestações pelo Brasil, o que abriu caminho para a destituição de Dilma Rousseff e culminou na troca de governo em maio de 2016 (Machado e Miskolci, 2019). Tal acontecimento serviu de fratura à ordem democrática no país e seu *impeachment* foi batizado de golpe midiático-político-jurídico, haja vista o financiamento pela elite econômica brasileira, a participação conjunta de diversas instâncias envolvidas – parlamentares de oposição, judiciário e corporações da classe empresarial e a grande imprensa no país (Mota e Forte, 2023). Um ingrediente a mais que deve ser mencionado foi a contestação das eleições de 2014 pelo candidato derrotado, Aécio Neves do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que questionou os resultados apurados na justiça eleitoral, ainda que sem êxito, mas já sinalizando a

resistência contra a continuidade do Partido dos Trabalhadores (PT) na condução do país.

Figura 4 - Grupos contra e a favor do impeachment de Dilma Rousseff, separados por cercas em manifestação na Esplanada dos Ministérios, em 17 de abril de 2016, dia da votação na Câmara.



Fonte: Juca Varella/Agência Brasil⁶

Os acontecimentos políticos que se seguiram ao impedimento de Dilma em 2016 fraturaram ainda mais nossa democracia: o afastamento Lula da candidatura às eleições de 2018, uma vez que ele foi condenado em processos judiciais e preso por 580 dias em abril daquele mesmo ano, e que, na origem, foram presididos pelo então juiz da Lava-Jato Sérgio Moro. Todo este contexto estimulou não só o antipetismo em torno da polarização política, como possibilitou a reinvenção das direitas no Brasil, que passaram a surfar em uma onda ainda mais conservadora e radical.

Miguel (2018) apresenta três eixos da extrema-direita brasileira: o libertarianismo, que sacraliza o mercado como regulador máximo das relações social; o fundamentalismo religioso que, em nome de Deus e da verdade absoluta revelada, anula toda a possibilidade de debate; e a reciclagem do “anticomunismo”, sendo o PT

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/2018/08/13/a-cura-para-a-polarizacao-politica.ghtml> Acesso em 10 de set. de 2023.

apresentado como a reencarnação do comunismo no Brasil, apesar de suas práticas moderadas enquanto esteve no governo. Para o autor, esse reenquadramento da direita no Brasil se deu

[...] graças à visibilidade que obteve, fruto tanto de uma utilização competente das novas ferramentas tecnológicas quanto pelo espaço concedido nos meios de comunicação tradicionais, a direita extremada, em suas diferentes vertentes, contribuiu para redefinir os termos do debate público no Brasil, destruindo consensos que pareciam assentados desde o final da ditadura militar. Ainda que aparecessem vozes dissidentes e que os compromissos muitas vezes fossem apenas de fachada, o discurso político aceitável incluía a democracia, o respeito aos direitos humanos e o combate à desigualdade social. De maneira mais geral, a partir da Constituição de 1988, a disputa política no Brasil ocorria num terreno demarcado pelo discurso dos direitos, que se tornara amplamente hegemônico. A mobilização da direita rompeu com isso (Miguel, 2018, p. 23).

Desde então, a polarização radicalizada entre o petismo e a extrema direita ficou evidente, especialmente em meio às campanhas eleitorais que se sucederam. A eleição de 2018, nesse sentido, foi disruptiva, marcando o fim do ciclo PT-PSDB do presidencialismo de coalizão da Terceira República, que organizara governo e oposição desde 1994. Segundo Safatle (2022), até as jornadas de junho, a adesão a figuras como Bolsonaro, ao culto da ditadura militar e ao discurso abertamente violento era residual. Após 2013, a incorporação descomplexada de discursos profascistas arrebatou uma parcela da população brasileira, para qual as latências de uma insurgência popular deram espaço a um sujeito reativo. Este, longe de ser um sujeito de transformações, acabou por demandar uma ordem ainda mais brutal, de onde emergiu Bolsonaro (Safatle, 2022).

Para Abranches (2020), Bolsonaro foi mais um “governante incidental”. Nutrindo o ódio à política e aos políticos, chegou ao poder pelas eleições de 2018 como de improviso, pois soubera capitalizar frustrações generalizadas em favor de sua ascensão política. Contudo, ficou demonstrado que o bolsonarismo é muito mais profundo e muito mais estruturante da sociedade brasileira, haja vista seu desempenho nas eleições de 2022, considerada a mais polarizada das que a antecederam, mesmo após seu governo desastroso. Solano (2023) sustenta que, durante muito tempo, o campo da esquerda entendeu o bolsonarismo como a síntese da negação: antissistema, antipolítica, antiesquerda, antipetista. Mas o bolsonarismo não se limita a isso, pois também representa uma forma de entender o mundo: o valor da ordem, o fundamentalismo religioso, a rejeição à pauta identitária, o valor de toda

uma lógica do patriarcado branco masculino de classe, e o elemento do ódio como elemento fundante da política (Solano, 2023).

Com o retorno de Lula à cena política, após o julgamento da suspeição do ex-juiz Moro pelo Supremo Tribunal Federal, concluído em meados de 2021, chegamos a 2022 com as eleições gerais mais violentas e polarizadas desde a redemocratização. A pouca visibilidade do centro, ou do que a grande mídia convencionou chamar *terceira via* como alternativa ao petismo e ao bolsonarismo teve uma votação pífia; e a vitória de Lula em segundo turno por uma diferença de apenas dois milhões de votos mostra um país fraturado, depois de uma campanha política circunscrita em torno de uma pauta moral (temas como a descriminalização das drogas, o aborto, por exemplo, foram centrais na campanha), com forte apelo religioso e a preponderância do ativismo via redes sociais virtuais, o que potencializou a disseminação em massa de notícias falsas, discursos de ódio e ataques contra as instituições democráticas.

Todo este caldo produziu as condições para as cenas horrorosas que acompanhamos logo após às eleições. Num primeiro momento, bolsonaristas se voltaram violentamente contra seus cidadãos, bloqueando estradas em todo o Brasil no dia seguinte ao resultado das urnas, sob o argumento da suspeição da inviolabilidade das urnas eletrônicas, que foram fortemente atacadas pelo governo Bolsonaro e seus apoiadores. Posteriormente, acompanhamos incrédulos as manifestações golpistas na frente dos quartéis, pedindo intervenção militar, apelando ordem às Forças Armadas frente ao caos que o próprio bolsonarismo cínica e deliberadamente provocou; até chegarmos à tentativa frustrada de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, em que a imprensa logo alcunhou de *Capitólio à brasileira*, em alusão à tentativa de golpe nos Estados Unidos, após a vitória eleitoral de Biden sobre Trump, embora a magnitude dos danos materiais foram muito maiores no Brasil, inclusive porque três prédios da Praça dos Três Poderes foram atacados com força brutal pelos manifestantes. Contudo, o desprezo compartilhado pelas instituições democráticas e pelas convenções mais básicas de uma democracia civilizada, como a aceitação de derrotas eleitorais e o não recurso à violência é o que aludiu ao *trumpismo* e lá o bolsonarismo daqui.

O contexto político conturbado destes últimos dez anos que balizou a ascensão dos movimentos de direita e radicalizou a polarização política no Brasil teve seu marco nas jornadas de junho de 2013, e em seus escombros encontraremos

também o sangue de *As mulatas*, de Di Cavalcanti, tingindo o Palácio do Planalto naquele 08 de janeiro de 2023.

Figura 5 - *As mulatas*, de Di Cavalcanti, vandalizada a facadas nos atos golpistas de 08 de janeiro de 2023.



Fonte: reprodução/redes sociais⁷

3.2 A CRISE NAS DEMOCRACIAS LIBERAIS E A APOSTA NA POLARIZAÇÃO EXTREMA COMO ARMA POLÍTICA

Talvez umas das palavras que mais ouvimos ao longo destes últimos tempos foi “polarização”. Da boca de analistas políticos, jornalistas, intelectuais, representantes parlamentares, partidos políticos, a palavra “polarização” foi adentrando o senso-comum, sendo transformada em pressuposto do debate político e não raras vezes o fenômeno vem sendo utilizado para justificar acontecimentos

⁷ Disponível em: <https://bahia.ba/politica/somente-tela-de-di-cavalcanti-danificada-e-avaliada-em-r-8-mi/>
Acesso em 10 set. de 2023.

traumáticos da história recente do Brasil e a causa das crises de democracias liberais pelo mundo.

Poço e Almeida (2021) alertam que o mau uso da ideia de polarização pode torná-la enganosa ou até camuflar algum oportunismo. De fato, este tema merece cuidado, atenção e pesquisa, assim como o próprio conceito precisa ser contemporizado para que se evitem simplificações a respeito de um fenômeno complexo e amplo.

A polarização, em absoluto, não é um fenômeno novo. A oposição de ideias entre grupos sociais é tão antiga quanto a humanidade: desde a Grécia Antiga (por volta de 508 A.C.), quando a democracia foi concebida como novo sistema político alternativo à tirania, ela tem sido o motivo de conflitos antagônicos entre aqueles que viam a ruína do governo da multidão e aqueles que acreditavam que o poder cabia de direito aos destinados por nascimento ou eleitos por suas competências (Rancière, 2014). Na modernidade, a histórica polarização entre esquerda e direita tem influenciado a forma de fazer política ao longo dos tempos em praticamente todos os regimes democráticos modernos, estando, em Marx, intrinsecamente ligada à luta de classes (Bobbio, 1995). A esquerda e a direita, segundo este autor, são formadas por um pensamento a partir de uma díade, em que a existência de um implica, necessariamente, a existência do outro. Ambas, de fato, representam dois pólos de um espectro ideológico específico – e entre um e outro há uma grande diversidade de posições. A clássica imagem da ferradura invocada por Bobbio diferenciava a ideia que separava extremistas e moderados, pois assim como na ferradura, cuja curvatura leva as pontas a se juntarem, no espectro ideológico os extremos se tocam. Na comparação de Bobbio, o ponto de convergência entre extremistas de esquerda e de direita seria a antidemocracia (Bobbio, 1995; Poço e Almeida, 2021). Dito em outros termos, conclui-se que a radicalização da polarização entre estes dois polos é antidemocrática.

A noção de democracia, e mais especificamente de democracia liberal define esse sistema a partir de algumas características: Estado constitucional, eleições diretas, liberdade de expressão, de imprensa e de associação e ausência de autoridades tutelares não eleitas (como por exemplo militares, monarquias e grupos religiosos). O cientista político Robert Dahl *apud* Mounk (2019), acrescenta ainda a proteção dos direitos liberais à própria definição de democracia.

Percorrendo o conceito de democracia, o sociólogo Mounk, na obra “O povo contra a democracia” publicada no Brasil em 2019, propõe uma definição que, para ele, melhor captura a promessa original da democracia enquanto governo pelo povo através de seus representantes eleitos. A seu ver:

- A *democracia* é um conjunto de instituições eleitorais com poder de lei que traduz as opiniões do povo em políticas públicas.

- As instituições liberais efetivamente protegem o Estado de direito e garantem os direitos individuais - como a liberdade de expressão, de religião e de associação, para todos os cidadãos (incluindo minorias étnicas e religiosas),

- A *democracia liberal* é simplesmente um sistema político ao mesmo tempo liberal e democrático - um sistema que tanto protege os direitos individuais como traduz a opinião popular em políticas públicas (Mounk, 2019, p. 44).

Tal definição, de acordo com o autor, permitiu-lhe concluir que a democracia liberal, que mistura direitos individuais e soberania popular e que há muito tempo caracteriza a maioria dos governos na América e na Europa ocidental, está em processo de desintegração, haja vista que as democracias liberais podem se desvirtuar de duas formas:

Democracias podem ser iliberais. Isso tende a acontecer em lugares onde a maioria opta por subordinar as instituições independentes aos caprichos do executivo ou por restringir os direitos das minorias que a desagradam. Por sua vez, regimes liberais podem ser antidemocráticos, a despeito de contarem com eleições regulares onde o sistema político favorece de tal forma a elite que as eleições raramente servem para traduzir a opinião popular em políticas públicas (Mounk, 2019, p. 45).

Mounk (2019), ao trazer o conceito de “democracias iliberais” olha para países que aderiram ao populismo autoritário de extrema direita: Trump, nos Estados Unidos, os governos de extrema-direita da Polônia e Hungria, as coligações de partidos de extremistas na Áustria e na Itália, o crescimento da Frente Nacional de Le Pen na França, o Brexit, que representou a saída do Reino Unido da União Europeia, a crise e o nacionalismo na Espanha. O que estes governos têm em comum? Além de se ocuparem com políticas que misturam conservadorismo social, nacionalismo étnico e ultraliberalismo econômico, eles comungam da mesma cartilha para destruir a liberdade de imprensa, solapar as instituições democráticas e calar a oposição, e centralizam suas forças em torno de um inimigo comum, que ora pode ser o estrangeiro, o terrorista, o comunista, o perverso. Se por um lado as democracias

liberais têm mecanismos de controle que visam impedir que um partido acumule demasiado poder; nas democracias iliberais, o projeto de poder se calca na figura de um líder populista honesto, que partilhe da opinião pura das pessoas e esteja disposto a lutar em nome delas e, alcançando os altos escalões do poder, ele precisa acabar com os obstáculos que o impeçam de cumprir a vontade do povo. E a voz do povo não deve ser abafada por direitos individuais e nem pelas instituições independentes. Justamente o que define o populismo é a reivindicação de representação exclusiva do povo, é a relutância em tolerar a oposição ou respeitar a necessidade de instituições independentes (Mounk, 2019).

Na mesma seara, em “Como as Democracias Morrem”, Levitsky e Ziblatt (2018) afirmam que, em um sistema democrático, é fundamental que os políticos aceitem a legitimidade de seus adversários. Logo, os opositores não devem ser tidos como inimigos que precisam ser eliminados do debate público; pelo contrário, o adversário político deve reconhecê-lo como representante legítimo de parte da população, ainda que o respeito mútuo envolve regras que, em muitos casos, são informais, não institucionalizadas. Os referidos autores evidenciam a importância do conceito de “reserva institucional” que nada mais é que “o ato de evitar ações que embora respeitem a letra da lei, violam claramente seu espírito” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 107). Logo, esse reconhecimento do adversário é o âmago da democracia; quando são utilizados meios legais para atacar essas regras informais, afeta-se a reserva institucional.

Assim, essas reservas funcionam como um “termômetro democrático”, que alerta sobre os perigos inerentes aos regimes autoritários. Quando as reservas institucionais estão altas, considera-se que o momento político é de estabilidade; por outro lado, quando estão baixas, evidencia-se um momento de forte tensão e radicalização, próximos de regimes autoritários, em que não há reconhecimento dos adversários e, portanto, inexistem reservas institucionais: “Políticos autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente” (Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 67). Desta forma, é notório que em contextos marcados por baixas reservas institucionais não há o reconhecimento da legitimidade dos adversários, o que aproxima a sociedade dos governos autoritários.

O contexto político ao qual atravessou o Brasil, que expusemos no parágrafo anterior, nos permite concluir que essa dita reserva institucional encontrara-se à beira

do esgotamento, a iniciar pelo questionamento do processo eleitoral de 2014 pelo candidato derrotado, pelo radicalismo das manifestações de 2015 que exigiam o impedimento da então presidenta reeleita Dilma no ano anterior, que acabou ocorrendo em 2016, pela ascensão de Bolsonaro em 2018 e, por fim, na tentativa de golpe de Estado em meados de 2023.

Levitsky e Ziblatt (2018) ainda defendem que, na atualidade, os colapsos democráticos contemporâneos têm sido protagonizados por políticos eleitos, e não mais pelas formas de governo autoritárias — como o fascismo, o comunismo ou o militarismo — já que o político com perfil autoritário buscará deslegitimar, aparelhar ou dissolver as instituições próprias da democracia, como o Legislativo e o Judiciário, mas também suas grades de proteção, como são os partidos políticos e a imprensa livre. Assim, políticos e partidários de oposição, instituições legislativas e judiciárias e a imprensa livre serão os principais alvos de um projeto de governo antidemocrático; e a polarização extrema, nesse sentido, é capaz de produzir uma crise mesmo em democracias já consolidadas, especialmente quando se estende para além das diferenças políticas e se adentra em conflitos de raça e cultura (Levitsky e Ziblatt, 2018).

Todas estas considerações dos autores supracitados nos é familiar, ainda que suas análises se detenham particularmente aos países europeus e norte-americanos. Bolsonaro demonstrou claramente suas semelhanças com Trump e Orbán, por exemplo, apostando na polarização extrema contra seus adversários e se colocando como único representante do povo, produzindo sérios riscos à nossa democracia. O que temos visto no âmbito macropolítico é um giro à posições mais extremistas e radicais, constituindo intensa polarização nos debates políticos, atravessados por discursos morais, com apelo religioso, independentistas, xenófobos, nacionalistas que vem ganhando força na opinião pública. Nesse sentido:

Apresenta-se um outro tipo de polarização, que se define em torno de posicionamentos morais, as denominadas *guerras culturais*. Dentro e fora da imprensa, todo debate político, hoje, é dominado por um discurso que coloca, em primeiro plano, temas morais como o combate à homossexualidade e o endurecimento penal e subordina as questões econômicas e sociais a essa visão de mundo punitiva. Estamos vendo no Brasil e em outros países uma expansão mundial das guerras culturais, que tomaram os Estados Unidos a partir do final dos anos 1980. A antiga polarização entre uma direita liberal, que defendia a meritocracia baseada na livre iniciativa e uma esquerda, que defendia intervenções políticas para promover a justiça social, passa a ser não substituída, mas crescentemente subordinada a um novo antagonismo

entre, de um lado, um conservadorismo punitivo e, de outro, um progressismo compreensivo (Gallego, 2018).

Empoli (2019) pesquisa a ascensão de políticos populistas pelo mundo e a relação destes com as redes sociais. De acordo com ele, políticos com perfil populista, que antes promoviam discursos que tendiam a convergir em direção ao “centro”, buscando engajar mais pessoas, hoje, com as redes sociais, o objetivo deles é o de se unir aos extremos, inflamando paixões e cultivando o ódio. Na sua pesquisa, o autor identificou um conjunto de personagens (programadores, influenciadores, políticos, entre outros) que operam como “engenheiros do caos”, usando a raiva e o ódio como fonte de energia colossal e uma ferramenta de considerável influência e poder (Empoli, 2019).

Se ao longo da história os meios de comunicação e informação contaram com diversos veículos, em especial a TV, a rádio e os jornais, para construir imagens e ideias que pretendem representar a realidade e estabelecer os campos de disputas ideológicas, no fim do século XX fomos apresentados a uma mídia muito mais poderosa: a internet, que passou a ocupar lugar privilegiado de emergência de discursos e como campo de produção de significados e de construção de saberes compartilhados. Na década de 1930, Theodor Adorno introduziu o conceito de “indústria cultural” para se referir às grandes mídias que, no desenvolvimento de seus conteúdos, objetivavam manter e consolidar valores culturais que fossem de interesse das elites, evitando a produção de material crítico ou reflexivo e priorizando um entretenimento padronizado e sistemático, com o intuito de distrair e conformar as pessoas, que não percebiam as contradições do sistema ao qual estavam submetidas (Adorno, 2002, p. 16).

Todavia, atualmente, são as plataformas virtuais e redes sociais que notoriamente ocupam este lugar de centralidade para influenciar na forma de produção de ideologias. Para Mounk (2019), o predomínio dos meios de comunicação em massa limitava a distribuição de ideias extremistas na medida em que criava um conjunto de fatos e valores compartilhados e dificultava a disseminação de notícias falsas. Com o surgimento da internet e das mídias sociais, os difusores tradicionais da informação se enfraqueceram, empoderando movimentos e políticos outrora à margem.

Nos últimos tempos, com a emergência das redes sociais, os usos políticos da web mobilizaram grandes manifestações, como os da chamada Primavera Árabe em 2010 e o Occupy Wall Street em 2011, e desempenharam papel fundamental nas manifestações de junho de 2013 no Brasil, conforme discorreremos no capítulo anterior. Nesse sentido:

Tais mobilizações apoiavam-se na facilidade de compartilhar conteúdos, na popularidade de perfis pessoais e, sobretudo, no poder dos algoritmos em atrair a atenção, agregar apoio às causas, induzindo à ação política. No Brasil, embora tenham surgido fenômenos como “rolezinhos” - jovens da periferia que marcavam grandes encontros em shopping centers - ou as marchas da maconha e das vadias, ambos organizados pelo *Facebook*, foi só em 2013, com as chamadas Jornadas de Junho, que o uso político das redes sociais comerciais alcançou impacto em toda a sociedade. Desde então, linhas de força políticas indissociáveis de seu caráter tecnológico-comunicacional marcaram a inflexão para uma nova gramática de disputas, mais conflitiva e moralista. As redes sociais e demais plataformas comerciais *online* têm gerado não apenas os já estudados fenômenos das bolhas de opinião ou a disseminação de *fake news*, mas algo mais radical e preocupante enquanto elemento central da ação política: a privatização da política e sua inserção em uma gramática moral (Machado; Miskolci, 2019, p. 950).

Assim, a aposta na polarização política exercida através das redes sociais marcou a vida política brasileira desde as Jornadas de Junho de 2013, fortalecendo a aliança de grupos políticos de extrema-direita. O antagonismo se materializa e se massifica nas redes, as quais têm servido como um dos principais suportes para difusão de discursos de ódio. A existência de boatos, desinformação e mentiras, que semearam tensão ao longo da história, agora é amplificada pela velocidade com que é transmitida para o mundo, especialmente após a popularização dos *smartphones*, barateados na década de 2010, o que explica a explosão do número de usuários da internet que, no Brasil, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tornou o acesso via celular o preponderante a partir de 2014⁸. À vista disso, a não exposição presencial favorecida pelas plataformas e redes virtuais

[...] facilita o surgimento de facetas autoritárias e a perversidade no estabelecimento e manejo de relações. Percebe-se, também, uma naturalização de comportamentos antes considerados inadmissíveis no

⁸ Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (IBGE, 2014) – Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101705> . Acesso em 19 ago. 2022.

contexto de um processo de avanço civilizatório. Neste sentido, os grupos de extrema direita passaram a fazer uso indiscriminado da mentira como elemento estruturante para sua coesão. Estas mentiras são espalhadas sistematicamente fomentando o medo e o ódio contra os oponentes, vistos essencialmente como inimigos, identificados como “o mal” e que devem, portanto, ser destruídos (Oliveira, 2022, p. i-ii).

Exemplos concretos no caso brasileiro do uso das plataformas virtuais e redes sociais para disseminar o ódio como arma política se ancoram, não raras vezes, em notícias falsas. Kits gays e mamadeiras com bico de pênis, para citarmos apenas as *fake news* mais difundidas no período eleitoral de 2018, aparentemente tiveram parcela de contribuição significativa nos resultados finais do sufrágio.

Sponholz (2020) defende que os discursos de ódio representam uma pauta específica na agenda da extrema direita, que consiste em depreciar simbolicamente grupos sistematicamente discriminados, funcionando como um “gancho” para provocar interações entre usuários, formação de redes e mobilização. Segundo a autora, os discursos de ódio modificam o significado da polarização, já que, ao excluir ou depreciar grupos por definição, eles ultrapassam a polarização e resultam em uma desintegração social, levando os alvos destes discursos a construir os seus próprios espaços sociais (Sponholz, 2020).

Esta captura dos discursos de ódio pela extrema direita acaba por incentivar o uso da violência política para resolver antagonismos. Isso ficou mais evidente entre os apoiadores de Bolsonaro, especialmente no contexto eleitoral de 2022: casos de homicídios, agressões verbais e físicas, ameaças de demissão e assédio eleitoral por parte de empregadores contra seus trabalhadores, por exemplo, foram incontestavelmente maiores entre bolsonaristas. Os resultados disso se fizeram sentir em uma pesquisa no panorama das pré-eleições de 2022, conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apontou que cerca de 70% dos brasileiros, tiveram medo de violência política⁹.

Não obstante, a ideia de polarização, que por vezes pode ensejar que ambos os pólos estejam rigorosamente iguais e agem e reagem na mesma intensidade de extremismo e de ímpeto pela eliminação do “inimigo” do lado oposto, o que temos no Brasil, como aponta Miguel (2019b), é uma polarização assimétrica, pois “foi a direita

⁹ A pesquisa completa “Violência e Democracia: panorama brasileiro pré-eleições de 2022 – Percepções sobre medo de Violência, Autoritarismo e Democracia” está disponível neste link: https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2022/09/Pesquisa_RAPS_FBSP.pdf Acesso em 12 jan 2023.

que se radicalizou, rompeu com a conciliação que os governos petistas encarnavam, passou a recusar qualquer espaço de diálogo e adotou, em diferentes frentes, um discurso de combate sem tréguas” (Miguel, 2019b, p. 47).

A esse respeito, destacamos que, embora este fenômeno venha sendo amplamente pesquisado nos Estados Unidos e na Europa, especialmente através de abordagens empíricas que visam mensurar e qualificar a polarização política, no Brasil os estudos ainda são escassos (Fuks e Marques, 2020, 2022; Zeine, Moretto e Ortellado, 2021).

Já em 1976 Giovanni Sartori, citado por Evangelista (2020), apontou que a polarização figura como um indicador da distância ideológica entre os componentes de diferentes sistemas partidários. O trabalho estimulou vasta produção acadêmica, que se dividiu entre os pesquisadores interessados no comportamento de políticos eleitos e seus partidos na esfera legislativa – “*elite polarization*” – e aqueles que buscavam observar o comportamento dos eleitores e seu posicionamento ideológico – “*mass polarization*” (Evangelista, 2020). Nos primeiros estudos sobre as posições dos Republicanos e Democratas no Senado dos EUA, a polarização foi identificada como a separação política dentro de uma escala liberal-conservador.

Mais tarde, o debate em torno do trabalho pioneiro de James Hunter, do ano de 1991, incentivou pesquisas empíricas sobre a polarização da opinião e das identidades. Atribui-se a ele a identificação precisa do fenômeno e a difusão do termo *guerras culturais* para se referir ao processo pelo qual temas como o direito dos homossexuais, a legalização do aborto, o controle de armas e a legalização das drogas, por exemplo, passaram a ganhar proeminência no debate político americano, no final dos anos 1980, contrapondo *conservadores* a *progressistas*. Enquanto os conservadores assumiram um compromisso com uma autoridade moral externa definida e transcendente, os progressistas se definiram por uma autoridade moral caracterizada pelo espírito da era moderna, um espírito de racionalismo e subjetivismo (Gallego, 2018).

Em meados da década de 1990, DiMaggio e colaboradores (1996) estabeleceram os principais métodos de análise para identificar e medir a polarização da opinião e das atitudes políticas. Contudo, um acalorado debate se desenvolveu entre os anos 2000 a 2010, qual seja: se a polarização da opinião e das atitudes era um fenômeno de massa ou se meramente um fenômeno circunscrito à elite das pessoas que se identificavam nos espectros liberal ou conservador. Abramowitz e

Saunders (2008), de um lado, e Fiorina e colaboradores (2008), de outro, centralizaram o debate que buscava determinar a relevância e o alcance da polarização e se ela era benéfica ou prejudicial à democracia. Fiorina e colaboradores (2008) argumentaram que se tratava de um processo isolado e circunscrito às elites que se radicalizaram, tanto no Congresso como na sociedade, deixando um público amplo com posições moderadas desprovido de lideranças que compartilhassem suas posições. Abramowitz e Saunders (2008) reiteraram, entretanto, que essa polarização engajava o público, ampliando a participação democrática, além de tornar suas posições políticas mais claras e ideologicamente coerentes (Zeine, Moretto e Ortellado, 2021).

Nos anos 2010, a partir dos trabalhos pioneiros de Iyengar e colaboradores (2012) e Mason (2015) mostraram que embora a polarização das elites fosse um fenômeno significativo, este era menos pronunciado do que a hostilidade entre quem adotava identidades adversárias. Nesta seara, Iyengar *et al.* (2012) propõe uma definição para polarização política a partir de teorias da identidade social, dando ênfase à dimensão afetiva da polarização (Mason, 2015; Iyengar, Sood e Lelkes, 2012; Iyengar e Westwood, 2015):

Em realidade, como coloca Mason (2018), as bases psicológicas da polarização partidária remontam, nos EUA, a um conjunto de características da psicologia humana que conduzem à formação de grupos e, conseqüentemente, a uma dinâmica de sentimentos favoráveis ao *ingroup* e desfavoráveis ao *outgroup*. Essa teoria nos permite pensar a polarização política sem assumir uma conformação partidária, necessitando apenas da existência de grupos com interesses conflitantes e fronteiras identitárias definidas (Fuks e Marques, 2022).

A polarização afetiva, nesse sentido, se decompõe em dois processos: 1) a polarização existe quando as preferências das pessoas em relação aos temas políticos afastam-se do centro em direção às extremidades; 2) a polarização, que de um lado é gerada pelo fortalecimento dos laços partidários e pelo ativismo, de outro lado também é fortalecida pelo preconceito e raiva direcionados ao partido concorrente (Mason, 2015). Dado o conteúdo afetivo, a polarização afetiva impacta na identidade de um grupo, pois além de produzir sentimentos positivos em relação a este grupo e sentimentos negativos em relação aos grupos de oposição, também produz a má percepção das posições que estão sendo defendidas (Iyengar; Sood e Lelkes, 2012).

Sabemos que a identidade e filiação das pessoas a um determinado grupo é capaz de introduzir uma série de atitudes positivas em relação ao grupo ao qual o sujeito pertence e atitudes de competição, rivalidade e depreciação dirigidas ao grupo rival. Outrossim, a identidade grupal e o aumento da desafeição contra o grupo político rival objetivam-se, frequentemente, no uso de estereótipos e no desejo de distanciamento social do grupo alvo da desafeição (Iyengar; Sood e Lelkes, 2012; Druckman e Levendusky, 2019). Nesta mesma esteira, para Lozada (2016), que pesquisa o fenômeno a partir da Venezuela, a polarização, além de solicitar adesão, confiança e identificação com o grupo de pertencimento, chama a desprezar, desconfiar e odiar o grupo politicamente oposto, limitando o reconhecimento das diferenças e a gestão pacífica e construtiva dos conflitos.

Para Abranches (2019), a polarização da sociedade brasileira tem adquirido os contornos que a tipificam de polarização afetiva. Contudo, como dissemos, enquanto objeto de estudo, a polarização continua pouco investigada no nosso país e o fenômeno dificilmente poderia ser capturado pelas abordagens ora à disposição aludidas acima, especialmente porque se formulam a partir da realidade política dos Estados Unidos e da Europa, cada qual com suas trajetórias particulares (Zeine; Moretto; Ortellado, 2021).

Apresentamos um recente estudo de Fuks e Marques (2022), que se utilizaram das abordagens suprarreferidas, com algumas adaptações, para tipificar a polarização no Brasil a partir da coleta de dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e do Latin American Public Opinion Project (LAPOP). Os resultados a que chegaram indicam que:

- 1) há um aumento da polarização, mas é uma **polarização predominantemente afetiva** e mais intensa em relação aos candidatos; 2) embora já se observe alguns indícios em 2014, essa polarização afetiva só adquire contornos mais claros em 2018; 3) na dimensão simbólica da ideologia, não há claros indícios de polarização, mas sim de um crescimento e radicalização da direita. Nesse sentido, temos, no máximo, um estágio inicial de polarização ideológica; 4) na dimensão operacional da ideologia, embora os brasileiros estejam mais divididos hoje em relação a assuntos públicos, isso não assume a forma de clivagem partidária. Essas características da polarização no Brasil têm relação com as especificidades do nosso contexto, tais como o crescimento e a reorganização da direita mais extrema no país, nos últimos anos, e da vulnerabilidade do vínculo entre eleitores e partidos, acentuada com a crise política, especialmente a partir de 2013 (Fuks e Marques, 2022, p.576, grifo nosso).

Apesar disso, os pesquisadores sugerem cautela ao falar sobre polarização política com base nestas medidas, já que as evidências não são conclusivas para o caso brasileiro, e apontam a importância de se considerar fatores contextuais para explicar a natureza, a dinâmica, o grau e o tipo predominante da polarização, haja vista que países podem se polarizar em relação a temas que lhes são particulares, como o Brexit ou a independência catalã, não sendo a polarização necessariamente partidária ou mesmo associada à divisão esquerda/direita (Hobolt; Leeper e Tilley, 2021 *apud* Fuks e Marques, 2022). Outrossim, a radicalização de clivagens sociais pré-existentes pode assumir a forma de movimentos contra ou a favor de determinada liderança, prescindindo de partidos e assumindo uma feição personalista, como o chavismo na Venezuela (Mccoy; Rahman e Somer, 2018; Svulik, 2018; 2019 *apud* Fuks e Marques, 2022).

Por fim, o referido estudo avalia que no Brasil as lideranças concorrem com os partidos como eixos organizadores da polarização e que, em relação a concentração em determinados segmentos sociais, especialmente entre os indivíduos engajados, a polarização à brasileira segue a tendência internacional, ou seja, indivíduos mais interessados por política, mais participativos e com vínculos partidários são mais extremistas, tanto na ideologia como no afeto:

O que se observa no Brasil é um antagonismo afetivo recente e a radicalização ideológica da direita, apenas na sua dimensão simbólica. Ou seja, o antagonismo entre grupos políticos no Brasil é assimétrico, acompanhando a recente reorganização da direita e, desde 2006, a moderação do principal partido de esquerda do país. Por fim, as lideranças políticas são referências mais claras do que os partidos no caso brasileiro, como se esperaria em um sistema partidário fragmentado, instável e com uma frágil base social. Ainda assim, em alguns aspectos, o Brasil segue o padrão comum identificado na literatura internacional. Um deles é o nítido antagonismo no campo afetivo (Fuks e Marques, 2022, p.579).

Entretanto, haja vista que a polarização vivida e experimentada na esfera pública e no cotidiano de nossos lares, a aposta desta pesquisa é olhar o fenômeno na interface com a saúde/saúde mental, na perspectiva da Psicologia Social, aprofundando a compreensão de suas repercussões no terreno das relações interpessoais e na produção de sofrimento psicossocial.

3.3 POLARIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SOCIAL

Encarando a polarização enquanto fenômeno psicossocial emergente e bastante complexo, compreendemos que ele não é facilmente explicado pelos conceitos acadêmicos tradicionais, havendo assim a necessidade de ele ser apreendido por múltiplos marcos teóricos (Hur, Sabucedo, 2020). Olhar a polarização enquanto fenômeno que produz, reproduz e intensifica intolerância e violência pelas lentes da Psicologia Social é mais um desafio e um compromisso a ser enfrentado por essa ciência na contemporaneidade.

Em seu livro “The nature of prejudice”, Gordon Allport (1954) definiu o preconceito como uma atitude hostil e um sentimento de antipatia direcionados a um indivíduo simplesmente por ele pertencer a um grupo desvalorizado socialmente. Na mesma obra o autor aprimora essa definição, situando a análise exclusivamente para o preconceito étnico, entendido como uma antipatia baseada numa generalização falha e inflexível, que se dirige a todo um grupo ou a um indivíduo simplesmente porque este faz parte do grupo alvo da rejeição. O preconceito, nessa toada, seria mais resistente às informações que o contraditam, diferenciando-se dos julgamentos prévios (Lima, 2020), e se valendo do uso de estereótipos e rótulos, que se configuram como um recurso justificatório para a aceitação ou rejeição categórica de um grupo e como recurso seletivo que assegura a manutenção da simplicidade no julgamento (Allport, 1954). Desta forma, no âmbito cognitivo, os extremismos políticos configuram-se como comportamentos rígidos e intolerantes ao que emerge como diferença (Hur e Sabucedo, 2020).

As definições de preconceito formuladas por Allport receberam algumas críticas, visto que não é feita menção às características físicas ou culturais que as distinguem ou que são usadas para distinguir os membros dos grupos alvo de preconceito. Isto poderia levar à falsa suposição que o preconceito é algo inflexível, que não depende do contexto de relações e das posições de poder dos grupos na sociedade (Lima, 2020). Das definições seminais de Gordon Allport, surgem, na Psicologia Social, novas acepções sobre a noção de preconceito que tentam ampliar a perspectiva acerca do tema. Brown (1995), citado por Lima (2020), formula uma definição que inclui, além dos aspectos cognitivos, aspectos afetivos e comportamentais. Segundo o referido autor, o preconceito é a expressão de atitudes sociais ou crenças depreciativas, de afetos negativos e se manifesta através de

comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um determinado grupo. Mais recentemente, Sibley e Barlow (2018, p. 1), citados por Lima (2020), consideram preconceito como “aquelas ideologias, atitudes e crenças que ajudam a manter e legitimar hierarquias e explorações nas relações grupais”.

Kurt Lewin (1941) investigou sobretudo as relações intergrupais e sua ligação com processos de discriminação social. Seu interesse consistiu na análise das práticas de socialização e nas dinâmicas inter e intragrupal utilizadas pelos membros de grupos desprivilegiados face o cenário de discriminação do qual eram submetidos. Para o autor da Teoria de Campo, o comportamento é fruto de um campo de forças interdependentes (campo social). Assim, pensamentos negativos do grupo dominante contra o grupo dominado dão origem a estratégias em ambos os grupos.

Para Tajfel (1981) as relações entre grupos são explicáveis por fatores cognitivos associados a valores relevantes na cultura em que o indivíduo se insere e, por conseguinte, vai construindo processos de categorização que corresponderão a constructos sociais. Essa categorização, por si só, aumentaria a percepção da diferença entre membros de grupos diferentes e de semelhanças entre membros de um mesmo grupo, sendo os critérios que presidem nesse processo socialmente construídos e consensualizados. As categorias sociais, assim, corresponderão a constructos sociais. As ideologias de determinados grupos estão estritamente relacionadas com a conduta social e o uso de estereótipos dependerá da estrutura cultural em que esse processo ocorre (Tajfel, 1981). Desta forma, a polarização expressa-se no plano intersubjetivo de uma forma binária, dicotômica, em uma relação de conflito entre um *in-group* e um *out-group*, em que os processos de categorização intergrupais, a divisão dos *nós* contra *eles* intensificam as semelhanças intragrupal e as diferenças intergrupais, efeito este que está na base dos processos de polarização política.

Com base em Tajfel, para Martín-Baró *apud* Filho (2023), a polarização forja o que denominou de pessoas etnocêntricas, que medem os outros com base nos seus próprios critérios e constroem imagens estereotipadas das pessoas. O autor apresenta quatro funções sociais dos estereótipos: (1) demarcação rígida da orientação cognoscitiva; (2) descarte da informação conflitiva; (3) ideologização das ações coletivas, baseadas em uma dicotomia rígida entre o que se considera verdade ou mentira; (4) psicologiza as causas de um conflito social, valendo-se de uma diferenciação moral entre bondade e maldade (Martín-Baró *apud* Filho, 2023).

Assim, a polarização implica no endurecimento de posições ideológicas e na pressão para se situar entre o “nós” ou o “eles” (Martin-Baró, 1988; Blanco; De La Corte, 2003), obstaculizando o reconhecimento da pluralidade e o diálogo com outros diferentes. No momento em que se configura um processo rígido de categorização social, a delimitação de atitudes e comportamentos fortalece identidades sociais estáticas, dando vazão a diferenciações e exclusões sociopsicológicas entre o endogrupo e o exogrupo (Tajfel, 1981).

Abro um parêntese aqui, para fins didáticos, pois considero necessário situar a perspectiva na qual se compreende o conceito de ideologia. A frequência com a qual esta palavra é usada, bem como a gama de diferentes significados que lhe são empregados, seja pelo senso comum, seja pela gramática política, filosófica ou sociológica, nos obriga a circunscrever seu conceito. Neste intrincado e múltiplo uso do termo, pode-se delinear duas tendências para o significado a que Bobbio (1998) propôs chamar de significado forte e significado fraco de ideologia. Em suma, por significado forte, o conceito tem origem em Marx, entendido como falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Já no seu significado fraco, a ideologia designa o gênero ou a espécie dos sistemas de crenças políticas: um conjunto de ideias e de valores atinentes à ordem pública e cuja função visa orientar os comportamentos políticos coletivos. Fecho o parêntese.

Martín-Baró (1983), psicólogo social espanhol-salvadorenho, apresentou algumas reelaborações teóricas das vertentes tradicionais da Psicologia Social, que para ele estariam inclinadas a analisar os fenômenos com categorias formalistas e esquemas atemporais, resultando em prismas assépticos e descolados da realidade cotidiana das pessoas. Assumindo uma perspectiva histórico-dialética, o autor define a Psicologia Social como o estudo científico da ação enquanto ideológica. Segundo ele:

Ao falar de ideológico, estamos expressando a ideia de influência ou relação interpessoal, a relação entre o pessoal e o social; mas também estamos afirmando que a ação é uma síntese de objetividade e subjetividade, de conhecimento e valoração que não é necessariamente consciente, ou seja, afirmamos que a ação é marcada por conteúdos que são valorados e historicamente relacionados com uma estrutura social (...) A ideologia é um elemento essencial da ação humana, já que a ação se constitui em relação com uma realidade social significada e esse significado está dado por interesses sociais determinados (Martin-Baró, [1983], 2017, p. 117-119).

Nesse sentido, Martín-Baró se apropria do significado forte do conceito de ideologia. Logo, a investigação em Psicologia Social demandaria a compreensão de como a ideologia se materializa na vida cotidiana. (Martín-Baró, 2012 *apud* Mendonça, Souza e Guzzo, 2016).

Nessa direção, a polarização expressa o conflito entre as diferentes classes sociais. De um lado encontra-se a defesa dos interesses da classe economicamente dominante (donos dos meios de produção) e do outro a defesa dos interesses da classe dominada (que tem a sua força de trabalho explorada). É no processo de produção material humana, no grau de desenvolvimento das forças produtivas e nas relações sociais de uma dada sociedade, que a consciência social é desenvolvida. A internalização pelo indivíduo dessa consciência social, por meio de um processo dialético é, em última análise, o que constitui a sua consciência individual (Lane, 1994).

Em um contexto de polarização social, ambos os lados buscam enfatizar o antagonismo e extrapolar as fontes de ressentimento e ódio intergrupais. *Uns e outros são apresentados, mutuamente, como a encarnação do mal, como o “inimigo” que deve ser eliminado*” (Martín-Baró, 1988, p. 320). A construção da figura do inimigo é fundamental para a adesão ao discurso político, culminando em uma nova forma de socialização política, mais isolada e individualista, e um funcionamento político mais primitivo, com afetos de ódio e agressividade direcionados às minorias sociais (Hur; Sandoval, 2020)

Segundo Stanley (2019), ainda que seja comum a divisão entre o “nós” e o “eles” entre movimentos políticos, o apelo para distinções étnicas, religiosas ou raciais usadas para moldar a ideologia e, em última análise, a política, descreve de maneira muito específica a política fascista:

À medida que a compreensão comum da realidade se desintegra, a política fascista abre espaço para que crenças perigosas e falsas criem raízes. Em primeiro lugar, a ideologia fascista procura naturalizar a diferença de grupo, dando assim a aparência de respaldo científico e natural a uma hierarquia de valor humano. Quando classificações e divisões sociais se solidificam, o medo substitui a compreensão entre os grupos (...). Política da lei e da ordem tem apelo de massa, lançando “nós” como cidadãos legítimos e “eles”, em contraste, como criminosos sem lei, cujo comportamento representa uma ameaça existencial à masculinidade da nação. (Stanley, 2019, p. 16)

Martín-Baró fornece alguns atributos derivados da polarização social, a qual Lozada (2016) observou tratarem-se mesmas características ao pesquisar o

fenômeno entre os grupos chavistas, antichavistas e o que ela denominou de “*nis-ni*” (nem com o governo, nem com a oposição), no cenário político da Venezuela. Para os autores, em contextos sociais polarizados, verifica-se: 1) estreitamento do campo perceptivo, cuja percepção é fortalecida por estereótipos e baseada na dicotomia “nós-eles”; 2) forte carga emocional em que, seguindo o esquema dicotômico e simplificado, aceita-se ou rejeita-se, sem nuances, a pessoa ou grupo adversário; 3) envolvimento pessoal, ou seja, qualquer evento capturado em termos polarizados parece afetar a própria pessoa; e 4) exclusão e intolerância, em que indivíduos, grupos e instituições são colocados ou socialmente pressionados a se colocarem em uma de duas posições, mantendo as mesmas atitudes de rigidez, intolerância e exclusão presentes no confronto político, que negam a discussão, o diálogo ou debate de posições diversas.

Depreende-se que, quando a polarização política interfere nos campos relacionais (Lozada, 2016; Arruda, 2021); obstaculizando a convivência saudável e a democracia de um país, e se fortalece no preconceito e na raiva direcionados ao grupo político de oposição, produzindo sentimentos negativos em relação a este grupo (Mason, 2015), bem como na má percepção das posições que estão sendo defendidas (Iyengar, Sood e Lelkes, 2012), a polarização política pode assumir uma dimensão tal que divide a sociedade como um todo, produzindo uma fratura no tecido social (Martín-Baró, 1988). Tal fenômeno constrói identidades sociais antagônicas e mutuamente excludentes, gerando impactos psicossociais e sofrimento, podendo interferir na saúde mental de uma coletividade.

3.4 SAÚDE MENTAL E POLARIZAÇÃO POLÍTICA: DO LUGAR COMUM À IDENTIFICAÇÃO DO INIMIGO.

*isto não é um poema
só desabafo
que não pude não fazer e não pude fazer
de outra forma que não fosse
assim fatiando as frases
no espaço aqui
hoje eu vi aterrorizado
um artista assassinado*

*- Moa do Katendê, mestre de capoeira, autor do Badauê -
por conta de uma divergência política num bar da Bahia
depois corri o dedo sobre a tela e
vi e ouvi arrepiado Luiz Melodia
(também negro e compositor, também com o cabelo rastafári, como a vítima do post anterior)
cantando “no coração do Brasil”
e repetindo muitas vezes esse refrão
“no coração do Brasil” “no coração do Brasil”
que tento sentir pulsar ainda entre a luz de Luiz e a treva
desse buraco vazio que não pulsa mais no peito de Moa do Katendê
(Arnaldo Antunes, 2018).*

Como expressado anteriormente, o interesse em pesquisar a polarização política como objeto de estudo no campo da saúde/saúde mental partiu do cotidiano profissional, da necessidade de dar sentido às queixas trazidas pelas pessoas as quais atendia como psicóloga. Por conseguinte, percebi que inúmeros veículos de comunicação, já no cenário eleitoral de 2018 no Brasil, vinham consultando profissionais da psicologia e da saúde mental para se manifestarem a respeito dos impactos da polarização nos relacionamentos e na saúde mental. Enfim, não estava eu solitária na empreitada. O fenômeno de fato também chegou a outros colegas de profissão, atravessando nossas escutas.

Das fontes consultadas nestes veículos de comunicação que trataram o tema da polarização política e seus atravessamentos na clínica em saúde mental, algo chamou a atenção: o sofrimento, neste contexto, já não era tratado de dentro para fora, ou do indivíduo para sociedade, mas como efeito da conjuntura política nas nossas relações mais íntimas, especialmente no cenário eleitoral. A título ilustrativo e exemplificativo apresentamos abaixo um quadro com alguns títulos de matérias que circularam em sites e revistas de caráter jornalístico sobre o tema:

Quadro 1 - Fontes jornalísticas pautando o tema polarização política e saúde mental.

Título/subtítulo da matéria	Fonte/Disponível em	Data da circulação
<p><i>“O ódio deitou no meu divã”</i></p> <p><i>Relatos de psicanalistas revelam a violência que cresce e se infiltra no Brasil com a possibilidade de Jair Bolsonaro chegar à presidência da República</i></p>	<p>El País</p> <p>https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/10/politica/1539207771_563062.html</p>	<p>11/out/2018</p>
<p><i>Os impactos da polarização política na saúde mental de brasileiros</i></p>	<p>Revista Exame</p> <p>https://exame.com/brasil/os-impactos-da-polarizacao-politica-na-saude-mental-de-brasileiros/</p>	<p>15/out/2018</p>
<p><i>Política no divã: como a polarização tomou conta das sessões de terapia</i></p>	<p>Agência Tribuna União (via huffpostbrasil)</p> <p>http://tribunauniao.com.br/noticias/59324/politica-no-diva-como-a-polarizacao-tomou-conta-das-sessoes-de-terapia</p>	<p>22/out/2018</p>
<p><i>Psicólogos relatam piora da saúde mental de brasileiros com eleições: tensão com a definição das eleições presidenciais levou muitos cidadãos a buscar o apoio de psicanalistas e psicólogos</i></p>	<p>Revista Exame</p> <p>https://exame.com/brasil/psicologos-relatam-piora-da-saude-mental-de-brasileiros-com-eleicoes/</p>	<p>24/out/2018</p>
<p><i>Eleições 2018: 'Meu irmão ameaçou me proibir de ver minhas sobrinhas' - o pleito que dividiu famílias</i></p>	<p>BBC News Brasil</p> <p>https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45987863</p>	<p>26/out/2018</p>
<p><i>Eleições 2018: Como a disputa presidencial está afetando a saúde mental dos brasileiros</i></p>	<p>BBC News Brasil</p> <p>https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45981225</p>	<p>26/out/2018</p>
<p><i>Polarização política gera sofrimento e afeta a saúde mental, diz psicóloga</i></p>	<p>A Gazeta</p> <p>https://www.agazeta.com.br/es/politica/polarizacao-politica-gera-sofrimento-e-afeta-a-saude-mental-diz-psicologa-0619</p>	<p>14/jun/2019</p>
<p><i>Doente de Brasil: como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da</i></p>	<p>El País</p> <p>https://brasil.elpais.com/brasil/2019/</p>	<p>01/ago/2019</p>

<i>autoverdade</i>	08/01/opinion/1564661044_448590.html	
<i>Como a polarização política afeta o corpo e a mente</i>	Revista Veja https://veja.abril.com.br/ciencia/com-o-a-polarizacao-politica-afeta-o-corpo-e-a-mente	26/set/2019
<i>Por que cada vez mais filhos cortam laços com pais por saúde mental: brigas sobre política e uma crescente consciência de como relacionamentos difíceis e conturbados podem afetar nossa saúde mental estão alimentando o distanciamento das famílias, explicam vários psicólogos.</i>	Portal G1 (via BBC Brasil) https://g1.globo.com/saude/saude-mental/noticia/2021/12/15/por-que-cada-vez-mais-filhos-cortam-lacos-com-pais-por-saude-mental.ghtml	15/dez/2021
<i>Saúde mental de eleitor tem cicatrizes com polarização, pandemia e economia</i>	Folha de São Paulo https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/07/saude-mental-de-eleitor-tem-cicatrizes-com-polarizacao-pandemia-e-economia.shtml	18/jul/2022
<i>Por que a polarização política tem afetado a saúde mental e as relações entre as pessoas</i>	Diário do Nordeste https://diarionordeste.verdesmares.com.br/ceara/por-que-a-polarizacao-politica-tem-afetado-a-saude-mental-e-as-relacoes-entre-as-pessoas-1.3258735	31/jul/2022
<i>Saúde mental e política: a representação do ódio na psique humana</i>	Estado de Minas https://www.em.com.br/app/noticia/saude-e-bem-viver/2022/08/18/interna_bem_viver_1387414/saude-mental-e-politica-a-representacao-do-odio-na-psique-humana.shtml	18/ago/2022
<i>Violência política é gatilho para depressão e ansiedade na população</i>	Folha de São Paulo https://www1.folha.uol.com.br/equlibrio/2022/09/violencia-politica-e-gatilho-para-depressao-e-ansiedade-na-populacao.shtml	28/set/2022
<i>Diante dos conflitos políticos, a saúde mental do eleitorado também está em jogo.</i>	Portal Terra	30/set/2022

	https://www.terra.com.br/noticias/eicoes/diante-dos-conflitos-politicos-a-saude-mental-do-eleitorado-tambem-esta-em-jogo.ee3aa9060a9508143bc3491182d77be07c54cdlu.html?utm_source=clipboard	
<i>A eleição da discórdia: como a campanha dividiu uma família</i>	Revista Istoé https://istoe.com.br/a-eleicao-da-discordia-como-a-campanha-dividiu-uma-familia/	28/out/2022
<i>Intolerância após 2º turno amplia conflitos familiares com insultos e expulsão de casa</i>	Folha de São Paulo https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/intolerancia-apos-2o-turno-amplia-conflitos-familiares-com-insultos-e-expulsao-de-casa.shtml	04/nov/2022
<i>Como amar um pai bolsonarista: faz dois dias que Seu Carlos não almoça direito, de tanta “raiva do pinguço” ter ganhado as eleições</i>	Revista Piauí https://piaui.folha.uol.com.br/materia/como-amar-um-pai-bolsonarista/	Edição 195/dez/2022
<i>'Não sei se sinto dó ou raiva': o que dizem as famílias de golpistas</i>	Portal Uol https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/01/12/ego-nao-deixa-dar-braco-a-torcer-o-que-dizem-as-familias-de-golpistas.htm	12/jan/2023
<i>'Discurso inflamou ainda mais': filha bloqueia número da mãe, presa em 8/1</i>	Portal Uol https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/17/orgulho-e-compaixao-parentes-falam-sobre-a-rotina-depois-da-prisao-do-81.htm	17/mar/2023

As matérias supracitadas pautaram o fenômeno da polarização política na saúde mental, dando ênfase aos rompimentos nas relações e a sintomas de ansiedade e depressão, bem como a emergência de afetos como ódio, ressentimento e tristeza.

A *saúde mental*, na compreensão de Martin-Baró, e a qual consideraremos nesta pesquisa, é a “materialização na pessoa ou no grupo, do caráter humanizador

ou alienante de uma estrutura de relações históricas” (Martin-Baró, 2017, p. 251), ou seja, mais que um estado individual, a saúde mental é uma dimensão das relações entre as pessoas, “ainda que esta dimensão se enraíze de maneira diferente no organismo de cada um dos indivíduos envolvidos nas relações, produzindo diversas manifestações” (Martín-Baró, 2017, p. 253-254). Nesse sentido:

[...] ao conceber a saúde ou os transtornos psíquicos a partir de uma perspectiva que vai do todo para as partes, da exterioridade coletiva para a interioridade individual, o transtorno pode se situar em diversos níveis e afetar distintas entidades: em alguns casos, será o indivíduo o transtornado, mas, em outros casos, será uma família inteira, um determinado grupo ou mesmo uma organização inteira (Martin-Baró, 2017, p. 259).

Desta forma, o autor assume um conceito social para a saúde mental, admitindo as dimensões universais e singulares do ser humano, que se dão através da dialética singular-particular-universal. Exemplificando, compreende-se que todos humanos somos singulares, pois nos diferenciamos de todos os outros, e, ao mesmo tempo, expressamos a totalidade social na qual nos constituímos. Tal singularidade é atravessada pelas particularidades (classe social, gênero, etnia, etc.) que solidificam a vida social (Pasqualini; Martins, 2015).

Assim, em um ambiente onde impera o recurso à violência e ao ódio para resolver as diferenças interpessoais e intergrupais, o senso de comunidade vai sendo substituído pela intolerância, dificultando o estabelecimento de relações humanizadoras, o que abre caminho para manifestações deletérias na saúde mental.

Martin-Baró desenvolveu o conceito de Trauma Psicossocial (TPS) em 1988, no cenário da guerra civil em El Salvador. Nas palavras do autor, o TPS é

a cristalização traumática nas pessoas e nos grupos de relações sociais desumanizadas. A polarização tende a ser somatizada, a mentira institucionalizada precipita graves problemas de identidade e a violência resulta em uma militarização da mente (Martin-Baró [1988], 2017, p. 312).

O autor identifica os efeitos da polarização social como uma de suas características para a produção do TPS. Na formulação do conceito, Martín-Baró situa o TPS como uma particularidade inscrita em um modo de sociabilidade concreta, partindo de uma compreensão dialética do fenômeno psicológico, em que a dimensão psicossocial remete a processos de pertencimento e identidade grupal, aos interesses que perseguem os diferentes grupos sociais, às necessidades objetivas e à rede de

relações intersubjetivas que o coletivo estabelece com outros grupos e com as estruturas da sociedade (Dobles e Muñoz, 2019 *apud* Filho, 2023). À vista disso, o TPS não corresponde a um evento isolado, mas como um prolongamento de danos psicossociais como resultado de um modo de sociabilidade que produz violência, polarização social, medo e repressão constantes (Filho, 2023).

Quanto mais polarizada está a sociedade, mais violência política se produzirá, uma vez que se acirram processos de desqualificação do adversário, disseminado afetos de ódio e ressentimento contra ele, caracterizando-o, finalmente, como inimigo a ser aniquilado. Nessa direção, a polarização social é um dos ingredientes da cultura da violência e gera um clima propício para a confrontação.

Embora a percepção do TPS tenha sido formulada no contexto da guerra civil em El Salvador, Filho (2023) defende que essa noção continua sendo válida para analisar diferentes situações que acompanham, a trajetória de diferentes populações, especialmente na América Latina, que, para o autor, se não vivem uma guerra declarada, são afetados pela violência, desigualdade social, polarização social, entre outros aspectos que favorecem a degradação da humanidade. Vale reafirmar que conflitos provocados pela polarização não emergem apenas no espaço político, tampouco são exercidos apenas por ativistas. Para além de dificultarem o diálogo e o consenso, eles têm sido utilizados como pretexto para a escalada da intolerância e da violência, como verificamos durante as eleições presidenciais de 2018, e cujos efeitos danosos se multiplicaram em 2022.

Acompanhamos, nesta história recente do Brasil, que a inflamação de discursos de ódio por autoridades políticas na população desembocou em ações violentas, inclusive em pessoas que não pertenciam à elite política, não militavam em partidos e tampouco tinham representatividade em movimentos sociais. Não há como dissociar, por exemplo, o assassinato do Mestre Katendê, ao qual Arnaldo Antunes faz referência no seu *não poema*, epigrafeado na abertura deste capítulo, dos discursos de ódio de Bolsonaro, à época candidato ao primeiro mandato presidencial. Em setembro de 2018, no Acre, enquanto discursava em um carro de som, Bolsonaro, simulando o tripé como metralhadora, disse aos apoiadores para “fuzilar a petralhada”, em alusão ao Partido dos Trabalhadores. Após o discurso, o então candidato foi

ovacionado pelo público presente¹⁰. Em outubro daquele mesmo ano, Romualdo Rosário da Costa, conhecido como Mestre Môa do Katendê, foi assassinado com doze facadas pelas costas após o primeiro turno das eleições gerais de 2018. Segundo a investigação policial, o ataque foi motivado por discussões políticas, após Romualdo declarar ter votado no candidato do PT, Fernando Haddad. O agressor, apoiador do candidato adversário Jair Bolsonaro, teria discutido com o capoeirista e deixado a cena, voltando logo em seguida com o facão com o qual teria desfilado ao menos 12 facadas na vítima.

Desde 2019, quando Jair Bolsonaro assumiu a presidência, a violência eleitoral tem se tornado mais frequente no Brasil, atingindo um nível inédito na eleição de 2022, de acordo com o estudo “Violência política e eleitoral no Brasil”, produzido pelas organizações de direitos humanos Justiça Global e Terra de Direitos. A partir de notícias extraídas de veículos de comunicação, a pesquisa mapeou 523 casos ilustrativos de violência política desde 02 de setembro de 2020 a 02 de outubro de 2022, data em que ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais no Brasil. Um número considerável de casos está concentrado em 2022, que antes mesmo do início do período eleitoral registrou mais casos do que o ano de 2021 inteiro. O referido estudo dá sequência a um levantamento iniciado em 2020, que analisa os episódios de violência política desde 2016. A partir da sequência no monitoramento dos casos, foi possível observar que em 2022 o número de casos de violência política e eleitoral aumentou mais de 400% comparado a 2018, ano da última eleição presidencial. Apenas em 30 de outubro de 2022, dia do segundo turno eleitoral, foram registrados 36 casos de violência política. Ao menos dez envolveram o uso de armas de fogo. Em todo o período eleitoral, houve pelo menos 15 assassinatos e 23 tentativas de assassinato. O segundo turno foi expressivamente mais violento. O fim de semana da ida às urnas teve 14 ocorrências com arma de fogo, 23 agressões físicas, cinco atentados ou tentativas de assassinato e cinco assassinatos. Os dados foram extraídos a partir do monitoramento de notícias nas plataformas de busca da internet e nas redes sociais e considerou apenas os casos em que houve participação direta de agentes político-institucionais ou de lideranças partidárias¹¹.

¹⁰ Embora diversos meios de comunicação tenham divulgado este fato, a matéria a respeito pode ser encontrada neste link: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

¹¹ A publicação com os dados completos da pesquisa pode ser acessada neste link: <https://terradedireitos.org.br/violencia-politica-e-eleitoral-no-brasil/>

Vale dizer que, embora o TPS tenha sido formulado por Martín-Baró há pouco mais de 30 anos para refletir sobre os danos psicossociais da guerra civil em El Salvador, as características do trauma guardam similaridades para pensarmos as consequências da polarização política que atravessa nosso país nas nossas relações interpessoais e para o acirramento dos conflitos que ora vivenciamos. Nesse sentido:

O TPS é disparado pela violência, polarização e mentira institucionalizada ao mesmo tempo em que reforça essas características e as insere no bojo das relações interpessoais e entre os grupos sociais. Assim, contribui para desintegração da identidade coletiva, da memória histórica de um povo e dos laços de solidariedade de classe (Filho, 2023, p. 31).

O medo aparece como um dos danos associados ao TPS, confere desconfiança nas relações interpessoais, gera ansiedade e reconfigura nossos modos de ser, sentir, pensar e (r)existir. Martín-Baró (2017, p. 327) aponta quatro possíveis efeitos psicossociais que são desencadeados em uma situação de TPS, associados ao medo: (1) sensação de vulnerabilidade; (2) estado exacerbado de alerta; (3) sentimento de impotência; (4) alteração do sentido de realidade ao ver que é impossível validar, objetivamente, as próprias experiências e conhecimentos.

Apoiado em Tajfel, Martín-Baró trata da renúncia de uma identidade política não apenas pelo medo de ser reprimido com violência física, mas também com o emprego da violência simbólica. Neste último caso, emerge o medo da segregação social, do isolamento de quem pensa diferente, de ser desqualificado pelo outro e outras estratégias que se acentuam em um cenário de polarização.

Embora Martín-Baró não tenha formulado uma teoria dos afetos ou das emoções na produção do TPS, situando-o na dialética das relações sociais em cenários de polarização e violência política, consideramos necessário apontar a importância dos afetos nas relações e nas ações políticas.

Para Baruch Espinosa (2004), os afetos resultam das relações sociais, de encontros alegres ou tristes, que produzem uma afetividade negativa ou positiva. O medo e a esperança, para o filósofo, são afetos fundantes das relações políticas e sua dimensão é reconhecida como estabilizadora ou desestabilizadora das ações políticas, e contribui para produzir caminhos e descaminhos na busca do comum. Vigotski (2003) articula a noção de afeto em Espinosa adequando-a no sentido de examinar seu papel na dimensão afetivo-volitiva ao desenvolvimento do pensamento

e da consciência – assim como no próprio desenvolvimento das potencialidades humanas como um todo, situando o afeto na história e na cultura. Nessa perspectiva,

[...] se então os afetos estão inscritos no universo de signos e se manifestam em sentimentos arraigados nos contextos de socialização, eles são históricos e dotados de um sentido humano, isto é, esbarram na moral, nos costumes de uma época, nas formas de organização da sociedade etc. Isto nos permite entender que a classificação de afetos como positivos ou negativos não é simplesmente uma questão moral, mas ética e política. Isto Espinosa já havia previsto, mas Vigotski deu, então, contornos mais concretos a esta formulação, apoiado em uma visão materialista histórica e dialética de sociedade (Filho, 2023, p. 33).

Sawaia (1999) sustenta que, ao introduzir os afetos como questão ético-política, Espinosa obriga a incorporação do corpo do sujeito, até então desencarnado e abstrato, nas análises políticas. A autora adotou o conceito de sofrimento ético-político para dimensionar o sofrimento oriundo das questões sociais dominantes em cada contexto. Neste sentido, o sofrimento ético político

[...] qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade (Sawaia, 1999, p. 112).

Lozada (2004, 2016) utiliza a mesma categoria de Sawaia para nomear de sofrimento ético-político aquele decorrente de contextos sociais polarizados e alerta para a necessidade de se assumir uma perspectiva psicossocial que transcenda a visão patologizante centrada nos estados internos, visão esta que reduz processos psicossociais a sintomas individuais e nega as realidades históricas, culturais e políticas e a natureza coletiva da experiência de violência política. A polarização, caracterizada como uma demarcação físico-simbólica de espaços e propostas mutuamente exclusivas, provoca uma fratura do tecido social e diferentes expressões de violência política, gerando impactos psicossociais, onde atitudes de exclusão e negação do outro se presentificam no cotidiano. Desta forma, a polarização é um mecanismo eficaz para controle sócio-político, naturaliza a violência, limita ou impede a convivência social, o espaço sentido e a vida social compartilhada na democracia (Lozada, 2016).

Safatle (2016), também trabalhando a noção de afeto em Espinosa, dimensiona sua inscrição nas instituições. Segundo o autor, ao afirmar que as instituições sociais se apoiam em estruturas afetivas, Espinosa rompeu com a ideia de que as instituições são resultado de um acordo estritamente racional: não há uma hierarquização que separa racionalidade e afetividade, mas uma integração entre razão e afeto. Nesta concepção, o indivíduo é visto tanto como um ser afetivo quanto racional, de modo que suas ações são fruto de afetos e razões que as estruturas sociais criam simultaneamente. O afeto, assim, é a própria causa da ação do indivíduo, que por sua vez age na medida em que é afetado e de acordo com o afeto que o atingiu. Nesse sentido, o medo como afeto político, por exemplo:

[...] tende a construir a imagem da sociedade como corpo tendencialmente paranoico, preso à lógica securitária do que deve se imunizar contra toda violência que coloca em risco o princípio unitário da vida social. Imunidade que precisa da perpetuação funcional de um estado potencial de insegurança absoluta vinda não apenas do risco exterior, mas da violência imanente da relação entre indivíduos (Safatle, 2016, p. 11).

Um afeto intensamente mobilizado no contexto de polarização política no nosso país é o ódio. Dunker (2019) afirma que o maior risco para a democracia brasileira reside na emergência de discursos que se ajustam à *síndrome fascista*, retomando o conceito de Adorno [1950], da qual o afeto dominante é o ódio segregativo:

[...] a mera existência do outro, que não experimenta os mesmos valores e não goza da mesma maneira que “nós”, torna-se uma ofensa perturbadora. É assim que ele deixa de ser um indivíduo singular e passa a valer pelo grupo ao qual pertence e, finalmente, se desumaniza na massa uniforme. Venerar, supersticiosamente, um líder, em atitude de submissão acrítica e estereotipada, é a contrapartida desse processo. Desta forma, a excepcionalidade legítima se posiciona do lado do sujeito, autorizando a emergência de afetos segregativos contra a massa inimiga (Dunker, 2019, p. 128).

Para Dunker (2019), o ódio adquiriu centralidade entre os afetos produzidos na conjuntura política recente no Brasil. A vitória da extrema-direita no pleito de 2018, e o desempenho significativo na eleição de 2022, cujos os votos foram especialmente entre os setores da classe média, nos leva a crer que o recurso ao ódio como expediente político permanece em pleno funcionamento. E por que? Concordando com Hur e Sandoval (2020), o líder que representa determinados setores da

sociedade não é anterior aos anseios desta massa, mas sim sua expressão e seu sintoma, e por isso mesmo o discurso da construção do inimigo segue ganhando eleitores. Compreender as dimensões sociopolíticas, cognitivas e afetivas para adesão das pessoas ao extremismo pode nos fornecer modos de intervenção que minimizem este grau de conflitos e de suas repercussões na saúde mental, assim como produzir novos quadros possíveis de convivência. Sawaia (1999), nesta mesma linha, considera a importância de se elaborar, coletivamente, o sofrimento ético-político com vistas à produção de afetos positivos, como a esperança. Segundo a autora, “sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização” (p. 99).

Os sociólogos Calderón e Castells (2021), em uma ampla pesquisa em países latino-americanos, reunindo análises sociais, econômicas, políticas e culturais, sugerem adotar a palavra *kamanchaka* para sintetizar um fenômeno recentemente vivenciado na América Latina. Para os referidos autores, a crise sociopolítica produzida pelo neoliberalismo e pelas novas conjunturas regressivas da democracia têm sido acompanhadas pela emergência de orientações conservadoras ultranacionalistas:

Kamanchaka é a palavra aimará que designa uma névoa espessa que de vez em quando envolve os acampamentos mineiros e os vales andinos. Não é uma névoa como as outras: é escura (é seu significado em aimará, “obscuridade”), bloqueia totalmente a visão, penetra nos pulmões, oprime e angustia. Está associada a lendas e mitos que denotam desorientação, perda de rumo, ausência de caminhos possíveis. Talvez seja essa a situação da América Latina após as duas primeiras décadas no terceiro milênio. Claro que os seres humanos sempre acabam encontrando caminhos, apesar de não sabermos para onde vão, ou pensarmos não saber. No entanto, para encontrá-los, é preciso partir do lugar onde estamos, ou seja, de não saber onde estamos e nem como sair da névoa, com paciência histórica e consciência de nossas crises, até vislumbrarmos alguma luz que brilhe com a cor da esperança (Calderón e Castells, 2021, p. 310-311).

Ao trazer, nesta pesquisa, a discussão da polarização política para o campo da saúde/saúde mental, pretendemos apontar um caminho possível para compreender suas implicações nos modos de existir, de se relacionar e de dinamizar afetos que interferem na potência de agir e, em última análise, na saúde, considerada aqui, nas palavras de Sawaia (2003, p. 93) não como “uma totalidade em si, nem uma

relação imediata com a doença ou um estado definido biologicamente. Ela é (*a saúde*) a possibilidade de ter esperança e potencializar esta esperança em ação”.

Assim, ao objetivo desta pesquisa, soma-se o desafio de indicar caminhos, senão trilhas ou ainda fendas, para que outros horizontes possíveis possam se revelar na névoa *kamanchaka*.

Para tanto, procuramos justamente um diálogo com psicólogos(as) que atuam no campo da saúde mental, considerando o tema da polarização, seus impactos psicossociais para a produção de sofrimento e possíveis consequências na saúde mental. A metodologia, que será explicitada a seguir, contou com o aporte teórico-metodológico construcionista social e a análise foi pautada nos sentidos produzidos pelas histórias, desafios, angústias e percepções ressignificadas por estes profissionais no momento das entrevistas.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo apresentamos os passos trilhados e os procedimentos realizados no processo da pesquisa. Para tanto, dividimos o capítulo em seções, primeiramente introduzindo alguns conceitos básicos do Construcionismo Social, haja vista a adoção desta perspectiva teórico-metodológica nesta etapa da pesquisa realizada em campo. Após, expomos o delineamento e caracterização do estudo, os critérios e a forma utilizada para buscar os participantes da pesquisa, a modalidade das entrevistas e o instrumento empregado na coleta dos dados, bem como as questões éticas relacionadas à Resolução no 196/96, sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Por fim, discutimos acerca do processo de análise dos dados, realizando uma descrição do conceito de “*Mapas*” proposto por Spink (2010) para análise dos dados, conforme o aporte metodológico construcionista social.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA PESQUISA

A perspectiva metodológica adotada fundamenta-se nas contribuições do construcionismo social, sob a qual, segundo Spink (2010) é possível compreender e discutir temas ligados à Psicologia Social. O construcionismo social situa o conhecimento no interior dos processos de intercâmbio social, nos quais as descrições, as explicações sobre o mundo e os discursos são considerados formas de ação social. Assim, o pesquisador construcionista vislumbra que o real é construído a partir daquilo que as pessoas fazem juntas, contextualizado social, cultural e historicamente (Souza, McNamee & Santos, 2010). Nesse sentido,

A pesquisa construcionista social ocupa-se principalmente de explicar os processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam, ou, de alguma forma, dão conta do mundo em que vivem (incluindo-se a si mesmas). Busca articular formas compartilhadas de entendimento tal como existem atualmente, como existiram em períodos históricos anteriores, e como poderão existir se a atenção criativa se dirigir neste sentido. (Gergen, 2009, p. 301).

Explicitando as concepções teóricas do construcionismo Gergen (2009) ressaltou quatro premissas básicas, quais sejam:

1 – Aquilo que consideramos como nossa experiência do mundo não determina por si só os termos em que o mundo é compreendido. O conhecimento do mundo não é um produto da indução, ou da construção e avaliação de hipóteses;

2 - Os termos com os quais entendemos o mundo são artefatos sociais, produtos historicamente situados de intercâmbios entre as pessoas. Desta forma, o processo de compreensão não é automaticamente conduzido pelas forças da natureza, mas é o resultado de uma experiência ativa, cooperativa, de pessoas em relação;

3 - O grau com que uma dada forma de entendimento prevalece ou se sustenta através do tempo não depende fundamentalmente da validade empírica da perspectiva em questão, mas das vicissitudes dos processos sociais;

4 - As descrições e explicações sobre o mundo constituem, elas próprias, formas de ação social e assim sendo, estão entrelaçadas no amplo leque de outras atividades humanas. Isso ocorre porque ao se descrever e explicar o mundo, são compostos modelos sociais que podem sustentar ou excluir padrões específicos de vida. Nesse sentido, abrem-se portas para a interpenetração de sentidos entre as diferentes comunidades de inteligibilidades, e o diálogo avaliativo pode se tornar uma ferramenta importante para a construção de novos contextos.

Nessa perspectiva, segundo Spink (2010), ao assumir a compreensão de que conhecimento é algo que as pessoas fazem juntas, que ele é produto de uma socialização, o conhecimento passa a ser reconhecido como algo que é construído junto, por meio de práticas sociais. Para Ibañez (1994), uma primeira grande desconstrução a ser feita está relacionada à dicotomia sujeito-objeto, dado que, sob a ótica da inversão construcionista, tanto o objeto como o sujeito são tomados como construções sociais. Nesse sentido, ao reconhecermos o conhecimento como construção social, aceitamos, também, que é o conhecimento socialmente produzido que constrói ambos, o sujeito e o objeto (Spink, 2010; Ibañez, 1994).

Uma postura construcionista, desta forma, exige a necessidade de remeter a verdade à esfera da ética, empregando-a não como uma verdade em si, mas como uma verdade relativa a nós mesmos (Spink, 2010). Isso não significa, contudo, que passamos a viver em um mundo sem "verdades" (Mello, et. al, 2007), ao contrário, o que se desconstrói é a compreensão de verdades absolutas. As verdades relativas continuam e continuarão a existir, mas são versões, sempre “específicas, negociadas, construídas, adequadas às finalidades designadas coletivamente como relevantes”

(Mello, et. al, 2007, p. 28). Ainda nesta seara, Íñiguez (2003, 2005) identifica como característica comum que norteia esta perspectiva é justamente sua postura crítica, de constante questionamento daquilo que é considerado como óbvio ou naturalizado como verdade cristalizada. Nesse sentido, Íñiguez (2003) aponta alguns indícios para se adotar uma postura coerente a perspectiva construcionista: 1 - deve-se questionar as verdades acatadas e a forma pela qual nos ensinaram a olhar para nós mesmos; 2- o conhecimento tem uma história e uma cultura específica e particular; 3 - o conhecimento sempre é resultado de uma construção coletiva e; 4 - o conhecimento é inseparável da ação social.

No construcionismo social, a linguagem deixa de ser vista como estática e abstrata e passa a ser concebida como concreta e em pleno funcionamento, produzindo sentidos cotidianamente (Gergen, 2009; Guareschi, 2010). É a partir desse giro linguístico que a linguagem cotidiana é “exaltada” e “dignificada”. (Ibañez, 2005).

As análises ancoradas no movimento construcionista vêm se debruçando sobre as formas de linguagem que permeiam a sociedade, os meios pelos quais são negociadas e suas implicações para outras atividades sociais. Nessa direção, o estudo da produção de sentidos por meio da análise das práticas discursivas se detém à linguagem em uso, concebida como prática social. O sentido é uma construção social por meio do qual as pessoas produzem os termos com que compreendem e lidam com as situações e os fenômenos em seu entorno. Entende-se que o momento da produção de sentido é o aqui e o agora, na dinâmica das relações sociais que são historicamente datadas e culturalmente localizadas. Portanto, a produção de sentido não é uma atividade cognitiva intra-individual, mas um fenômeno sociolinguístico, uma prática social, dialógica, que implica a “linguagem em uso” em seu contexto social e interacional. (Spink e Medrado, 2013).

Os autores ainda fazem uma distinção entre “práticas discursivas” e “discurso”: enquanto as práticas discursivas referem-se à linguagem em ação, à forma como as pessoas produzem sentidos e se posicionam nas relações cotidianas, aos momentos ativos do uso da linguagem; o discurso diz respeito às regularidades linguísticas, com o uso institucionalizado da linguagem. Discursos oficiais que tendem a permanecer no tempo, ainda que os contextos históricos possam mudá-los radicalmente. No entanto, mesmo que aponte para uma estrutura de reprodução, o discurso não desconsidera a diversidade e as não regularidades presentes no uso

cotidiano que as pessoas fazem dele. Um discurso é utilizado em detrimento de outro em determinados contextos ou situações, buscando coerência com o tempo e com os interlocutores (Spink; Medrado, 2013). Diante do exposto, qualquer fenômeno pode ser visto e estudado por meio das regularidades, do que aparece como constante e estável no uso da linguagem, ou seja, na utilização de discursos institucionalizados, ou pode ser abordado mediante os sentidos que assume na linguagem em uso, no olhar sobre a polissemia das práticas discursivas. Isso quer dizer que o discurso se refere ao habitual gerado pelos processos de institucionalização, e as práticas discursivas se relacionam aos momentos de ressignificações, de rupturas e produção de sentidos (Spink; Medrano, 2013).

Para Spink e Medrado (2013, p. 41), “a compreensão dos sentidos é sempre um confronto entre inúmeras vozes”, pois tanto o enunciado quanto o pensamento são habitados por falantes e ouvintes que estão distanciados temporal ou espacialmente. Já numa conversação, há o diálogo entre os interlocutores, mas também entre os discursos que constituem as práticas discursivas, que constroem dialogicamente os sentidos.

É, portanto, nesta perspectiva construcionista de conhecimento que fundamentamos esta etapa do estudo. Assim, após a pesquisa bibliográfica apresentada no referencial teórico, para a qual nos debruçamos na investigação de conceitos a respeito do tema, situando-o no contexto histórico em que insere; passamos para a etapa da pesquisa em campo, a qual entrevistamos individualmente 9 psicólogas(os) que atuam no campo da saúde mental, a fim de possibilitar um contexto dialógico favorável à ressignificação e produção de sentidos acerca do fenômeno da polarização política e sua interface com a saúde mental.

4.2 DELINEAMENTO E CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, passando pelas etapas de pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, amparada na perspectiva construcionista social (Gergen, 2009; Ibáñez, 1994) focada na descrição e compreensão dos sentidos produzidos no cotidiano (Spink, 1999). Nas Ciências Humanas e Sociais na Saúde, o uso dos métodos qualitativos em pesquisas permite compreender a produção de sentidos e realidades pelas pessoas em

contextos situados. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Já a perspectiva construcionista considera a complexidade do mundo humano, além de problematizar o lugar do pesquisador e analisar sua influência na investigação. O processo de produção de sentidos é analisado segundo as práticas discursivas do cotidiano, definidas como práticas sociais que envolvem pessoas engajadas em constantes trocas simbólicas em um espaço de interpessoalidade, que também é socialmente construído (Spink e Lima, 2013).

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Realizamos 09 entrevistas semiestruturadas com psicólogas(os) que atuam no campo da saúde mental, através de amostragem não probabilística, por conveniência. A escolha desta categoria profissional se justificou por ser a mesma a qual a pesquisadora se insere, facilitando o contato com possíveis participantes, e a condução da entrevista, haja vista a familiaridade da pesquisadora com o campo de conhecimento e de atuação desses participantes. Soma-se a isso a identificação de profissionais da saúde mental, conforme apresentamos, que opinaram sobre as repercussões da polarização política na saúde mental e nas relações interpessoais em diferentes veículos de imprensa, especialmente durante as duas últimas eleições presidenciais de 2018 e 2022.

Os primeiros contatos aconteceram entre profissionais conhecidos da pesquisadora, pessoalmente ou por meio do WhatsApp com os quais buscamos indicações de outros participantes que atendiam aos requisitos necessários para sua participação, por meio da técnica conhecida como de *snowball* ou “Bola de Neve”. Elaborou-se um convite virtual, que direcionava um formulário Google Forms, com as informações da pesquisa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os critérios para participação, bem como um questionário de identificação dos interessados e seus contatos o agendamento das entrevistas. Os critérios para inclusão dos profissionais neste estudo foram: ser psicóloga(o) e trabalhar no campo da saúde mental por pelo menos um ano. Excluíram-se participantes psicólogos(as) com menos

de um ano de atuação no campo da saúde mental e na prestação direta de atendimento à população. Das 14 pessoas que responderam ao questionário, efetuamos 09 entrevistas, haja vista a desistência ou indisponibilidade de 05 dos respondentes.

A suspensão de inclusão de novos participantes aconteceu por saturação teórica, ou seja, no momento em que, na avaliação da pesquisadora, os dados obtidos passaram a apresentar certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta de dados.

4.4 INSTRUMENTOS

A escolha do instrumento utilizado para a coleta de dados se deu em conformidade com o referencial metodológico construcionista, que valoriza a realização de entrevistas em profundidade como contexto dialógico favorável para capturar a produção de sentidos a respeito do tema pesquisado.

A entrevista foi mediada por um roteiro temático, constituído de quatro eixos, sendo eles: 1 - dados de identificação; 2 - questões relativas às repercussões da polarização política na clínica em saúde mental; 3 - questões relativas aos efeitos do fenômeno no cotidiano pessoal e profissional; e 4 – questões relativas às estratégias de enfrentamento para superar ou minimizar impactos psicossociais causados pela polarização e perspectivas de futuro. Desta forma, buscou-se captar o ponto de vista dos participantes envolvidos na realidade estudada, bem como apreender sentidos produzidos e ressignificados que o tema suscitou. Importante considerar que o roteiro em questão serviu para orientar a entrevista, permitindo assim flexibilidade e abertura durante seu processo, com a possibilidade de inclusão de novas questões, quanto o abandono de outras, de acordo com a fluidez do discurso, no interjogo de posicionamento, respeitando a dinamicidade da produção que foi sendo processada no momento da entrevista (Aragaki et al, 2014).

Ainda sobre o roteiro, este foi elaborado de modo a permitir as interações discursivas entre a pesquisador/a e os/as participantes, tornando os dois ativos no processo de produção de sentidos. As questões foram elaboradas com a intenção de tornar presente nas narrativas dos/as entrevistados/as, seus posicionamentos diante o fenômeno pesquisado e seus impactos para si, para as pessoas para as quais

prestam ou prestaram atendimento, bem como as repercussões no cotidiano do trabalho, a partir de situações que lhe foram significativas. Assim, a maioria das perguntas foram disparadoras das práticas discursivas durante as entrevistas, levando em conta a compreensão de que os sentidos são produzidos em processos dialógicos (Spink, 2010) e que nesta pesquisa não estamos preocupados em reificar verdades sobre o fenômeno e sim compreender os posicionamentos dos participantes enquanto explicam e dão sentido a ele (Gergen, 2009).

As entrevistas foram realizadas individualmente, entre outubro de 2022 a abril de 2023, sendo que 01 ocorreu presencialmente e as outras 08 ou por meio de plataforma virtual, de acordo com a disponibilidade dos participantes. A entrevista presencial foi gravada e as virtuais foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra e literalmente, constituindo o corpus da pesquisa. A pesquisadora se responsabilizou pela guarda e confidencialidade de todos os dados coletados nas entrevistas, em seu computador pessoal, a fim de preservar o sigilo das informações.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

O processo de análise é uma condição necessária para garantir o rigor e a visibilidade das pesquisas com práticas discursivas. Spink (2010) propõe a utilização de Mapas como instrumento analítico para sistematizar as informações produzidas. No estudo das práticas discursivas, o mapa é um recurso que nos permite dar visibilidade aos passos dados na construção da pesquisa e à dialogia presente nos discursos analisados. O mapa consiste numa tabela onde as colunas são definidas tematicamente, podendo ser organizadas também de acordo com os temas identificados na transcrição; ou com aquilo que o/a pesquisador/a pretende dar visibilidade na análise. Contudo, conforme alerta Spink (2010), essas colunas temáticas nem sempre podem ser definidas *a priori*, visto que, ainda que o roteiro imponha uma forma à interação entre entrevistador e entrevistado, nem sempre os interlocutores respeitam essa forma. Assim sendo, optamos pela definição das temáticas organizadoras dos conteúdos em momento posterior, já no processo de interpretação.

Iniciamos a pré-análise realizando a transcrição na íntegra das entrevistas, incluindo literalmente todas as falas de modo a preservar o discurso original do

contexto da pesquisa. Em seguida, foi efetuada a leitura atenta e flutuante do material transcrito a fim de identificar categorias de análise. Posteriormente, realizou-se a elaboração de mapas para os quais foram reposicionados os conteúdos integrais das entrevistas, conformando-se às categorias analíticas relacionadas aos objetivos da pesquisa. Isto permitiu apreender de forma bastante direta os sentidos presentes e as narrativas nas quais estes sentidos adquiriram significação. Após construído o mapa, foi realizada análise de acordo com cada categoria refletindo as principais discussões de cada tema. Assim, foram identificadas 4 categorias: 1) Sentidos no Trabalho; 2) Sentidos em si; 3) Escutas do outro; 4) Olhares para o futuro. Os resultados e discussões desta análise estão descritos no capítulo 5 desta dissertação.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisadora se comprometeu a conduzir o projeto e zelar pela confidencialidade dos dados e privacidade dos participantes, de acordo com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (pesquisas em Ciências Humanas e Sociais), bem como as demais normativas e legislações vigentes e aplicáveis. A pesquisadora declarou conhecer e cumprir os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que foram utilizados para a execução da pesquisa. Somente após a aprovação do e autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, em setembro de 2022, iniciaram-se os primeiros contatos com possíveis participantes, mediante consentimento livre e esclarecido.

Os participantes foram contatados por telefone ou pessoalmente pela pesquisadora quanto à possibilidade de participação na pesquisa, bem como de recusa e/ou desistência em qualquer etapa do estudo. Mediante aceite de participação, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização de uso de depoimento através de link por meio eletrônico, que foi registrado e salvo, concluindo o aceite do participante. Os encontros presenciais e/ou virtuais foram agendados respeitando a disponibilidade do participante e da pesquisadora, momento em que foram retomados os objetivos da pesquisa, bem como esclarecidas dúvidas com relação aos procedimentos e assegurando o sigilo da entrevista. Os participantes foram informados de que não eram obrigados a responder

todas as perguntas e de que poderiam desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem serem prejudicados por isso. Não houve nenhum custo e remuneração relacionados ao estudo, tampouco pagamento ou recompensa em decorrência da participação. A devolutiva dos resultados da pesquisa poderá ocorrer por meio de apresentação e discussão aberta ao público a ser realizada na instituição onde ocorreu a pesquisa ou da disponibilização da versão final da dissertação. Vale ressaltar que a identidade e demais dados que pudessem identificar o participante foram mantidos em sigilo. Para resguardar a identidade dos/as participantes, este estudo omitiu os nomes dos municípios nos quais os entrevistados exercem suas atividades. Os participantes foram informados que poderiam questionar ou solicitar informações sobre a pesquisa quando acharem necessário, mesmo depois de realizada a entrevista, por meio do contato da pesquisadora, constado no final do TCLE.

5 RESULTADOS

5.1 APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Se o conjunto de nove psicólogas(os) participantes aparenta ser um número pequeno para um estudo, quando ouvimos suas histórias, desafios, angústias e percepções a respeito do cenário de polarização que atravessa nosso país, este pequeno grupo se agiganta. Acreditamos que se faz necessária uma identificação resguardando-se, obviamente, o sigilo relacionado às questões éticas, com o intuito de possibilitar ao leitor uma visão mais próxima dos participantes. Para tanto, optamos em apresentar as(os) profissionais primeiro em forma discursiva, dando ênfase a alguns relatos, para apenas ao final inserir um quadro com as características gerais.

Amanda, a primeira entrevistada, tem 33 anos e desde que começou atuar como psicóloga há aproximadamente 10 anos, trabalha em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da região onde reside, no litoral de Santa Catarina. O que mais ficou evidente na entrevista foram as tensões no ambiente de trabalho, em especial no relacionamento com a equipe do serviço. Cansaço e receio de retaliação são manifestações e afetos que permeiam seu cotidiano profissional, dado o campo de disputa que é o fazer em saúde mental, especialmente no contexto que políticas de saúde mental públicas foram fortemente atacadas por defensores da lógica manicomial.

Bianca foi a segunda entrevistada e atua na atenção básica em saúde em um município da região metropolitana do Paraná e atende em um consultório particular na capital do mesmo Estado. Tem 28 anos e há 6 atua como psicóloga. Na entrevista, deu destaque especial para os conflitos familiares que lhe chegaram na clínica em função do cenário político e o estranho paradoxo entre colegas do serviço público, que ao mesmo tempo em que se colocam na defesa dos princípios do SUS, são favoráveis às políticas que precarizam e diminuem o papel do Estado, em consonância com um discurso conservador e neoliberal.

Celina, a terceira entrevistada, é a que mais acumula experiência profissional na Psicologia. Com 33 anos de profissão e 61 de idade, exerceu atividade em diferentes áreas e, no momento da entrevista, estava atuando na atenção básica em saúde em um município do litoral sul de Santa Catarina, enquanto aguardava a aposentadoria. Entre as principais preocupações dela, deu ênfase à influência das

mídias digitais nas formas de relacionar com o mundo, e de sua interferência no fortalecimento da polarização política. Também problematizou o retrocesso nas políticas públicas e a cooptação delas por grupos evangélicos, principalmente nos serviços de assistência social, a qual fez relato de uma breve e recente experiência dela como psicóloga em um abrigo para adolescentes em situação de rompimento de vínculos familiares, muitas vezes em decorrência de situações de violência, abandono ou negligência.

Já Dalila, nossa quarta entrevistada, atua como professora universitária e num consultório particular, onde atende especialmente crianças e adolescentes. Com 37 anos de idade e 14 de atuação profissional como psicóloga, ela reside e trabalha em um município do sul de Santa Catarina, onde também teve uma breve experiência como secretária de saúde no contexto da pandemia da Covid-19. Logo no início da entrevista, trouxe relatos pessoais de conflitos vivenciados na sua família, em virtude dos posicionamentos políticos assumidos; e também realçou que, na escuta de crianças e jovens na clínica, o cenário de polarização política está marcadamente presente, gerando conflitos, sofrimento e rompimentos de relações.

Elza, com então 28 anos, reside na região metropolitana de Pernambuco, Nordeste do Brasil, foi a quinta participante da entrevista. Recebeu o convite para participar da pesquisa através de um grupo de WhatsApp articulado em torno da política de redução de danos, área em que atua como psicóloga clínica há dois anos, logo após sua formação acadêmica. Para ela, a clínica em psicologia não pode e nem deve ser dissociada do contexto político e, por isso, sente-se bastante afetada profissionalmente pela influência do cenário de polarização na desqualificação da política de redução de danos enquanto estratégia de tratamento para pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, para uma lógica manicomial. Sua voz também destacou a ostensividade da desinformação e das *fake-news* nas mídias sociais, principalmente em grupos de WhatsApp, como influenciadora de opiniões políticas, fortalecendo a dicotomia de pensamentos e dificultando o que chamou de consciência política.

Fábio, nosso sexto entrevistado, também atua como psicólogo clínico na política de redução de danos e conta com uma breve experiência com política pública de assistência social. Tem 27 anos de idade e dois de atuação profissional, embora sua militância em movimentos sociais de luta antimanicomial e em defesa dos direitos de pessoas em situação de rua aconteça desde sua formação acadêmica. Na época

da entrevista, residia em um município da região sul, no estado de Santa Catarina. Trouxe, além de relatos de conflitos familiares na sua vida pessoal em função de posicionamentos políticos adotados por pessoas da sua família; a pauta do fundamentalismo religioso, da intolerância e da dificuldade de lidar com o diferente como questões que atravessam seus clientes na clínica.

Gal, com 44 anos, foi nossa sétima entrevistada e atua exclusivamente com atendimento clínico particular no município em que reside, no Vale do Itajaí, também em Santa Catarina e teve experiência, no início de sua carreira como psicóloga, há aproximadamente 7 anos, com um grupo de mulheres, ao qual fez referência logo no início da entrevista. Percebeu ela que naquela época, em 2017, as mulheres que compunham o grupo traziam muitos comentários de cunho religioso que, ao mesmo tempo em que as aproximavam, também davam vazão a um discurso muito próximo ao que chamou de discurso fascista, justificado por medos da inflação e da corrupção, por exemplo, temas estes comuns nos noticiários da época e amplamente explorados pela extrema-direita brasileira. Ademais, igualmente atribuiu ao cenário de polarização política como mola propulsora de conflitos relacionais e de sofrimento mental entre as pessoas que atende no consultório.

Hortência, a oitava entrevistada, também reside e trabalha em um município do Vale do Itajaí, como psicóloga na atenção básica em saúde e na clínica individual vinculada a um sindicato local, que oferece assistência psicológica aos seus filiados. Com 33 anos de idade e 09 de atuação profissional, também destacou a precarização do SUS, mais sentido no governo Bolsonaro, como algo que afeta profundamente seu fazer profissional no serviço público. De igual modo, trouxe à tona experiências pessoais e relatos de pessoas que ela atende com queixas relacionadas ao contexto de polarização política.

Finalmente, nossa nona participante da pesquisa é Lara, que tem 40 anos e 15 de carreira como psicóloga. Também reside e trabalha no litoral do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, como servidora da política de assistência social de seu município e em uma clínica particular. Na entrevista, enfatizou os desafios frente à precarização das políticas públicas, igualmente mais presentes no governo Bolsonaro, o cansaço diante da necessidade permanente de reiterar o óbvio daquilo que defende enquanto projeto de sociedade. Já no seu trabalho na clínica, além das demandas por atendimento relacionadas à polarização política, revela seu estranhamento diante de clientes aos quais supunha “esclarecidos”, mas que manifestaram medos infundados

com a possibilidade de o Partido dos Trabalhadores retomar o poder no cenário das últimas eleições de 2022.

Feitas as apresentações, vejamos as informações gerais sintetizadas na tabela abaixo.

Quadro 2 - Perfil dos participantes

Identificação	Idade	Tempo de atuação profissional	Gênero	Área de atuação atual	Estado/Região onde trabalha e reside
Amanda	33	10	F	Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)	Vale do Itajaí/SC
Bianca	28	06	F	Atenção Básica em Saúde e clínica particular	Região Metropolitana/PR
Celina	61	33	F	Atenção Básica em Saúde	Litoral Sul/SC
Dalila	37	14	F	Professora universitária e clínica particular	Litoral Sul/SC
Elza	28	02	F	Clínica particular /Redução de Danos	Região Metropolitana/PE
Fábio	27	02	M	Clínica particular /Redução de Danos	Continental Sul/SC
Gal	44	07	F	Clínica particular	Vale do Itajaí/SC
Hortência	33	09	F	Atenção Básica em Saúde Clínica particular	Vale do Itajaí/SC
Iara	40	15	F	Assistência Social	Vale do Itajaí/SC

Identificação	Idade	Tempo de atuação profissional	Gênero	Área de atuação atual	Estado/Região onde trabalha e reside
				(CREAS) e clínica particular	

5.2 A EMERGÊNCIA DOS SENTIDOS E DOS AFETOS

O que psicólogos têm a dizer (e ressignificar) a respeito do cenário de polarização política no Brasil? Como este contexto tem atravessado o cotidiano destes profissionais no fazer em saúde mental? O que ouvem e o que interpretam da escuta de pessoas que lhes remetem suas dores e seus sofrimentos? Quais as apostas de futuro diante de um país fraturado e dos desafios ora postos?

Este capítulo discorre sobre os sentidos produzidos pelos/as psicólogos/as atuantes no campo da saúde mental sobre o fenômeno da polarização política e suas implicações psicossociais. A análise das entrevistas realizadas com os participantes está organizada de acordo com as categorias identificadas, quais sejam: 1) Sentidos no Trabalho; 2) Sentidos em si; 3) Sentidos no outro; 4) Olhares para o futuro. Nesta direção, as vozes dos participantes provocaram reflexões subsidiadas pelo referencial teórico utilizado neste estudo e revelam sentidos que apontam à emergência de afetos tristes, às rupturas na sociedade e à produção de sofrimento como repercussões da polarização.

5.2.1 Sentidos no trabalho: precarização, conflitos, medo de retaliação

*A máquina mói a gente.
A gente cansa da máquina.
Mas a máquina, que não tem nervo nem músculo,
que põe a gente minúsculo,
esta não cansa da gente.
E seu ranger de cerrados dentes e azeitadas engrenagens,
e seu torcer persistente,
primeiro põe a gente doente,
depois desistente,
como um velho cuco sem vida.*

(Viegas Fernandes da Costa, 2021, p. 49)

No ambiente de trabalho, as repercussões da polarização ressaltaram sentidos que se relacionam à precarização (especialmente entre os participantes que atuam nos serviços de saúde e assistência social), aos conflitos entre a equipe e ao medo de retaliação em virtude de posicionamentos políticos, sentidos estes produtores de sofrimento psicossocial.

Para Galvão e Marcelino (2018), o percurso histórico que vem legitimando o aprofundamento da precarização do trabalho no Brasil ficou fortemente evidenciado a partir de 2015, quando o resultado eleitoral e as práticas de gestão pública foram questionados, em meio ao fortalecimento de oposição partidária do espectro ideológico da extrema-direita ou de uma postura simplificada de antipetistas.

A precarização enfrentada por profissionais da saúde e intensificada no contexto da pandemia da COVID-19, é atribuída ao desmonte nas políticas públicas promovido durante o governo Bolsonaro. De acordo com Oliveira (2022), entre as pautas da extrema-direita encontra-se a redução radical do poder regulador do Estado, a facilitação de fluxos de capitais e a precarização do trabalho. No caso da saúde mental, de acordo com este autor, os problemas da radicalização de extrema-direita se manifestam, por exemplo, nos usuários que, anteriormente vinculados aos serviços de saúde mental, agora são atingidos por legislações que promovem a volta à lógica manicomial, a violação de seus direitos e o descaso pelo conhecimento científico, em detrimento de melhores abordagens para o tratamento em saúde mental (Oliveira, 2022).

Além do temor generalizado em decorrência do cenário da pandemia, as tensões psicossociais decorrentes das práticas preventivas, dos constrangimentos do enfrentamento político-ideológico contra o negacionismo, com o avanço do

neoliberalismo, conforme Antunes (2005), há um processo de desqualificação do trabalho, perdas de direitos causados especialmente por uma fragilização das relações de trabalho, afetando a estabilidade profissional e a duração de seus vínculos. Os trabalhadores passam a vivenciar o trabalho como algo negativo, devido aos efeitos deletérios à saúde psicossocial, para a qual não vêm apoio, valorização ou reconhecimento (Lourenço *et al*, 2019). Neste sentido, os participantes da pesquisa trouxeram a precarização como consequência para a produção de sofrimento no trabalho. Vejamos excertos nas vozes de Hortência e Iara que podem apontar para tais sentidos:

Hortência: Eu estava trabalhando das 1 às 7 e chegou um momento em que eu estava fazendo 7 atendimentos de 45 minutos, então, um atrás do outro. E aí eu me dei conta de que eu estava atrasando aqui e ali, eu estava ficando ansiosa durante os atendimentos. Eu queria possibilitar que todo o mundo estava sendo atendido, eu queria dar acesso, mas eu estava sucateando e eu acho que... porque que eu pensei nisso, porque justamente, por conta do SUS, da rotatividade, de ter que abrir espaço para atender mais gente e porque tem fila de espera, e porque tem demanda (...). Por conta disso tudo eu passei e ser muito mais incisiva também nas minhas perguntas. Então a minha pergunta, ela não dá espaço pro sujeito... não que ela não dê hoje, hoje eu tento baixar o meu ânimo também, mas eu não respeitei... não que eu não respeitasse, mas eu acelerei o processo do sujeito. E isso não diz respeito a quem era lulista ou bolsonarista, mas isso é também o produto do sucateamento, né? E eu acho que, agora pensando, em algum nível tinha um pouco de raiva do sistema, não do sujeito na minha frente, mas de raiva desse sistema que transforma aquilo que eu amo, que é o meu trabalho, meu conhecimento, minha dedicação, minha energia, em uma coisa que é apressada (...) acontece sim esse sucateamento, acho que está tudo entrelaçado.

Iara: (...) aquilo que foi se construindo e foi se fortalecendo, parece que nesses últimos dois, três anos, assim: ladeira abaixo. Inclusive a gente percebe que acaba ficando muito... os equipamentos são defasados, com relação a falta de investimento em profissionais de concurso público, então voltou aquela

coisa de celetista, de contrato terceirizado, então vem pessoas, ficam três, quatro meses, que não entendem nada, que caem lá de paraquedas, não entendem nada sobre a política de assistência. Aí fica refém daquilo que esse tipo de gestão prega e deseja. E aí se não faz nestes moldes, dispensa, contrata outro que vai fazer para garantir, enfim...

Outra consideração apontada nas entrevistas é a desqualificação profissional, haja vista a significativa presença de profissionais que incorporam vieses religiosos na execução das políticas públicas. Destaco aqui os relatos de Celina, que fez referência a uma experiência profissional em um abrigo para crianças de adolescentes; e de Iara, que além de atuar com clínica, é psicóloga na secretaria de assistência social do município em que reside:

Celina: As perdas, até recuperar... uma série de situações, de circunstâncias, não se trata só de refazer só, tu tem que refazer processos mesmo, de entendimento, de compreensão de porque aquilo tinha chegado naquele lugar. Eu vejo por exemplo um outro efeito que a gente fala pouco, mas que curioso porque eu circulei, eu cheguei a ter um trabalho, foi em 2021, num abrigo. O contrato era de uma ONG de evangélicos. Era um abrigo de meninos, adolescentes. (...) Essa proliferação das igrejas e o empoderamento, não é só um discurso político (...) as aberturas que elas tiveram nas políticas públicas, isso pra reverter vai ser o inferno. Práticas de gestão absolutamente duvidosas, cabulosas, vergonhosas. Inclusive a coordenadora, que era uma psicóloga, mas é da igreja e puxava os cânticos. Então o que que tu faz num lugar destes? Não tem nem argumento, entende? É uma coisa que não sei nem o que dizer. Uma coisa é o embate político, teórico, posso tá errada, posso tá certa. Participar e divergir não é o problema, mas isso é uma coisa que me deixava bestificada, sem ação, num sofrimento enorme, foram 40 dias horrorosos, nem saber o que fazer, precisando trabalhar, indo pra lá sem saber o que fazer.

Iara: Estes últimos quatro anos houve um declínio no que diz respeito a política pública relacionada à assistência social. Os cargos de gestão ali dentro da minha secretaria são todos com viés religioso. São pastores ou

algum envolvimento forte com igreja. Então daí a gente percebe que as intervenções acabam retrocedendo e voltando a ser muito assistencialista, né? (...)E aí a gente vê os oficinairos que fazem parte do mesmo conluio religioso, então durante as oficinas sempre fazem alguma colocação com esse viés religioso, quando tem uma roda de conversa, no final fecha com todo o mundo fazendo uma oração. Sabe, umas coisas assim... Então é desgastante também porque daí todo o momento você tem que estar pontuando aquelas coisas que deveriam ser óbvias. E aí você, num conjunto onde a maioria tem esse tipo de visão, parece que você é que está louca que destoa do grupo. E acaba sendo daí sim um espaço de sofrimento, inclusive para os profissionais que estão ali atuando.

Nesta direção, Fábio e Elza, psicólogos que atuam com Redução de Danos (RD), manifestam receio com a ideologização da política de RD. Elza igualmente faz referência aos discursos de viés religioso e manicomial da bancada evangélica do legislativo do Estado onde reside, enquanto Fábio diz da necessidade de atribuir outro sinônimo para o conceito de RD para seus pacientes, devido à conspurcação que a abordagem gerou entre conservadores:

Elza: (...)me atravessa no sentido da luta antimanicomial, que ainda com esse foco de financiar mais as comunidades terapêuticas do que o CAPS (...) vai voltar toda a lógica manicomial que a gente luta tanto pra se diluir e seguir com a reforma psiquiátrica. Me afeta nisso (...).Aqui em [referência à cidade] tem dois deputados federais que eles são evangélicos e que eles lideram boa parte das comunidades terapêuticas, e aí no carnaval agora teve uma ação... teve uma ação no carnaval de [referência ao local] da Escola de Redução de Danos e aí durante o carnaval fizeram uma denúncia dizendo que a ação lá tava distribuindo kit-drogas e que fazia apologia ao uso de drogas, e aí no Plenário este casal de evangélicos falaram pra vetar a atuação de redução de danos no Estado.

Fábio: Trabalhando na política pública havia sim um cuidado com a forma que a gente ia apresentar a redução de danos, por exemplo. Porque a redução de

danos é um campo, a saúde mental é um campo de disputa política. E aí nesse caso a gente precisaria evitar palavras, conceitos muito batidos e que já vão ser negados por conta dessa polarização que a gente tá vivendo. Nesse exemplo é a redução de danos (...) ter que falar de uma coisa usando outros nomes pra que a pessoa consiga pelo menos acessar a importância disso pra ela, pra que a gente tá atendendo, pra família, que seja, sem que isso barre numa ideologia. Então assim, foi necessário cuidar de algumas coisas (...).

Outro impacto associado ao contexto de polarização foi o conflito entre a equipe de trabalho em função da divergência de posicionamentos políticos, especialmente na defesa do SUS e da ciência, marcadamente vilipendiados no contexto da pandemia. O termo conflito, tanto na Psicologia como nas Ciências Sociais, remete a uma situação de divergência, com a conotação de tensão, de violência, ou, pelo menos, de iminência de ruptura de um equilíbrio que se tornou precário. A fratura social provocada pela polarização se estende em espaços de coesão e de encontro laboral, podendo causar rupturas no ambiente de trabalho, aprofundando o conflito e obstaculizando seu manejo pelas vias democráticas (Lozada, 2020). A tensão e o rompimento da contratualidade se manifestam por meio do desrespeito, do desentendimento, da injúria e frequentemente envolve a dimensão emocional em que se afloram sentimentos negativos relacionados aos valores, crenças e percepções dos indivíduos na sua relação com o outro (Carvalho; Peduzzi e Ayres, 2014). Seguem abaixo as vozes das psicólogas Amanda, profissional do CAPS; Bianca, que atua na Atenção Básica em Saúde, e Dalila, que nos trouxe o relato de sua experiência enquanto gestora na secretaria municipal de saúde, no contexto da pandemia:

P: Isso (a polarização) acaba afetando seu cotidiano profissional?

Amanda: Sim. Essa polarização afeta muito a relação, principalmente a relação profissional. É tudo muito... A polarização deixa todo mundo muito com os nervos à flor da pele. Às vezes é difícil o convívio. Se torna bem desgastante o trabalho.

P: Em que sentido?

Amanda: Já presenciei e já participei de briga. Fui sendo empurrada para um polo (...). No ambiente de trabalho, antes eu não sentia necessário ficar pontuando algumas coisas que pareciam que tavam claras, né? Hoje o óbvio precisa ser dito. Mas honestamente eu me sinto muito cansada e eu evito algumas discussões que eu acho infrutíferas (...) em alguns momentos mais, outros momentos menos, eu me senti afastada até da equipe pra me preservar. Chegava a me gerar uma ansiedade, um desconforto muito grande assim, por conta disso.

Bianca: No contexto em que eu trabalho, que até em termos de gestão, tem uma certa esquizofrenia política. Pessoas que se colocam como gestores técnicos, tecnocratas assim até, de se fiar pela técnica, e nisso adotar posicionamentos que são culturalmente de esquerda, no sentido de definir políticas públicas, de defender acesso a direitos, defender os princípios do SUS, mas daí trabalham em prol de uma política que é contra isso, né? (...) então fica até difícil de se situar nisso tudo. Então parece que no fim das contas o que pega mais ali acaba sendo ainda a micropolítica.

Hortência: Eu sinto muito que as pessoas chegam hoje em dia no SUS nos xingando porque que a gente não dá conta de fazer mais, sabe, ao invés de entender, e aí voltando pra questão lá de 2013, né, ao invés de entender que certos direitos eles são produto de uma conquista, de um movimento, de um ativismo, enfim de todo um processo, né? Eu acho que as pessoas estão chegando com esse senso de que isso me pertence, eu mando em tudo.

Dalila: Eu consegui pegar um movimento de gestão dentro de uma pandemia, que já foi uma coisa muito... de ter que lidar com o negacionismo de profissionais da equipe, de profissionais de saúde, de dizer que não, que não iam tomar vacina, que não iam usar IPI, então assim, eu vi coisas muito sérias lá...

Por fim, destacamos aqui vozes que remetem ao sentimento de medo de sofrer alguma represália ao assumirem posicionamentos políticos. Celina, que na ocasião estava atuando na atenção básica em saúde, refere sensação de

perseguição. Elza, que entende que a prática do psicólogo não deve se dissociar de uma postura politicamente comprometida, fala do medo de posicionar-se quando presta serviços para instituições públicas.

P: Você sentiu algum receio de se manifestar politicamente no ambiente de trabalho?

Celina: Isso eu senti, não foram tantas pessoas que se manifestaram, mas não duvido e acho que nem todas falariam também, porque a gente também tá num lugar que as pessoas também não sabem o que se registra, o que se fala, pra quem se fala. Quando a cidade é pequena, as estruturas são pequenas e próximas, as pessoas são muito próximas. Apesar de eu não ser próxima da gestão, eu faço questão de me manter distante tanto quanto eu puder. Então é inevitável que se encontre em alguns eventos, algumas coisas que são públicas, aí ok, cumprimento, mas evito proximidade, até porque tinha uma posição política diferente.

Elza: (...) quando eu vou atuar em uma instituição pública, eu fico com receio de mostrar meu posicionamento, quem sabe eu vou sofrer uma retaliação (...) eu percebo que me afeta no profissional, porque querendo ou não, não tem como dissociar. E aí o afeto que eu sinto é o medo, uma trava.

Ainda nesse sentido, temos a fala de Iara, que mantém um consultório de psicologia em uma clínica de fisioterapia e acredita que a clínica possa ter sofrido boicotes, após ter sido exposta como “petista” em uma lista que circulou pela sua cidade “denunciando” estabelecimentos comerciais e de serviços pelo posicionamento político assumido no contexto das eleições de 2022:

Iara: Agora eu lembrei (...) ali na clínica onde eu trabalho (...) é uma clínica de fisioterapia que já existe há anos (...) e ali, durante o primeiro, o segundo turno, enfim, ela [a proprietária da clínica] nunca deixou de debater lá com os pacientes, tem uma rotatividade grande de pessoas que frequentam a clínica e dava às vezes discussões calorosas lá dentro (...) no segundo turno, teve aquela lista de instituições a serem vetadas, empresas, e ela estava nesta lista, que repercutiu bastante. E hoje a gente percebe que houve um declínio

no número de pacientes atendidos ali. E talvez uma das explicações seja essa.

Durante e após as eleições, a perseguição a comércios e serviços em diversas regiões do Brasil circularam nas redes sociais, e sua adoção logo foi associada a prática da Alemanha nazista que obrigou comerciantes judeus a colocar a estrela de Davi em suas lojas na década de 1930. O boicote aos comércios e a ideia de marcar as pessoas que votaram no PT é a reproduz uma estética que aproxima o bolsonarismo do nazismo: cumprimentos, marchas, uso de estrela para identificar os petistas, fanatismo e sobretudo violência foram táticas bastante exploradas por bolsonaristas e especialmente no contexto eleitoral de 2018 e de 2022.

Como vimos, o cenário de polarização no ambiente de trabalho repercutiu sentidos que se relacionam à precarização, aos conflitos entre a equipe e ao medo de retaliação, compondo silenciamentos, distanciamentos, antagonismos, esgotamento, entre outras manifestações que dificultam a possibilidade de agir, de fazer saúde, configurando em sofrimento ético-político.

5.2.2 Sentidos em si: relatos pessoais de vínculos fraturados

*Em cada palavra pulsa um coração.
(Clarice Lispector)*

Os relatos de vivências pessoais que o tema da pesquisa provocou evidenciaram o quanto o fenômeno da polarização vem deflagrando estranhamentos em relação ao outro próximo de nós, como familiares e amigos, em função dos posicionamentos políticos assumidos. Algumas entrevistadas, inclusive, logo após o início da minha apresentação e da exposição dos objetivos e questões éticas relacionadas à pesquisa, demonstraram emergência em falar como este contexto tem afetado suas relações e definido diferenças entre “eu” e o “outro”, produzindo afastamentos, decepções, sentimentos confusos e sofrimento.

Na dinâmica familiar, as posições polarizadas intensificam conflitos que se constituem na impossibilidade do diálogo respeitoso entre posicionamentos e opiniões relacionados às questões ideológicas e políticas. A formação de uma posição política

e as convicções que a sustentam geram tensões que desfavorecem a enunciação e a discussão respeitosa dos diferentes posicionamentos.

Destaco aqui dois trechos de Dalila, que abriu a entrevista enfatizando como a polarização abalou valores até então considerados fundamentais a sua família; e um excerto de Fábio, que apontou o quanto as brigas na família afetou na possibilidade de diálogo e, por conseguinte, na manifestação de comportamentos hostis no ambiente familiar:

Dalila: Na minha vida eu convivo, desde que nasci, muito dentro do campo político, eu sou filha de político, meu pai já é falecido, mas meu pai foi político, foi prefeito do município, então assim, eu sempre vivi muito dentro desse meio, e por incrível que pareça eu cresci dentro disso com meu pai sempre fazendo questão de dizer que nós teríamos que ter amigos em todos os partidos, que a questão política não pode se misturar com a questão pessoal, se eu gosto de alguém, mas ela é contra o meu partido, isso é lá fora no campo político. Nada impede que essa pessoa frequente a minha casa, que continuemos sendo amigos, e tudo mais. Então eu te confesso que vivenciando estes últimos anos, foram coisas que realmente, como indivíduo num primeiro momento, me pegou muito. De ter que vivenciar isso dentro da minha família, que é uma coisa que a gente se surpreende com as falas, mas eu realmente acredito que chegou o momento que a polaridade lá foi necessária. Porque já não era mais uma questão política.

Dalila: Eu acho que talvez um afeto que me foi muito presente foi essa, eu não sei se posso chamar... decepção... acho que sim, uma desesperança, e acho que uma decepção também, assim (...) porque talvez todos nós tenhamos algum tipo de julgamento, ou pré-julgamento das pessoas com as quais a gente convive. Mesmo dentro da família eu já sei mais ou menos como aquele meu primo pensa com relação ao discurso de ódio, mas eu acho que pela primeira vez... enquanto estava muito no campo das ideias, isso nos confortava de alguma forma, e quando aquilo veio de maneira bem representativa, eu acho que foi uma decepção de confirmar talvez algumas ideias que eu tinha ao longo da vida e que eu mesma negava que elas pudessem existir (...). Falando de maneira particular, com relação às pessoas

da minha família e aos posicionamentos que algumas tiveram, de discurso mesmo, eu acho que eu classificaria como decepção, foi o que mais me atravessou, mais que o ódio, mais que a tristeza, eu acho que a decepção de confirmar que não era só um devaneio meu, assim, que não um momento passageiro. Esse momento teve aí mais que quatro anos de duração e acho que vai durar ainda mais.

Fábio: a relação familiar é um caos, tem momentos de ser insustentável, de eu, de me identificar de uma forma muito agressiva por não conseguir ter um diálogo com outras pessoas que pensam, que vivem num espectro totalmente diferente do que eu imagino, do que assumo pra mim enquanto desejo de sociedade (...) Apesar de não ter atendido pessoas que trouxeram essa queixa da polarização, eu já levei pro meu psicólogo, já levei algumas vezes de ficar mal com as brigas em casa, briga em grupo de família, mas daí chega naquele lugar, de como essas pessoas são, na verdade, como elas me tratam...

Celina apontou o sentimento de incredulidade em referência ao comportamento de seus filhos gêmeos, com então 25 anos, especialmente no cenário da pandemia da COVID-19, ressaltando sentidos sobre o quanto a polarização política influenciou no posicionamento das pessoas em relação às medidas sanitárias de isolamento e distanciamento social. Seu relato rememora que no período mais grave da pandemia. Ela, que então morava com os filhos, optou por se abrigar na casa de uma vizinha idosa, de quem também auxiliava nos cuidados, para evitar o contato físico com eles, haja vista a possibilidade de contaminação:

Celina: Meus filhos! Eu tenho filhos jovens, os meus filhos tomaram a primeira dose a muito custo também, porque também resistiram. O pior foi o enfrentamento com eles. Eles iam pra todas as festas. Era inacreditável.

Iara fez referência a amizades que passou a estranhar quando estas revelaram seus posicionamentos políticos, algo que, antes de 2018, não eram marcadores que influenciavam o vínculo. Para a preservação das relações, o silêncio a respeito de preferências políticas entre os dois polos é condição:

Iara: Pensando em algumas amigadas, se você resolve mesmo abordar o assunto e dialogar a respeito, acaba ou rompendo ou você também deixa esse assunto num lugar onde não se toca. Então talvez aquelas amigadas que você sabe que o outro tem um pensamento divergente, esse é aquele assunto que não se toca e aí se mantém uma amizade. São assuntos delicados que você sabe que se vier... você tem um apreço por aquela pessoa, pela história que a gente já teve juntos. Depois que você pensa assim, “nossa, mas tá, ela votou pra esse cara, enxerga dessa forma, nossa então... eu desconhecia essa pessoa mesmo depois tanto tempo, como pensar dessa forma, né? Como é que eu não percebia, ou não via desse jeito”. Mas por respeito a própria história, se continua um contato, uma vivência, mas com essa ressalva, de que esse tipo de assunto não pode ser tocado senão vai desandar mesmo, senão vai ter uma ruptura.

Já Hortência contou uma situação particular, demonstrando uma amálgama de afetos tristes: raiva, ódio, medo, vergonha. O contexto histórico da vivência relatada por ela se dá no momento de seu encontro com as manifestações bolsonaristas, logo após o fim das eleições de 2022, quando rodovias foram bloqueadas por grupos de caminhoneiros e apoiadores de Bolsonaro descontentes com o resultado das eleições, culminando em ações violentas contra o direito de ir e vir da população. Já não se tratava exclusivamente, na ocasião destes bloqueios, de uma violência de um líder populista autoritário contra as instituições democráticas, como acompanhamos durante todo o governo Bolsonaro, mas sim do resultado de todo esse processo: a violência naquele momento vinha de pessoas apoiadoras que, reunidas em massa, apostaram no caos e se voltaram contra cidadãos:

Hortência: Mas eu tive duas situações que foram muito graves, assim. Uma delas foi quando fizeram as barreiras. Porque eu fui trabalhar e eu mostrava o meu crachá, e as pessoas ficavam batendo nas portas, pegavam meu crachá na mão e ficavam olhando dentro e eu me senti muito invadida de passar pela barreira, muito... E teve uma ocasião em que eu fiquei com muita raiva, assim, foi um momento que eu realmente dei uma explodida: que nos fizeram fazer toda uma volta a, sei lá, 5 km por hora e quiseram abrir a porta

do meu carro pra olhar as coisas que tinha dentro, eu tranquei o meu carro, eu disse não e passei. No que eu passei, eu passei arrancando pneu, porque eu tava um misto de medo, de raiva e quando eu tava lá pra frente eu abri a janela e fiz um “L”. Não era nem pelo Lula, mas era... pelo fato de tipo “ai”, de mandar todo mundo a merda, assim. Quando a gente chegou na outra barreira, que era ali na entrada de Gaspar, eles nos assediaram e nos ameaçaram. E eles fizeram assim pra gente, dizendo: “a gente tem vídeo do que você fez lá trás, aqui você não vai passar”. E aí eu fiz a volta e a gente pegou aquela ponte que vai pra Gaspar e lá por dentro a gente conseguiu entrar em Blumenau. Mas eu tremia, Fernanda, eu tremia, tremia, tremia, e nessa ocasião eu tava com a minha mãe. Eu tremia, tremia e eu tinha vergonha de ter feito ela passar por isso assim, sabe? Então foi um misto de muitas emoções. E aí depois disso, eu fiquei mais ou menos por um mês com ódio de caminhão, mas um ódio, eu vou te dizer, não era raiva, era ódio mesmo, era das piores emoções que já senti. Eu via caminhão, eu rangia os meus dentes. Eu tinha vontade de abrir a janela e mostrar dedos, sabe? E no meu caminho (...) tem postinho da polícia federal e eu passava ali com ódio também. E de novo com vontade de abrir janela, mostrar dedo, berrar, eu não conseguia passar perto de polícia(...) foi muito pesado pra mim.

Ao trazer o relato de uma situação concreta que vivenciamos na história recente do Brasil, Hortência dá ênfase aos afetos que lhe tomaram de assalto como uma das piores sensações que sentiu. Mostrar o cachá para uma pessoa não investida de autoridade, ter sua privacidade invadida, ser assediada e ameaçada, sentir medo, sentir raiva, sentir ódio, além das manifestações físicas. A resposta que Hortência conseguiu deflagrar é ousada: fazer o “L”, em alusão ao Lula, que na ocasião já havia sido eleito.

Convergindo a ideia de situações-limite, elaborada pelo educador brasileiro Paulo Freire e elevada à categoria psicológica em Martin-Baró (Moreira e Guzzo, 2013), com a situação compartilhada por Hortência na entrevista, temos elementos que contribuem para pensar as situações-limites que nos atravessaram no cenário de polarização política, que atingiu seu ápice com a tentativa de um golpe de Estado em 08 de janeiro de 2023. Para Freire, o contato dialético do homem com o mundo é circunstanciado por situações-limite, tidas como dimensões concretas e históricas de

uma dada realidade e que podem ser reveladoras de atos-limite, ou seja, de atos humanos que carregam sua característica de liberdade, de ser ativo, cujas ações transformam a realidade em que vive. Inspirado em Freire, Martín-Baró elabora o conceito de “situação-limite” referindo-se a uma situação objetiva e histórica, que estabelece uma relação dialética com o sujeito e que, frente a essa situação, resulta numa síntese que pode produzir resultados positivos ou negativos. Assim, as situações cotidianas que expõem o contraponto da relação entre o sujeito e a sociedade, revelam a constituição da subjetividade a partir de circunstâncias concretas. O ato-limite de Hortência “fazer o L” é revelador, ele carrega essa característica de liberdade diante da ameaça e da violência vivenciadas concretamente naquela situação. O gesto possível, frente a incredulidade da situação, ainda de infantil, produziu resultados negativos: assédio, ameaça, violação de seu direito de ir e vir. A subjetividade contida no gesto, entretanto, revela que a situação-limite não permitiu que a opressão vivida por Hortência fosse reduzida ao silenciamento e à resignação.

A noção de situação-limite é trabalhada por Martín-Baró incorpora a compreensão do caráter essencialmente dialético trauma psicossocial (TPS). O TPS, assim anunciado, não se dissocia da imersão social que o constitui e o deflagra. Hortência nos diz que após aquele momento ela ficou aproximadamente um mês com sentimentos de ódio e que toda vez que via de seu carro um motorista de caminhão ou uma autoridade policial (a quem caberia atuar para a proteção dos cidadãos durante os bloqueios dos manifestantes), a memória da situação traumática retornava, aliada a manifestações psicossomáticas, como ranger dentes. Contudo, a possibilidade de insurgência, como “mostrar dedos”, “berrar”, para usar a palavras dela, foi exaurida pelo medo. Como abordado anteriormente, os processos desencadeados pelo medo produzem sensação de vulnerabilidade, estado exacerbado de alerta, sentimento de impotência e alteração do sentido da realidade. Em algum grau, a partir do que Hortência compartilhou na entrevista e dos sentidos produzidos a partir de nosso diálogo, reconhece-se todos estes processos suscitados pelo medo.

5.2.3 Escutas do outro: quando a polarização repercute na clínica em saúde mental, emerge afetos, provoca rupturas e produz sofrimento.

Oh, senhor cidadão
 Eu quero saber, eu quero saber
 Com quantos quilos de medo
 Com quantos quilos de medo
 Se faz uma tradição?
 (Tom Zé)

Como já mencionado, foi do meu cotidiano profissional que emergiu a necessidade de dar sentido às demandas atravessadas pelo cenário de polarização trazidas pelas pessoas às quais prestava atendimento. Soma-se a isso a intensificação de matérias jornalísticas e entrevistas que também pautaram o fenômeno na interface com a saúde mental. Esta categoria diz respeito às escutas profissionais das entrevistadas/os que despertaram sentidos relacionados ao fenômeno e de como ele chegou à clínica em saúde mental, demandando significação.

Começo com um excerto de Gal, que trouxe um recorte de 2017, quando iniciou suas atividades como psicóloga clínica, apontando seu estranhamento com os discursos conservadores advindos de um grupo de mulheres com o qual atuava, muito mediado pelo medo e atravessado pela crença religiosa:

Gal: Eu comecei com grupo de mulheres e à época já no grupo havia, em 2017, naquela época já havia alguns comentários, mas muitos comentários de cunho religioso. Isso é que me deixava bem impregnada de questionamentos. Também pela minha abordagem. E de quanto a intencionalidade de justificar qualquer crença religiosa, os mantinham, as mantinham muito próximas de um discurso, eu vou dizer discurso fascista porque não tem como dizer outra palavra hoje. Antes eu dizia um discurso conservador, hoje eu já não digo isso, porque eu entendi o quanto de sofrimento se apresentou por uma falta de consciência de si até. As pessoas passaram a não ter mais consciência delas próprias, por crenças assim, muito limitantes, muito limitantes e de muito medo, na realidade, como existiu um

receio de uma inflação voltar, de uma condição de corrupção exacerbada, aquele mecanismo todo das fake news, aquela época, aquela explosão, aquela... então tem que me segurar a alguma coisa, né? Mas... a questão religiosa sempre foi a que me deixava assim, nossa, é uma onda tão grande, e vai pegar de um jeito tão fundamental nas nossas estruturas mais, vou dizer sombrias, porque não vem da consciência, ela vem de uma necessidade de quem vai pra morte, né, de um ser que morre.

Gal expressa inquietação com o os discursos religiosos que, ao mesmo tempo em que mantinham a sensação de pertencimento das mulheres do grupo, também justificavam um discurso conservador/fascista limitando a consciência de si. Lembramos que o ano de 2016 foi marcado por uma crise política intensa com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. Vale ressaltar que, no momento da votação que resultou na perda de seu mandato, os votos da câmara dos deputados, em especial da bancada evangélica, remeteram a ideais e valores de ordem moral, sentimentos referentes à família, à religião e à base eleitoral do deputado, somando-se a avaliação de mau governo e de corrupção. Sobretudo a defesa da moral tradicional, que estaria em perigo com a continuidade do governo de Dilma Rousseff, serviu de justificativa de voto (Prandi e Carneiro, 2018).

Assim, não há como dissociar as dimensões da crise política dos conteúdos dos discursos trazidos pelas mulheres do grupo referenciado por Gal. Ali já se demarcava que, em se tratando de política como campo de disputa, o âmbito dos valores democráticos contava menos que o universo da tradição, da mesma forma em que produziam, em parte do eleitorado, modos de subjetivação alienadoras e apegadas à representação de um inimigo comum a ser combatido.

Fábio produz sentidos similares quando interpreta que, apesar da questão de a polarização política não ter sido expressamente verbalizada entre as pessoas que atendeu, é possível identificar a influência de valores morais e religiosos usados para sustentar posições políticas, como atravessamentos a serem trabalhados na clínica:

Fábio: De certa forma não há um espaço pra gente debater sobre posicionamento político das pessoas. Mas alguns traços que possam vir a... o que sustenta isso que levou a polarização e que já apareceu. Por exemplo: não é sobre presidente A ou presidente B, no aspecto de Lula à esquerda e

Bolsonaro à direita. Eu acho que é o que isso representou. O que que sustenta a escolha do Bolsonaro na ausência, na impossibilidade de escolher o Lula? Tipo um lugar e o outro todo um oposto. É a pauta do fundamentalismo religioso, é a intolerância, é a dificuldade de lidar com o diferente. Então essas questões por algumas vezes aparecia, mas aparecia no lugar de alguma que acontece quando cruza algum lugar do íntimo da sua família e que isso se torna uma questão. E aí o que sustenta a visão dessa pessoa é o que sustenta a visão de muitas pessoas no Brasil que leva... que é atravessado por um olhar religioso, por uma dificuldade de identificar, de respeitar a pessoa que é diferente do que eu acredito que é certo.

lara, já no período das eleições gerais de 2022, fez referência a um atendimento com uma pessoa que a colocou o desafio de lidar e acolher as angústias que a tomaram, haja vista a crença dela em uma *fake news* de que um dos candidatos promoveriam uma política de confisco de bens:

lara: Outra situação também, mas daí do lado contrário, que talvez o que tenha me dado mais angústia também em lidar, que era uma pessoa apoiadora (de Bolsonaro), e que estava também preocupada com os imóveis dela caso o PT assumisse o poder. Então é algo assim que choca até por conta de ser uma pessoa com um histórico de gestão, uma pessoa que você imagina que tenha uma visão um pouco mais coerente, trabalhando no âmbito escolar, que supõe-se que tem uma elaboração nesse sentido, uma discussão em torno disso, mas ela veio trazendo essa outra visão.

Neste excerto, o que se configura como queixa é o medo de perdas materiais caso o PT reassumisse o poder, por mais que esta noção não fosse amparada em fatos concretos. A polarização política, conforme abordamos, além de se alimentar em *fake-news*, especialmente através das redes sociais, implica num esquema dicotômico e simplificado, e que se aceita ou se rejeita, sem nuances, a informação recebida, produzindo uma má percepção das posições defendidas (Lozada, 2016; Iyengar; Sood; Lelkes, 2012).

Hortência destacou a necessidade de reservar um tempo durante suas sessões para uma de suas clientes, haja vista sua necessidade de ela recorrentemente iniciar o atendimento falando sobre política:

Hortência: Uma pessoa que eu atendi, que eu sempre reservava uma hora e meia pra essa pessoa, porque os primeiros vinte minutos ela passava xingando Bolsonaro. E aí eu considerava que era terapêutico, mas não era psicoterapêutico. E aí depois de uns 20 minutinhos eu dava uma cutucadinha e a gente entrava nas questões mais terapêuticas, no pós desabafo.

O medo da perda de uma moral religiosa, do valor das tradições familiares, no caso remetido por Gal, ou de ter um bem material confiscado, enunciado pela paciente à lara, por mais que não se alicerçasse em dados da realidade, representaram motivos de preocupação e de sofrimento e que servem de sustentáculos às posições políticas, tal como interpretado por Fábio. Do mesmo modo, a necessidade de provocar o atendimento psicológico em torno da queixa relacionada à uma figura política demonstra uma urgência dos afetos políticos que ora mobilizaram as demandas na clínica, cujas escutas também refletiram desafios e angústias profissionais aos entrevistadas/os.

Contudo, houve outros medos: medo de opinar, medo de se defender, medo de denunciar violências. Destaco aqui dois excertos de lara referindo-se a duas mulheres, a primeira foi atendida em seu consultório particular e a segunda no âmbito da assistência social, onde atua como psicóloga/servidora pública municipal:

lara: Teve uma paciente que trouxe a questão da... por ela trabalhar no mercado imobiliário, de intimidações, retaliações, que se vencesse o PT isso iria acabar com as vendas (...) porque eu moro numa região onde essa questão imobiliária é muito forte, e considerando que também tem um ninho bolsonarista aqui também, então através desse tipo de intimidação, quem pensava, ela, né, com uma visão um pouco diferente, ela se sentiu muito intimidada, acuada e colocando que ela não podia colocar a opinião dela, porque senão isso comprometeria vendas futuras e ela poderia ser até ser boicotada ali no âmbito de trabalho dela. Então isso acabou angustiando, trazendo ansiedade, muita queixa de ansiedade.

lara: Ela trabalhava com faxina em construção, pós-obra. Então, ela é uma usuária do CREAS e ela estava referenciada lá e aí nos procurou por outra demanda, mas no fim do atendimento ela acabou trazendo que por trabalhar, prestar serviço para uma construtora onde tinha (...) um eleitor do Bolsonaro, que estava apoiando... enfim a candidatura do Bolsonaro. E aí ela... durante... não foi nem, não foi pós (eleição), foi entre o primeiro e o segundo turno, onde eles estavam entre os trabalhadores conversando sobre quem votaria, enfim... e ela falou abertamente, “eu vou votar no Lula”. Ela trouxe que todos os outros, tinham homens ali, eles mesmo votando para o PT, eles não quiseram se manifestar. Mas ali no grande grupo ela falou “(...)eu voto no PT, no Lula mesmo, sou mulher, sou nordestina”, e fez todo o discurso em cima disso. E daí isso chegou lá no ouvido do patrão, do dono da construtora, e ele veio tirar satisfação, agrediu fisicamente e chutou ela, enfim, pegou pela blusa, ofendeu e mandou ela juntar as coisas e ir embora, que ela não aparecesse mais ali. E aí durante o atendimento a gente tentou fortalecer ela e orientar para que fizesse boletim de ocorrência pela situação, mas ela estava extremamente acuada, exatamente por ser de fora, num município pequeno (...), e que ele pudesse fazer alguma coisa, atentar contra a vida dela, que ele sabia onde ela morava, enfim. E aí ela não registrou, sofreu a agressão, perdeu o emprego, totalmente assim, ficou numa situação bem adversa.

O medo de violência política, e a violência propriamente dita, praticada por motivações políticas, se tornaram frequentes no Brasil, atingindo um nível alarmante no período eleitoral de 2022, como vimos. Ambas as histórias ouvidas por lara aconteceram no transcurso deste contexto. No primeiro caso, o medo de uma trabalhadora do ramo imobiliário justificou seu silenciamento em torno de uma candidatura porque temeu consequências que colocariam suas vendas em risco. Este silêncio, contudo, se desdobrou em manifestações de angústia e ansiedade, levadas à clínica. Já no segundo caso, em um contraste perverso, damos conta de uma trabalhadora responsável pela faxina de um imóvel em construção, que possivelmente servirá à futura especulação imobiliária. Elo mais frágil dessa cadeia, a mulher referida no segundo caso não soube reconhecer os riscos que haveria em se posicionar a favor de um candidato e, em fazê-lo, seu posicionamento foi levado ao patrão, que aderiu à violência extrema para impor seu lado na disputa. Lamentavelmente, casos

de assédio eleitoral no pleito de 2022 foram expressivos, segundo os dados de denúncias levadas ao Ministério Público do Trabalho. A grande maioria das condutas denunciadas envolveram o pleito eleitoral relacionado à Presidência da República. Após o primeiro turno das eleições, o número de denúncias se intensificou: até o dia 03.10.2022, o número total de denúncias era 68; já em, em 29.10.2022, os números saltaram para 2.360 denúncias. O ápice do número de denúncias registradas foi de 265 no dia 28 de outubro de 2022, dois dias antes do segundo turno do pleito¹². Caracterizado como a prática de coação, intimidação, ameaça, humilhação ou constrangimento associados a determinado pleito, o assédio eleitoral tem intuito de influenciar ou manipular o voto, apoio, orientação ou manifestação política de trabalhadores em situações relacionadas ao trabalho. A polarização política expressa, neste caso, o conflito entre as diferentes classes sociais, dimensiona percepção da diferença destas classes e contribui nos processos de desumanização do *outro* e para a naturalização da violência. Já o medo aparece como um dos danos associados ao trauma psicossocial, que, como ferida sociopolítica de caráter coletivo, tem repercussões que são individuais e atravessadas pelas assimetrias produzidas pela sociedade de classes.

O neoliberalismo, por outro lado, modificou as relações sociais e políticas, radicalizou a individualidade e extenuou a noção de classe, ao introduzir de forma peremptória a lógica da concorrência na vida dos indivíduos. Assim, as mudanças provocadas pelo neoliberalismo acabaram por construir indivíduos e grupos com costumes extremamente individualistas na contemporaneidade, possibilitando o retorno de discursos que naturalizam as condições sociais do sujeito, e evocando escolhas políticas em torno de um discurso moralizante, polarizando de forma agressiva a sociedade (Gontijo; Bicalho, 2020). Nesse sentido, Dardot e Laval (2020) defendem que o neoliberalismo não apenas uma teoria ou política econômica, mas uma racionalidade política que consiste em impor, por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências. Nesse sentido, ao aceitar que a saúde mental é produzida na vida social, os processos sociais que nos faz sofrer

¹² Os dados de denúncias recebidas pelo MPT estão disponíveis em: https://www.tse.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tse.jus.br/comunicacao/arquivos/relatorio-assedio-eleitoral-eleicoes-2022-do-mpt-em-15-12.2022/@@download/file/TSE-relatorio-atividades-assedio-eleitoral-eleicoes-2022-mpt-versao-final.pdf Acesso em 10 set. 2023.

também chegam aos consultórios e serviços de saúde mental. Abaixo, selecionamos fragmentos de Gal e Lara que margeiam esses sentidos:

Gal: [...] a que questão mesmo é impregnada por um neoliberalismo total, e que as pessoas têm que ser independentes, e que existe um tal comunismo girando em torno destas ideias. Então agora eu não vejo mais a coisa da igreja no consultório, eu vejo a coisa neoliberal [...]. Uma questão materializada, materializada de quem eu sou a partir do que tenho, então se eu não tiver e não estiver ao lado daquele que me justifica ter, que é o discurso neoliberal, o discurso muitas vezes de direita extrema, porque tem disputa da direita e da direita extrema, né? (...) é impressionante o que a gente ouve do medo, o medo é impressionante. O dinheiro, a mágica do dinheiro, de que se eu ponho aqui vai dar ali, meu filho fica 15 horas no celular vendo qual é que vai dar mais dinheiro, pra botar o nosso dinheiro, e aquilo é justificado por um pai, por uma mãe, e existe uma tensão imensa dentro daquela casa por causa daquele dinheiro. Agora a experiência que eu tenho, se é observada a questão da polarização e de como as pessoas pensam pra justificar um lado e um inimigo comum, seria essa condição neoliberal de viver, essa financeirização da vida. [...]. Eu acho que por trás tem essa condição neoliberal da pessoa só pensar no indivíduo, saúde coletiva vai pro ralo, e aí tu acha que é aquilo mesmo, e isso também é uma forma de fazer as pessoas não pensarem no coletivo.

Lara: [...] acho que a preocupação fica muito mais nesta questão material e não tem uma preocupação com a coletividade, muita preocupação comigo e com a minha família. Se eles estão bem então o resto que se exploda. Esse individualismo muito grande. E quando a gente pensa nessas pessoas que têm esse tipo de visão, é difícil uma aproximação e um debate, que não acabe gerando uma discussão mais forte ou uma intimidação ou um ataque. Porque parece isso, quando você propõe o outro a pensar, que talvez essa seria a alternativa. Porque se a gente tá falando dessas pessoas muito dogmáticas, com uma única verdade, a ideia é que se amplie esse horizonte, mas talvez uma das formas seja através destas provocações, reflexões, tentar pensar pra além do próprio umbigo. Mas é quase um mundo inacessível, porque além de não estarem disponíveis a isso, eles ainda se defendem com ataques. Então

algo que poderia ser produtivo, acaba sendo um desgaste. Então, é difícil. Eu acho que por isso que rolou estes afastamentos.

Entre as/os participantes foi quase unânime o atendimento de casos que remeteram a conflitos familiares e ruptura de vínculos afetivos de amizade em função de posicionamentos políticos, que de igual modo também foi verificado pelo conjunto de profissionais da saúde mental que opinaram nos veículos de caráter jornalístico que referenciamos na pesquisa. Citamos abaixo alguns trechos que apontam para esse sentido:

Bianca: A polarização em si eu acho que se expressou mais no conflito com o outro. Aquele outro bem significativo, de justamente da pessoa que você ama (...) O que faz sofrer mesmo parecia que era na relação mais significativa, na relação que tem mais amor, que tem mais afeto, não sei qual nome dar pra isso, mas eu acho que apareceu mais esse reconhecimento do estranho no outro, assim, que antes era semelhante, daí você enxerga que não.

Pergunta: E como você percebeu que a questão da polarização apareceu na clínica entre as pessoas que você atende, seja pelo SUS, na atenção básica, ou no consultório particular?

Bianca: eu percebi de forma mais intensa no consultório particular esta questão... não sei se a questão da polarização, mas o atravessamento do discurso político. Me parece que as pessoas do consultório particular se sentem mais confortáveis de nomear opiniões, de assumir que eu tenho uma posição parecida que a elas, que no SUS, que as coisas parecem que aparecem, mas de um modo um pouco mais velado. No posto de saúde é muito comum as pessoas trazerem a questão política como motivador de conflitos familiar, mas dificilmente nomeando, não falando “ah é por causa das eleições, é por causa do Bolsonaro, é por causa do Lula”, então normalmente as pessoas trazem de é “discuti com meu pai porque ele tem opiniões que eu não concordo, ele tem posições que eu não concordo e daí eu vou meio é... inferindo que é isso, e às vezes se confirma, as vezes a pessoa não abre, mas a percepção, a leitura que eu tenho é que se está falando disso, de um efeito da polarização política nas relações, principalmente familiares, mas que não se é nomeado, que eu hipotetizo que seja por um receio de não saber a

posição de quem está escutando. No consultório particular, talvez por serem pessoas que chegam por indicação, é diferente. Então as pessoas... em geral eu atendo pessoas mais de esquerda, porque imagino que seja por essa questão de indicação (...) e algumas poucas pessoas têm posições diferentes da minha, mas se sentem ainda assim à vontade de falar dentro do consultório. E isso quando aparece nos dois casos normalmente é em relação a conflito dentro da família, eu acho que na maior parte das vezes intergeracional, de filhos contra os pais, mas também de outras relações, de relação amorosa, de relação de amizade também.

Bianca: (...)eu acho, eu percebo um afeto ambivalente, até porque as pessoas trazem mais justamente destas relações que têm o afeto amoroso, seja qual o tipo de amor. me aparece mais como um afeto ambivalente, então normalmente este ódio ao outro acaba sendo o outro mais distante, o outro que é o diferente de mim, o outro que eu me relaciono, se eu me relaciono, só pela oposição ou pela diferença (...) mas quando aparecia era das relações mais próximas. O ódio ao outro abstrato, era algo que não tomava tanta importância no atendimento. Então me vem mais como um afeto ambivalente mesmo, de um sofrimento de tentar conciliar a figura de alguém que se ama, mas que se detesta sua posição e por consequência se detesta uma parte da pessoa também. Conseguir conciliar a ideia de que eu odeio a pessoa que amo e a pessoa que eu amo eu também odeio.

Dalila: E aí eles se afastaram, os adolescentes que eu atendo, porque realmente tinha um déficit mesmo afetivo assim, sabe? Não era mais só um incômodo, um desassossego, uma irritação. Não! Isso gerava um estresse de fato, que começou a adoecer os adolescentes (...). Por exemplo, eu atendo muitos adolescentes que têm diversas orientações sexuais, que estão passando, por exemplo, por períodos de transição de gênero, então que enfrentaram ainda mais um preconceito por parte da família ou por parte de colegas de sala. Porque aí eu percebo que as coisas ficaram menos veladas, aquilo que era muito velado, muito sutil, muito discreto. Aquela violência, aquele preconceito acabou vindo à tona de maneira muito livre, muito autorizada, então isso trouxe um prejuízo significativo para esses meus

adolescentes. Então isso também gera sofrimento (...) Ou por exemplo adolescentes que eu ouvi, que desconheciam os pais, tipo: "Poxa, me ensinaram a vida inteira a respeitar o outro, disseram a vida inteira que arma não é bom, que o melhor caminho não é esse, a violência não leva a nada... E aí do nada eu vejo meu pai e minha mãe na frente de um quartel segurando uma bandeira pedindo intervenção militar".

Pergunta: Você percebeu que a polarização afetou as pessoas?

Iara: Então...acho que não tem como não perceber, né? Isso afetou a gente individualmente e também as histórias que a gente acaba ouvindo também no consultório. Ali nos dias que antecederam, principalmente ali entre o primeiro e o segundo turno, o que eu identifiquei foram conflitos entre casais por divergência de opiniões e visões diante daquilo que estava acontecendo. Então... posso trazer que principalmente no seio familiar houve um distanciamento pós e durante o processo eleitoral. Enfim, ficou mais estremeado na eleição propriamente, mas ainda se manteve durante um tempo.

Pergunta: Você recebeu situações de conflitos relacionados à polarização das pessoas que você atendeu?

Gal: (...) a gente vai pra um lugar de sofrimento (...) foram tantos que tiveram que se afastar da família. A questão deles em relação à família, de eles se afastarem da família (...) Sim, tem casos assim, aliás tem casos que se mantêm até hoje, desde a fatídica subida ao poder daquela pessoa. Só que algo aconteceu de diferente nesse início do ano, que eu acho que é uma ruptura no dia 8 de janeiro muito forte, muito forte e que eu vi outros discursos e vi pessoas se aproximando da família de novo, pessoas que conheciam pessoas que estavam lá, que eram daqui, por exemplo, e que as pessoas não acreditavam que chegou naquele ponto. Aí de cair algumas fichas depois do dia 8 de janeiro (...) eu digo que tem uma ruptura, tem uma dobra importante, nessa questão da polarização, que foi mostrar que essa disfunção na cognição das pessoas, e essa intencionalidade de justificar a crença, esse 8 de janeiro na cara das pessoas. Olha só o que a gente pode chegar a fazer.

Gal: (...)vi muita tristeza política, pela questão assim “ah, tem que ficar mais quieto, não dá pra falar em casa”... ou “fico muito triste porque vai ter festa lá na casa da mãe, vai tá tudo os meus tios, e aí eu não quero estar junto porque... eles querem me matar, né? Eles que me matar porque eu sou homossexual (...) eles querem me matar, botar eu na mão desse cara”.

Embora o distanciamento de familiares possa representar uma solução para preservar a saúde mental, a decisão pode também criar ressentimentos, instabilidades e fortalecimento de divergências para além daquilo que pertenceria ao campo político. O rompimento ativo e intencional de laços pessoais pode implicar em perdas que vão desde ao apoio material, por exemplo, até a sensação de pertencimento a um grupo estável de pessoas que se conhecem bem. Este rompimento acaba por tornar as pessoas mais suscetíveis ao adoecimento mental, visto que ele acaba atingindo relações afetivas que então se consideravam transponíveis às intempéries e das quais se poderia contar para enfrentar a aspereza da vida. O que testemunhamos foi uma inversão: a política, que habitualmente se localizava como algo do campo público, invadiu o campo privado, passando a ser um fator íntimo, um fator primeiro de identificação e, notadamente no período de eleições, que costumava ser um acontecimento pontual da esfera pública, tornou-se algo fundamental na esfera privada, acentuando ainda mais os quadros depressivos e persecutórios, aumentando ansiedade e angústia, desgastando a saúde mental.

Relatos como estes das entrevistas expõem os limites da idealização do amor e a dificuldade de manter o diálogo com o divergente, em meio a uma dinâmica política que mobiliza o extremismo e afetos como o ódio. Há uma dinâmica comum nesses casos que as/os participantes da pesquisa trouxeram: o desconforto de reconhecer que familiares, amigos e demais relações significativas, ao apoiarem determinado candidato, rompem com um ideal de paz, que se tem como ideal de amor.

Também entre as/os entrevistadas/os houve a problematização da função das plataformas virtuais para a produção de antagonismos políticos e disseminação de *fake news*. Como vimos, a polarização política exercida através das redes sociais marcou a vida política brasileira desde as Jornadas de Junho de 2013, fortalecendo a aliança de grupos políticos de extrema-direita. O antagonismo se materializa e se massifica nas redes, as quais têm servido como um dos principais suportes não só

para a difusão de discursos de ódio, mas para mobilizar multidões. Segue um fragmento de Gal a respeito da demanda de um de seus pacientes:

Gal: “a mãe não fala mais nisso”... e eles vieram me perguntar, esse moço, esse paciente, eles vieram me perguntar como é que eles fazem pra não receber mais esse tipo de observação no whats, essas mensagens, porque tem muita gente que eles conhecem. “Eles não confiam mais depois desse dia 8 aí. Eles podiam estar lá, eles podiam estar lá”. Eles ficaram com medo, sabe medo? O mesmo medo que fez polarizarem e colocar o inimigo, é agora o que faz eles silenciarem, mas não que a vontade não esteja ali, o conservadorismo, toda essa relação com o mundo, mas existiu assim um silenciamento: de que “eu vou baixar a bola agora”.

Gal observa que houve um silenciamento e uma tentativa de romper com o recebimento exaustivo de *fake news* e incitação ao ódio e à polarização após a tentativa fracassada de golpe em 8 de janeiro, aludindo à mãe de um paciente que, capturada pela mobilização nos grupos de whatsapp, se viu amedrontado com a real possibilidade de ela, entre outros familiares, estarem entre os golpistas que invadiram e depredaram a sede dos Três Poderes. O fenômeno da multidão, que contagiou as pessoas e as mobilizou para frente dos quartéis, e posteriormente para a capital federal, após o resultado da eleição para segundo turno presidencial em 2022, representou uma ruptura social de caráter muito mais íntimo do que estávamos acostumados. As dissensões se alargaram, do espaço público ao seio dos lares, levando pessoas ao incompreensível quando da busca em entender o que estaria acontecendo com aquele um familiar, que inesperavelmente passou a se comportar como que movido por uma seita.

Não é de hoje, contudo, que pesquisadores e intelectuais têm buscado melhor compreender o comportamento das massas. Igualmente aos nossos dias, o fim do período das revoluções burguesas, no séc. XVIII, elevou os atos insurgentes das multidões, em que o dilema do comportamento disruptivo e violento das multidões produz medo e inquietude. Entre as obras mais influentes do período, temos de destacar “A Psicologia das Multidões” (1895/1998), de Gustave Le Bon. Nela, o autor busca compreender o comportamento do indivíduo dentro de uma multidão. Chamava-lhe a atenção que, quando ela se formava, os indivíduos que a compunham

deixavam de apresentar diferenças e especificidades e incorporavam novas características. Segundo ele, a personalidade individual tendia a se dissolver, dando lugar a uma entidade singular – a “multidão psicológica”: uma espécie de alma coletiva, em que os sentimentos, ideias e atos de cada um passavam a se orientar em uma mesma direção. Segundo o autor, a respeito do conceito de multidão psicológica:

quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam semelhantes ou dessemelhantes o seu tipo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o simples fato de se terem transformado em massa os torna possuidores de uma espécie de alma coletiva. Esta alma os faz sentir, pensar e agir de uma forma bem diferente da que cada um sentiria, pensaria e agiria isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos aparecem ou se transformam em atos apenas nos indivíduos em massa. A massa psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que por um instante se soldaram, exatamente como as células de um organismo formam, com a sua reunião, um ser novo que manifesta características bem diferentes daquelas possuídas por cada uma das células (Le Bon *apud* Freud, 1921/2014, p.13)

Historicamente desde a década de 1930 líderes fascistas têm encontrado sucesso em promover a adesão das multidões. Hoje em dia, conta-se com meios hábeis em mobilizá-las, mesmo quando estas se encontram dispersas, através das plataformas virtuais e redes sociais, que têm se mostrado eficazes em dar o estímulo necessário às massas, excitadas por estímulos repetitivos e intermitentes ao produzir desinformação em escala industrial, com o intuito de divulgar e cristalizar a ideologia do grupo.

Dunker (2019), aponta que as massas digitais produzem experiências políticas que colocam em risco a manutenção do sujeito democrático, suspendendo a capacidade de empregar a razão no espaço público, o reconhecimento da troca de argumentos como caminho para tratar de conflitos políticos e o reconhecimento da humanidade e da liberdade daqueles que pensam ideologicamente diferente.

Para o autor, “quando nossos grupos de referência passam a funcionar ao modo de massas digitais e quando a idealização do líder torna cada um de nós um herói em potencial, os afetos assumem uma dinâmica segregativa” (Dunker, 2019, p. 118).

Selecionamos abaixo outros fragmentos das que anunciam sentidos relacionados à influência das redes sociais na produção/manutenção de ideologias que reforçam o antagonismo político:

Celina: tem um monte de coisa instalada que eu não sei exatamente o que é, entendeu? Tem que pensar e repensar tanto na clínica quanto na saúde pública sobre a influência da internet. Como mediar, como introduzir relações significativas pras crianças, pra jovens, pra adolescentes, que vivem nas redes, que são muito influenciados pelas redes, pela aprovação, pela desaprovação?

Fábio: [...] na internet a gente sabe que foi onde a polarização se colocou de uma forma muito mais visível. Onde não existia possibilidade de você deixar de lado algumas questões suas para poder ouvir o outro pra além desse negócio que é a política. E também não tinha outro espaço onde você pudesse... as pessoas ficaram muito restritas ao seu cuidado, assim. Eu acho que isso é possível a gente associar que essa polarização política também venha junto com a necessidade de se isolar por causa da pandemia, e todas as informações contraditórias, o discurso de ódio muito presente na internet. Isso sim aparece de maneira indireta nas queixas na clínica.

Elza: O que também influencia muito é o acesso às mídias sociais, principalmente nos grupos de whatsapp tem muita fake-news, o que vai facilitar muito é esse papel da mídia na influência das opiniões políticas. Além disso, também que boa parte desse debate só se tem acesso no espaço acadêmico, no senso comum não é tão acessível, e até pelo vocabulário das discussões. O pessoal que não é da academia acha que é chato, que política não se discute, então se tivesse isso mais na educação anterior de base não teria esse pensamento assim tão dicotômico.

Iara: Agora pensando em usuário, vinham falas: “ah se o Bolsonaro ganhar de novo vai acontecer isso, ah se o Lula ganhar vão tirar isso (...). Então tava muito permeado as questões de fakenews. Enquanto técnico a gente tentava também refletir com eles essas informações, que não era bem assim, enfim... Vinha muita desinformação e a gente enquanto agente transformador, assim, vamos dizer, acabava refletindo com eles essas informações.

Enquanto Elza compreende a necessidade de uma educação política (basicamente restrita ao ambiente acadêmico) para dirimir o que nomeou de *dicotomia de pensamentos*, e que possibilitaria uma melhor percepção do que é desinformação; lara demonstra que nos serviços, enquanto profissional, ou enquanto *agente transformador*, para usar as palavras dela, este trabalho educativo pode ser processado no encontro entre o profissional de saúde e o usuário dos serviços, na medida em que se abre espaço para reflexões em torno das informações sobre política remetidas à clínica em saúde mental.

5.2.4 Olhares para o futuro: os desafios de juntar os cacos de um país partido.

*Amar esse tempo ainda em seu ódio.
Odiar não como recusa ou não aceitação.
Não como desligamento ou extermínio.
Mas como separação constitutiva de novas singularidades a serem postas em Relação.
Amar não como estado de resiliência, passividade ou tecido reintegrado.
Não juntar retalhos.
Mas amar também como rasgar.
(Kiffer, Ana, 2019, p.71)*

Pensar o futuro, sabemos, é como que circular por um território desconhecido e impreciso. Contudo, a experiência da crise política pela qual nosso país vem passando, e que se arrasta desde 2013, vem mostrando que a radicalização da polarização tem se tornado um desafio cada vez mais difícil de ser enfrentado. As/os entrevistadas/os, partindo de suas experiências na clínica relacionadas ao cenário de polarização política, não nutrem expectativas de que as repercussões que o fenômeno tomou possam, por ora, serem superadas:

Dalila: [...] digo mais, esses rompimentos que aconteceram, esses laços seguem rompidos. Eu sinto cada vez mais que eles têm menos necessidade de reatar esses laços. Mas eu sinto que há pessoas do lado de lá, desses laços rompidos, que estão tentando voltar às boas, e aí os meus pacientes: “não, o que tu disse pra mim não vai ser apagado, o que tu me magoou não vai ser desfeito. Não é assim, as coisas não se resolvem assim”. E aí eu não sei se as pessoas, naquele momento, infladas por aquele discurso, muito atraente, muito enfim... muito desconexo do meu ponto de vista, mas enfim,

que tinha um objetivo acho que de psicologia em massa mesmo, eu acho que as pessoas levadas àquilo fizeram um monte de coisa das quais elas não pararam pra pensar e aí agora elas tão “ah, mas nem foi tanto assim ou bobagem, deixa pra lá, vem pra cá, o que é que tem?” E aí tão tentando fazer que nada é nada. Mas as pessoas que tiveram um prejuízo muito grande em função dessa relação, elas não vão voltar atrás, elas não vão retroceder.

Gal: [...] o mais problemático é a contenção. O que me preocupa nesse silenciamento é o aumento da expectativa de revide. Por que? Porque aquele que silencia ele não tá assimilando e buscando uma outra relação com o mundo. Não! Ele tá buscando de alguma forma, alguns casos, obviamente não todos, ele tá buscando um tipo de revide. Esse silêncio que muitos entraram depois do 8 de janeiro, mas não perderam a esperança de um dia gritar também de novo, e acho que vai ser bem pior nas próximas eleições, era aquele (silêncio) que a gente manteve durante as atrocidades, porque foi um genocida que esteve no poder (...) a gente teve uma pessoa que viu uma crise mundial se instaurar, uma crise de saúde pública e ele simplesmente fomentou a morte, mas claramente.

Celina: Isso vai perdurar por muito tempo e o pior de algumas pessoas também é o recurso à violência, e isso aí vai levar muito tempo do que só uma mudança política. Isso tá nas relações agora, né, de uma forma muito instalada as relações sociais, nesse sentido assim, nos arranjos, nos lugares, na cidade, isso se multiplicou muito e empoderou gente de uma forma inacreditável.

Dalila olha para as repercussões do fenômeno nas relações mais íntimas, avaliando que os rompimentos não foram pontuais e localizados, ao contrário, seguem sendo necessários enquanto ação insurgente, não somente contra o posicionamento do outro, mas ao que se atribui a este posicionamento enquanto produtor de mágoas, de violência e de sofrimento. Neste caso, não retroceder, na leitura de Dalila, é libertador, *é amar como rasgar*, parafraseando Kiffer (2019). Já Gal, que foi entrevistada após a tentativa de golpe em 08 de janeiro, presta atenção no silêncio que tomou parte dos apoiadores de Bolsonaro, e preocupa-se com este silenciamento,

haja vista que, na impossibilidade de significação ou de elaboração, ainda que simbólica, um revide antidemocrático e violento há de insurgir na primeira oportunidade. É o que temos acompanhado nas redes sociais e no campo político. Ainda que este revide possa parecer silenciado enquanto ação nas ruas por populares, como vimos em 08 de janeiro, ele permanece em plena ebulição nas redes virtuais e segue efervescendo a elite política conservadora no legislativo brasileiro eleito em 2022. E a aposta no ódio e na polarização continua alimentando nosso cotidiano. Celina amplia a reflexão no espaço das relações comunitárias e acredita que só uma mudança política, se referindo à vitória de Lula sobre Bolsonaro, não será suficiente para recompor os retalhos no tecido social, haja vista os desarranjos que produziu na convivência social e na saúde mental. Se a aparente normalidade democrática sobreveio com a derrota de Bolsonaro nas urnas, é verdade que a aposta na polarização pela extrema direita brasileira, representada pelo bolsonarismo, continua engajando discípulos na crença compartilhada em códigos binários, reforçando o debate público em torno de pautas morais e obscurantistas e nutrindo o imaginário brasileiro, cujas consequências dificilmente serão revertidas a curto e médio prazos.

Calderón e Castells (2022, p. 310-311), que referenciamos neste trabalho, nos lembram que sempre acabamos encontrando caminhos, apesar de não sabermos para onde vamos, ou de pensarmos não saber. Para encontrá-los, reforçam os autores, é preciso partir do lugar onde estamos, ou seja, do lugar de não saber como sair da névoa, da *kamanchaka*, o que nos exige, nestes tempos que urgem e insurgem, paciência histórica e consciência de nossas crises.

Essa foi uma das questões que colocamos aos entrevistadas/os: sobre como nós, profissionais da saúde mental, entendemos das estratégias que seriam necessárias para a redução dos efeitos perniciosos da polarização política nas relações familiares, comunitárias e na consequente produção de sofrimento. Abaixo, alguns sentidos trazidos por elas/es:

Amanda: Eu acho que tem muitas frentes pra enfrentar isso, mas o que vem na minha mente assim como principal é a educação. Pessoas desinformadas tendem a tomar medidas mais drásticas, né, então acho que primeiro é a informação e a educação, educação de base, enfim, de compreensão do que é política, das pessoas entenderem a participação delas enquanto pessoas

que estão envolvidas na política. E não na política partidária, mas a política de vida. (...) Eu também acho que tem outras medidas um pouco mais duras de punição contra atitudes que ameacem a vida de outras pessoas. (...) Nos últimos quatro anos, essa questão da polarização influenciou inclusive políticos, que se utilizavam do seu poder e do seu papel pra fazer ameaça, incitar a violência, então é necessária uma certa repressão nesse sentido, porque aquela figura pública que tá incitando a violência leva muito mais facilmente à violência. Hoje o maior líder do país incita a violência em todas as esferas e a todos os públicos possíveis, então esse tipo de figura pública não pode ter, e se existem elas devem ser punidas adequadamente. A gente tem uma constituição que deve ser respeitada. (...) De alguma forma tem que ter algum tipo de punição pra que esse tipo de fala não se reforce, porque isso acaba agravando mais ainda a polarização (...) eu falo de punição, mas é a punição da justiça, é a responsabilização.

Elza: [...] em relação a polarização política, a gente sentiu muito no espaço acadêmico que aí no espaço acadêmico tem boa parte de psicólogos que ainda acreditam que dá pra fazer uma clínica dissociada do cenário político, que é aquela clínica individualista, bem privatista. Mas se a pessoa já vai se familiarizando desde a graduação, fica bem mais fácil de ter essa consciência política, de vê que tem esse papel político também e isto faz parte da ética profissional dele.

Amanda e Elza apostam na educação como ferramenta fundamental para a resolução do conflito. A primeira, confia na educação de base, daquela que devolve ao indivíduo na sua condição de cidadão, de sujeito da democracia e de produtor e produto da *política da vida*, reafirmando uma perspectiva freireana de educação. Amanda, no mesmo excerto que selecionamos acima, vai mais além, destacando a necessidade de medidas responsivas contra aqueles que incitam a violência e o ódio, especialmente por meio da difusão de desinformação. É fato que se não acertamos as contas contra aqueles que usam da democracia para fragilizá-la, para colocá-la em risco, igualmente não se produzirá memória histórica necessária à consciência política, haja vista que a memória é um importante aspecto que incide sobre as formações das distintas consciências políticas. Para Sandoval e Silva (2016), as

próprias emoções e percepções derivam da evocação de experiências passadas já vividas, influenciando, portanto, na maneira em como o presente é apreendido, e por consequência, em como percebemos e enquadrados a decisão de agir coletivamente, definindo qual é o futuro que se espera. Brasil não produziu essa memória, ao contrário do Chile e da Argentina, por exemplo, já que nunca responsabilizou os operadores da ditadura militar de 64, impondo o que Safatle (2022, p. 79) chama de *violência sem trauma aparente*:

O resultado é inapelável. Nenhum outro país protegeu tanto seus torturadores, permitiu tanto que as forças armadas conservassem seu discurso de salvação através do porrete, integrou tanto o núcleo civil da ditadura aos novos tempos de democratização quanto o Brasil. Por isso, atualmente nenhum país latino-americano teve um colapso tão brutal de sua democracia como o nosso, com uma polícia militar que age como manada solta de porcos contra a própria população que paga seus salários. Nenhum outro país latino-americano precisa conviver com um setor protofascista da classe média a clamar nas ruas por "intervenção militar", a ponto de invadir o plenário do Congresso Nacional com suas bandeiras. Nenhum outro país precisa conviver atualmente com um contingente de 7.000 militares no primeiro escalão do governo federal. Tudo isto demonstra algo claro: a ditadura brasileira venceu. Como um corpo latente sob um corpo manifesto, ela se conservou (Safatle, 2022, p. 80).

Já Elza olha mais para a formação do psicólogo, que não deve ser dissociada do campo político, em consonância com a perspectiva martin-barroniana para a Psicologia. No texto "O psicólogo no processo revolucionário", Martín-Baró (1980/2017), propõe uma perspectiva para o trabalho do psicólogo neste processo: para ele, ser um bom psicólogo é desvincular sua atuação profissional das estruturas de poder e prever, na realidade, os acontecimentos e os problemas emergentes na construção de uma sociedade que se quer humana (Martín-Baró, 1980/2017, p. 28). Já Dimenstein (2000), do mesmo modo, defende que as concepções de subjetividade no campo *psi*, especialmente àquelas com seus vieses descontextualizados, homogeneizantes e universalistas sustentam ideários individualistas, bem como a psicologização dos problemas sociais. A autora problematiza que a Psicologia disseminou um modo hegemônico de subjetividade atrelada à ideia de indivíduo, detentor de interioridade, capaz de autocultivo, sendo que "um dos seus efeitos foi engendrar uma concepção de subjetividade individualizada e individualizante, particular, singular a cada sujeito, mediada exclusivamente pela história pessoal de cada indivíduo" (Dimenstein, 2000, p.98).

Gal reafirma a necessidade de uma posição profissional não neutra e faz um importante apontamento a respeito da Psicologia baseada em evidências, na medida em que esta abordagem não leva em consideração os processos sociais e históricos e perde a possibilidade da indagação do não dito. Para além da escuta, a pergunta pedagógica, que provoca reflexão, é imperativa no processo terapêutico:

Gal: porque a gente é de esquerda, a gente é progressista, a gente entende a coletividade. Eu tô falando de psicólogo que tem uma noção um pouco mais de sociedade, de uma abertura do pensamento, de uma história crítica, de uma análise crítica do contexto. Isso que ocorreu no nosso país também é uma responsabilidade de uma contenção de um discurso represado. Eu gosto muito quando dizem não, não sejamos neutros. Isso é muito bom. Não sejamos neutros (...), porque quando a gente silencia, fica ali e vai ser, então não adianta. (...) questiona, pergunta, deixa sair, não deixa retido, porque só o que fez acontecer tanto ódio e o inimigo comum foram os discursos retidos, aqueles que olha, “eu tô com medo da crise que tá aí”, sabe, tudo aquilo fomentado, fermentado e sem sair. Então eu acho que além da escuta, a boa pergunta. A boa pergunta, a pergunta que instiga (...). As pessoas, elas tão é sobrecarregadas e cansadas de um cotidiano extenso, extenuante (...) então quando a gente tem espaço, pergunta, instiga. (...) se a gente tá pra escutar, tá, a gente tá pra escutar, mas a gente também tá pra incitar a fala. Incita a fala, deixa o outro colocar a questão que o faz pensar e que o faz conservar um tipo de sociedade que já não existe mais, qual o medo que faz justificar essa sociedade para ele, tão importante a manutenção desse pensamento, porque?... Tem uma coisa que ocorre hoje (...) a psicologia por evidências. Eu dou muito, justifico muito os parceiros que trabalham com essa área do saber, porque também a gente necessita de diagnósticos pra ter uma linha de atendimento. Só que são tantos protocolos e tantas condições de categorização, que a gente acaba perdendo a indagação do não dito. E entende que isso é um perigo pra nós? Que lugar que a gente tá se colocando? Será que a gente não tá entrando na condição, a mesma que eu te falei, da financeirização? Eu penso muito nisso, sabe?

Já Bianca aposta na potência de espaços coletivos de escuta articulados no campo das políticas públicas de educação e de saúde, por exemplo:

Bianca: Uma das primeiras coisas é espaços de escuta, esses espaços de escuta comunitários, assim (...). As pessoas estão tão privadas de espaços para falar na vida, né, na comunidade, que realmente só ter um círculo formado por cadeiras, e sentar, e as pessoas precisam daqueles espaços, elas precisam falar e precisam ser escutadas e essa escuta que é... ela não tem nada assim de muito elaborado, mas ela não é tão encontrada nos espaços da vida, então eu acho que isso sim, espaços de escuta, espaços de escuta sem julgamento e eu acho que a gente viu também a importância de várias instituições que são problemáticas, e de certa forma reproduzem violência, mas acho que ficou evidente o papel delas na proteção do direito das populações mais vulneráveis, então a escola, o próprio posto de saúde (...).Eu acho que não só espaços de escuta, mas fortalecimento destes espaços também que formam a proteção social das pessoas.

Assim, estes espaços de escutas se constituem como lugares privilegiados para que outras formas de consciências possam ser (co)construídas, haja vista que as pessoas, enquanto sujeitos sociais concretos, são afetadas pelos problemas sociais de determinada época. Através do diálogo entre diferentes agentes sociais é possível fazer emergir soluções para estes problemas e permitir a elaboração de formas de vida coletivas. O diálogo pode ser transformador e político, na medida em que incorpora a voz daqueles que estão à margem das decisões da sociedade, ampliando, dessa maneira, as formas democráticas presentes.

De uma forma ou de outra, as entrevistas remeteram sentidos sobre o papel político da educação para superar a polarização política ora instalada no Brasil, calcada na ideia do inimigo comum e na lógica que aproxima a extrema-direita do fascismo. Contudo, havemos de ter paciência histórica, já que enfrentamentos radicalizados podem fortalecer movimentos ainda mais extremos, que foi o que acompanhamos como resultado das chamadas *Jornadas de Junho* de 2013. Freire (2002), em sua *Pedagogia da Autonomia* nos ensina que a paciência histórica é a capacidade de perceber que as coisas têm um momento, e que se não fizermos hoje

o que hoje pode ser feito, e tentar fazer hoje o que hoje não pode ser feito, dificilmente faremos amanhã o que hoje se deixou de fazer, porque as condições se alteram.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente consideramos que o estudo das repercussões da polarização política na saúde mental e para a produção de sofrimento mental trouxe elementos complicadores, uma vez que a proximidade com o objeto, muitas vezes, nos impede de contemplar de forma mais abrangente as complexas variáveis que envolvem o fenômeno. Vale lembrar que, enquanto caminhava pela pesquisa, o Brasil vivenciou - se segue vivenciando - uma crise democrática brutal, alimentada pela polarização da extrema direita brasileira, representada pelo bolsonarismo. De todo o modo, se um estudo do tempo presente busca compreender a própria realidade, ele também se constitui como uma forma de diálogo com essa mesma realidade, ou seja, na interlocução viva com as relações do presente.

Assim, o desafio colocado enquanto se seguiam os trilhos da pesquisa foi imenso, uma vez que para a compreensão das relações do presente, não é possível dissociar o pesquisador destas mesmas relações e de seus posicionamentos enquanto sujeito democrático também afetado pela realidade política ora colocada. Nesse sentido, olhar o objeto de pesquisa exigiu um esforço ético-político e a adoção de uma postura crítica, de constante questionamento para, como pontua Spink (2010) remeter a verdade à esfera da ética, empregada não como verdade em si, mas como uma verdade relativa a nós mesmos, construída socialmente.

Portanto, a opção por introduzir um recorte histórico do cenário político brasileiro desde 2013 até os dias atuais, para posicionar o objeto em seu contexto, foi fundamental nesta pesquisa. Como vimos, desde as Jornadas de Junho de 2013 houve um fortalecimento da aliança de grupos políticos de extrema-direita, forjada a partir dali. Estes grupos persistentemente apostaram na polarização política através das redes sociais, marcando a vida política brasileira. Desde então, a polarização ficou evidente, especialmente em meio às campanhas eleitorais que se sucederam. A eleição presidencial de 2018, de onde emergiu Bolsonaro, foi disruptiva, a qual o elemento do ódio como elemento fundante da política passou a ser central.

Mas o Brasil não é uma ilha. A crise nas democracias liberais, como demonstramos, vai se alastrando em diversos países da Europa e das Américas, e o ódio como arma política, alimentado nas redes e nas plataformas virtuais, tem se mostrado eficiente para elevar líderes populistas de extrema-direita pelo mundo. Estes, além de se ocuparem com políticas que misturam conservadorismo social,

nacionalismo étnico e ultraliberalismo econômico, centralizam suas forças em torno de um inimigo comum. Assim, a polarização política, antes considerada tolerável e mobilizadora de diálogos fundamentais ao processo democrático, agora produz efeitos deletérios nas relações interpessoais e na convivência social, tornando as pessoas mais suscetíveis ao sofrimento mental.

Por isso, consideramos fundamental olhar o fenômeno na interface com a saúde/saúde mental sob diferentes lentes, com destaque à perspectiva da Psicologia Social, de onde foi possível aprofundar a análise de suas repercussões no terreno das relações grupais e para elaboração de sofrimento psicossocial. Nesse sentido, o encontro com a produção de Martín-Baró e sua *Psicologia da Libertação* foi preciso, já que a postura ética-política da pesquisadora não permitiu visualizar o fenômeno da polarização a partir de categorias formalistas e esquemas atemporais, o que poderia resultar em prismas assépticos e descolados da realidade cotidiana. Assim, descortinar a compreensão da *saúde mental* para posicioná-la na dimensão das relações entre as pessoas, concluímos que, em um contexto onde impera o recurso à violência e ao ódio para resolver as diferenças interpessoais e intergrupais, o senso de comunidade vai sendo substituído pela intolerância, dificultando o estabelecimento de relações humanizadoras, o que abre caminho para manifestações deletérias na saúde mental de uma coletividade.

Ainda que Martín-Baró não tenha formulado uma teoria dos afetos, situando-o na dialética das relações sociais em cenários de polarização e violência política, consideramos necessário redimensionar a dinâmica dos afetos na política, haja vista que, de acordo com Safatle (2021, p. 22), está cada vez mais evidente como lutas políticas passam a não ser mais descritas a partir de termos eminentemente políticos, como por exemplo, justiça, equidade, exploração, mas através de termos emocionais, como ódio, frustração, ressentimento e esperança para abordar a importância dos afetos nas relações e nas ações políticas. Vimos isso na campanha eleitoral de 2022, com slogans como “O amor vai vencer o ódio”; “A rebeldia da esperança”, etc. Somado a isso, as pesquisas a respeito da polarização política no Brasil, como demonstramos, observam que no Brasil há um antagonismo assimétrico, com uma radicalização ideológica da direita, seguido de um nítido antagonismo no campo afetivo (Fuks e Marques, 2022, p.579).

Nesse sentido, a noção de afetos encontrada em Espinosa foi fundamental, na medida em que, emergidos no encontro com o outro, nas relações sociais, o

indivíduo age na medida em que é afetado e de acordo com o afeto que o atingiu. A incorporação desta noção nas análises das relações políticas dá conta que o medo e a esperança são os afetos fundantes da própria ação política, e sua dimensão é reconhecida como estabilizadora ou desestabilizadora desta ação e contribui para produzir caminhos e descaminhos na busca do comum.

Desta forma, na pesquisa, enfatizamos o medo e o ódio como afetos políticos evidentes no contexto de polarização política no Brasil, cujas afecções geram sofrimento - a que Sawaia (1999) nominou de ético-político -, rupturas de vínculos familiares e comunitários, violências, limitando a convivência e a vida social compartilhada na democracia (Lozada, 2016). Portanto, a compreensão do fenômeno da polarização em suas dimensões sociopolíticas, cognitivas e afetivas pode fornecer aos profissionais do campo da saúde mental modos de intervenção no sentido de trilhar caminhos/encontros possíveis de convivência, com vistas à produção de afetos positivos, como a esperança.

O aporte metodológico construcionista social baseado na produção de sentidos no cotidiano proposto por Spink, utilizado na pesquisa de campo com 9 psicólogos que atuam/atuavam no campo da saúde mental, permitiu que sentidos sobre o tema pesquisado fossem produzidos e ressignificados, resultando em uma experiência ativa e cooperativa, do intercâmbio entre a pesquisadora e os participantes da pesquisa. Já a opção pela utilização do *mapa*, também proposto por Spink, demonstrou ser um instrumento importante para sistematização das informações produzidas, bem como para a definição das temáticas organizadoras dos conteúdos no processo de interpretação. Assim, as 4 categorias identificadas, as quais nomeamos: 1) Sentidos no Trabalho; 2) Sentidos em si; 3) Escutas do outro; 4) Olhares para o futuro, confirmaram que da polarização política na interface com a saúde mental atravessou de maneiras distintas, em alguns casos; e semelhantes, em outros, o cotidiano profissional e pessoal das/os entrevistadas/os. Contudo, seus efeitos foram evidenciados concretamente no fazer em saúde mental, seja no sentido das relações profissionais/institucionais, seja pelos atravessamentos pessoais ou pela escuta clínica das pessoas que estes psicólogos atenderam, seja enquanto perspectiva de futuro. Entretanto, houve uma unanimidade construída no diálogo com os participantes da pesquisa: de que a fratura no tecido social, provocada pela polarização da extrema-direita no Brasil, além de produzir sofrimento, violência política e rompimentos afetivos significantes, exigirá de todos nós, profissionais e

pesquisadores do campo da saúde mental, compromisso ético-político, paciência histórica e consciência de nossas crises para encontrarmos um caminho que nos leve a uma convivência saudável e democrática, de relações humanizadoras e de encontros capazes de produzir afetos de esperança.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVITZ, Alan I.; SAUDERS, Kyle L. Is Polarization a Myth?. **The Journal of Politics**. Chicago, v. 70, n. 2, p. 542–555, 2008
- ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 11-34.
- ABRANCHES, Sérgio. **O tempo dos governantes incidentais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- ADORNO, Theodor. **Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALONSO, Ângela; MISCHÉ Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protest. *In: Bulletin of Latin American*, v. 36, n. 2, mar, 2016, p.144-159.. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470> > Acesso em 15 de abr. de 2022.
- ALLPORT, Gordon W. (1954). **La naturaleza del prejuicio**. 4ª ed. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1971.
- ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- ARAGAKI, Sérgio S., LIMA, Maria L. C., PEREIRA, Camila C. Q. & NASCIMENTO, Vanda L. V. (2014). **Entrevistas: negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade**. A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. *In: Spink, Mary J., Brigagão, Jacqueline I. M., Nascimento, Vanda L. V. & Cordeiro, Mariana P. (Org.)*. 1ª ed. (edição virtual). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 57-72.
- ARRUDA, Ângela. A polarização sob o olhar psicossocial. *In: ROSO, A. (Ed. Coord.); GUARESCHI, P. A.; HERNANDEZ, A. R. C.; NOVAES, A.; ACCORSSI, A.; GONÇALVES, C. dos S. (orgs.)*. **Mundos sem fronteiras. Representações sociais e práticas psicossociais**. ABRAPSO, 2021.
- BELLONI, Luiza. Política no divã: como a polarização tomou conta das sessões de terapia. **Huffpost Brasil**. Brasil, 21 de out. de 2019. Disponível em < <http://tribunauniao.com.br/noticias/59324/politica-no-diva-como-a-polarizacao-tomou-conta-das-sessoes-de-terapia> >. Acesso em 12 de set. de 2021.
- BLANCO, Amalio; DE LA CORTE, Luis. Psicología social de la violencia: introducción a la perspectiva de Ignacio Martín-Baró. *In: Poder, violencia e ideologia*. Madrid: Editorial Trotta, 2003.
- BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1995.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: B. BRINGEL; G. PLEYERS (Eds.), **Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial** (p. 141–154). CLACSO, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/j.ctv253f509.19> Acesso em 15 de abr. de 2022.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Revista Nueva Sociedad**. Buenos Aires: nov de 2015, p. 4-17. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-anos-depois/> Acesso em 11 de abr. de 2022.

BRUM, E. Doente de Brasil: Como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade. **El País**, Brasília, 02 de ago. de 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html>. Acesso em 15 de set. de 2019.

CALDERÓN, Fernando; CASTELLS, Manuel. **A nova América Latina**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

CARVALHO, Brígida Gimenez.; PEDUZZI, Marina; AYRES, José Ricardo de Carvalho Mesquita. Concepções e tipologia de conflitos entre trabalhadores e gerentes no contexto da atenção básica no Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 7, p. 1453–1462, jul. 2014.

COSTA, Viegas Fernandes da. **Coliseu tropical**. Curitiba: Kottter Editorial, 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A prova política da pandemia. **Blog da boitempo**, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-provapolitica-da-pandemia/>. Acesso em 22 de jan. de 2023.

DIMAGGIO, Paul; EVANS, John.; BRYSON, Bethany. “Have American Social Attitudes Become More Polarized?”. **The American Journal of Sociology**, Chicago: Vol.. 102, n° 3, p. 690-755, 1996.

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia**. Natal: Vol. 5, n. 1, p. 95-121, jan. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/FbK3GQ3CR4PDPKGNHZQ3bSk/abstract/?lang=pt#> Acesso em 27 de set. de 2023.

DRUCKMAN, James N.; LEVENDUSKY, Matthew S. What do we measure when we measure affective polarization? **Public Opinion Quarterly**, vol. 83, n. 1, p. 114-122, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.1093/poq/nfz003> > Acesso em 16 de abr. de 2022.

DUNKER, Christian. *Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

EMPOLI, Giulliano da. *Os Engenheiros do Caos*. São Paulo: Vestígio, 2019.

ESPINOSA, Baruch. *Ética Demonstrada À Maneira dos Geômetras*. Tradução Joaquim de Carvalho, Joaquim Ferreira Gomes, Antônio Simões. In: *Espinosa*. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

EVANGELISTA, Daniel Vassa. **Polarização e movimentos sociais contemporâneos no Brasil e na França**. Orientador: Angela Randolpho Paiva. 2020. 275p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2020.

FILHO, Antônio Euzébios. **Trauma psicossocial entre o fatalismo e a conscientização: Martín-Baró para pensar o Brasil e a América Latina**. Curitiba: CRV; São Paulo: IPUSP, 2023.

FIORINA, Morris P.; ABRAMS, Samuel J. Political polarization in the american public. *The Annual Review of Political Science*, v. 11, p. 563-588, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREUD, Sigmund (1921). “Psicologia das massas e análise do eu”. In: Freud, Sigmund. *Obras completas, volume 15: Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. Tradução Paulo Cesar Souza. 1.ed. SP: CIA DAS LETRAS, 2014. p.9-100.

FUKS, Mário; MARQUES, Pedro. Afeto ou ideologia: medindo polarização política no Brasil?. In: 12º ENCONTRO DA ABCP, 2020, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa (PB). **Anais eletrônicos**. Área Temática: Comportamento Político e Opinião Pública [...]. [S. l.: s. n.], 2020

FUKS, Mário.; MARQUES, Pedro. Polarização e contexto: medindo e explicando a polarização política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 28, n. 3, p. 560–593, set. 2022.

GALLEGO, Esther Solano. Entendendo o Brasil atual: Polarização, guerras culturais e antipetismo. In: **Revista Nueva Sociedad**, jul. 2008. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/entendendo-o-brasil-atual/> Acesso em: 10 set. 2023.

GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. **O sindicalismo brasileiro diante do Golpe. 2016: Golpe e democracia no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2020. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/Galvao_A_3121715_OSindicalismo.pdf. Acesso em: 28 out. 2022.

GONTIJO, Lucas de Alvarenga; BICALHO, Mariana Ferreira. Rupturas da ordem neoliberal: crítica ao individualismo, à atomização política e à polarização identitária. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 7, n. 3, p. 141-159, 22 set. 2020.

GERGEN, Kenneth J. (1985). O movimento do construcionismo social na psicologia moderna. Tradução de Ercy José Soar Filho e revisão de Marta Regina Hasse Marques da Costa. **Revista Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v. 6, n. 1, 299-325, jan./jul. 2009. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2009v6n1p299/10807>. doi: <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2009v6n1p299>. Acesso em 20 de ago. de.2022.

GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Prefácio. *In*: Spink, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Recuperado em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em 15 de ago de 2023.

HORTA, L. F.; NOGUEIRA, A. R. Jornadas de junho de 2013: o teste digital da Doutrina Obama. **Cadernos Cemarx**, Campinas, SP, v. 17, n. 00, p. e023006, 2023.

HUR, Dominico Uhn; SABUCEDO, José Manuel. Psicologia dos extremismos políticos e polarizações sociais. *In*: HUR, Dominico Uhn; SABUCEDO, José Manuel. **Psicologia dos extremismos políticos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.p. 07-15.

IBAÑEZ, Tomas. Constructing a representation or representing a construction? *Theory and Psychology*, n.4, p.363-81, 1994.

IBAÑEZ, Tomas. O “giro linguístico”. *In*: IÑIGUEZ, Lupicinio(Org.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 19-49.

IÑIGUEZ, Lupicinio. La psicología social en la encrucijada postconstruccionista: historicidad, subjetividad, performatividad, acción. *In*: **XII Encontro Nacional da ABRAPSO**.Porto Alegre, RS, 2003.

IÑIGUEZ, Lupicinio. A análise do discurso nas ciências sociais: variedades, tradições e práticas. *In*: ____ (Org.). **Manual de análise do discurso em Ciências Sociais**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.105-106.

IYENGAR, Shanto; SOOD, Gaurav; LELKES, Yphtach. Affect, not ideology: a social identity perspective on polarization. **Public Opinion Quarterly**, Oxford, v. 76, nº 3. p. 405–431, 2012.

IYENGAR, Shanto; WESTWOOD, Sean J. Fear and Loathing across Party Lines: New Evidence on Group Polarization. **American Journal of Political Science**, vol. 59, no. 3, p. 690–707, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24583091> Acesso em 14 de abr de 2022.

KIFFER, Ana. O ódio e o desafio da relação: escritas dos corpos e afecções políticas. *In*: KIFFER, Ana; GIORGI, Gabriel. **Ódios políticos e política do ódio: lutas, gestos e escritas do presente**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LANE, Silvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LEWIN, Kurt. (1941). **Self-Hatred Among Jews**. *In: American Psychological Association*, 1997.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. **Psicologia social do preconceito e do racismo**. São Paulo: Blucher Open Access, 2020.

LOURENÇO, Edvânia; GOULART, Patrícia; ANUNCIACÃO, Luis; LACAZ, Francisco Antonio de Castro. Condições de trabalho de assistentes sociais da área da saúde e repercussões psicossociais. **Saúde soc.** vol. 28, n. 1, p. 154-168, 2019.. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902019180675>. Acesso em 28 de ago de 2023.

LOZADA, Mireya. El otro es el enemigo: imaginarios sociales y polarización **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, , vol. 10 n. 2, p. 195-209, 2004. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/177/17710214.pdf>> Acesso em 14 de abr. de 2022.

LOZADA, Mireya. Despolarización y procesos de reparación social. Los desafíos de la convivencia en Venezuela. **Fundación Friedrich Ebert**, 2016. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/caracas/12628.pdf>> Acesso em 14 de abr. de 2022.

LOZADA, Mireya. Neoautoritarismo e residências sociais na Venezuela: vida cotidiana da mitologia bolivariana. *In: HUR, Dominico Uhn; SABUCEDO, José Manuel. Psicologia dos extremismos políticos*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2020.p. 147-174.

MACHADO, Jorge.; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. **Sociologia & Antropologia**, v. 9, n. 3 945-970, 2019. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>>. Acesso em 15 de set. de 2021.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador (1988). *In: LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Entre o indivíduo e a sociedade (1983). *In: LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. Guerra e Saúde Mental. *In: LACERDA JÚNIOR, Fernando. (Trad.). Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O psicólogo no processo revolucionário (1980). In: LACERDA JUNIOR, Fernando (Org.). **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MASON, Lilliana. 'I disrespectfully agree': The differential effects of partisan sorting on social and issue polarization. **American Journal of Political Science**. Bloomington, vol. 59, n. 1, p. 128–145, 2015. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/24363600> Acesso em 14 de abr de 2022.

MCCOY, Jennifer; RAHMAN, Tahmina; SOMER, Murat. Polarization and the global crisis of democracy: common patterns, dynamics and pernicious consequences for democratic polities. **American Behavioral Scientist**, v. 62, n. 1, p. 16-42, 2018. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002764218759576>>. Acesso em 15 de mar. de 2021.

MEDRANO, Benedito; SPINK, Mary Jane; MÉLLO, Ricardo Pimentel. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, Mary Jane; BRIGAGÃO, Jacqueline; NASCIMENTO, Vanda; CORDEIRO, Mariana. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

MELLO, Ricardo Pimentel; SILVA, Alyne Alvarez; LIMA, Maria Lúcia Chaves; DI PAOLO, Angela Flexa. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, vol. 19, n.3, p. 26-32, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300005> . Acesso em 10 de jan. de 2023.

MENDONCA, Gabriel Silveira; SOUZA, Vera Lucia Trevisan de; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O conceito de ideologia na psicologia social de Martín-Baró. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 16, n. 35, p. 17-33, abr. 2016 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 15 maio 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther Solano (Org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019a.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake News. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Partidos, movimentos, democracia: riscos e desafios do século XXI. **Journal of Democracy em Português**, v. 8, Número 2, São Paulo, Novembro de 2019. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/jd-out/Partidosmovimentosdemocracia.pdf>. Acesso em 11 de abr. de 2021.

OLIVEIRA, Walter Ferreira de. As eleições e a saúde mental dos brasileiros. [Editorial]. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, v. 14, n. 22, p. i-ii, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/91422/51837>. Acesso em 10 jan de 2023.

PASQUALINI, Juliana Campregher; MARTINS, Lígia Márcia. Dialética singular-particular-universal: implicações do método materialista dialético para a psicologia. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 362-371, 2015.

PRANDI, Reginaldo; CARNEIRO, João. Luiz. EM NOME DO PAI: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, vol. 33, n. 96, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/zz6PRYyg6VWKKpVN3Psfx6N/#>. Acesso em 10 de jan. de 2023.

POÇO, Rafael; ALMEIDA, Rodrigo de. Polarização em 2022 e a assimetria que poucos enxergam. **Nexo Jornal**, 30 de abr de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Polariza%C3%A7%C3%A3o-em-2022-e-a-assimetria-que-poucos-enxergam>. Acesso em 12 de mar de 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. Tradução de Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir. Protestos de 2013 foram o 11 de setembro da direita brasileira. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 de nov. de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/11/protestos-de-2013-foram-o-11-de-setembro-da-direita-brasileira.shtml>. Acesso em 11 de abr. de 2021.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNDER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso**. 1 ed. São Paulo: Vestígio, 2022.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles; SILVA, Alessandro Soares da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a psicologia política dos movimentos sociais. **Psicologia, políticas e movimentos sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016.

SAWAIA, Bader Burihan. O Sofrimento Ético Político como Categoria de Análise da Dialética Exclusão/Inclusão. In: SAWAIA, Bader B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 156 p.

SAWAIA, Bader Burihan. O Sentido Ético-Político da Saúde na Era do Triunfo da Tecnobiologia e do Relativismo. In: Goldenberg, Paulete; Marsiglia, Regina Maria Giffoni; Gomes, Mara Helena de Andréa (Org.) **O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2003.

SOLANO, Esther. Bolsonaroismo representa forma de entender o mundo, é estruturante, diz socióloga. [Entrevista concedida a] Uirá Machado. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 03 de abr. de 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/04/bolsonarismo-representa-forma-de-entender-o-mundo-e-estruturante-diz-sociologa.shtml>. Acesso em 10 de jun. de 2023.

SOUZA, Laura Vilela e; MCNAMEE, Sheila; SANTOS, Manoel Antônio dos. Avaliação como construção social: investigação apreciativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 598–607, set. 2010.

SPINK, Mary Jane. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 1999. v. 1. 296p.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em 15 de ago de 2023.

SPINK, Mary Jane; MEDRANO, Benedito. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Centro Edlstein de pesquisas sociais: Rio de Janeiro, 2013.

SPINK, Mary Jane; LIMA, Helena. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SPONHOLZ, Liriam. O papel dos discursos de ódio (online) na ascensão da extrema direita: um aporte teórico. **Confluências: Revista interdisciplinar de sociologia e direito**. Volume 22, nº 3, Niterói: Editora PPGSD-UFF, dezembro de 2020.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós e “eles”**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2019.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

VELOSO, Maria Bethânia Viana Teles. Bethânia: Não gosto mais de falar do Brasil. Tenho vontade de chorar. [Entrevista concedida a] Leonardo Lichote. **El País**, Brasília, 12 de fev. de 2021. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-02-12/bethania-nao-gosto-mais-de-falar-do-brasil-tenho-vontade-de-chorar.html>>. Acesso em 10 de out. de 2021.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. **A construção do pensamento e da linguagem**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

ZEINE, Leonardo; MORETTO, Márcio Ribeiro; ORTELLADO, Pablo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião (Is There Political Polarization in Brazil? Evidence From Two Series of Public Opinion Surveys). *In: SSRN*, São Paulo, 6 de maio de 2021. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=3841102>> Acesso em 14 de abr de 2022.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar de uma pesquisa sobre: “Os sentidos da polarização política e as possíveis repercussões do fenômeno na produção de sofrimento psicossocial”. Este estudo tem como objetivo geral compreender os sentidos da polarização política e suas repercussões psicossociais na saúde mental, atribuídos por psicólogos que atuam no campo da saúde. A pesquisa está associada ao projeto de mestrado de Fernanda Denise Satler, do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e será orientada pelo professor Dr. Walter Ferreira de Oliveira. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC, o qual tem por função defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

Sua participação na pesquisa consiste em conceder uma entrevista semiestruturada, mediada por um roteiro temático composto por duas partes: uma para levantar dados para caracterização sociodemográfica dos participantes (idade, naturalidade, religião, campo de atuação, entre outros) e outra com questões sobre relacionadas aos sentidos da polarização política na prática clínica em saúde mental e as repercussões psicossociais do fenômeno.

Ao participar da entrevista, você não será obrigado a responder todas as perguntas. A entrevista vai acontecer na modalidade online ou presencial, de acordo com sua disponibilidade, através da plataforma Conferenciaweb.rnp.br, e será gravada em áudio, na modalidade presencial e em áudio e vídeo na modalidade online, para que o pesquisador possa ter acesso integral e fiel a fonte dos dados coletados. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade de todos os dados coletados nas entrevistas, eles serão os únicos a terem acesso aos dados e tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo das informações.

Todas as informações colhidas nas entrevistas serão analisadas em caráter estritamente científico. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em eventos ou revistas científicas e mostrarão apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição ou qualquer informação relacionada à sua privacidade. Os dados da sua entrevista serão utilizados apenas para essa pesquisa e ficarão armazenados por pelo menos cinco anos, em sala e armário chaveados, de posse dos pesquisadores responsáveis, podendo ser descartados (deletados e incinerados) posteriormente ou mantidos armazenados em sigilo.

Sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária. Você não vai receber compensação financeira relacionada a sua participação, e não terá despesas pessoais em qualquer fase deste estudo. Caso você tenha alguma despesa ou algum prejuízo financeiro em decorrência desta pesquisa, você terá garantia de ressarcimento.

Ao participar desta pesquisa você poderá ser exposto há alguns riscos e desconfortos:

- Cansaço ou aborrecimento ao responder ao roteiro da entrevista;
- Desconforto ou constrangimento durante as gravações de áudio e/ou audiovisual das entrevistas;
- Constrangimento ou descontentamento com as análises que serão realizadas sobre o tema da polarização política, bem como com as possíveis reflexões oportunizadas durante a entrevista;
- Outro risco inerente à pesquisa, é a remota possibilidade da quebra do sigilo, mesmo que de forma involuntária e não intencional. Por exemplo: perda ou roubo de documentos, computadores ou pendrive, e acesso de terceiros aos dados por meio de invasão digital.

Caso você se sinta prejudicado de alguma forma, poderá interromper imediatamente sua participação na pesquisa, sem nenhum problema. Sinta-se absolutamente à vontade em deixar de participar da pesquisa a qualquer momento, sem precisar apresentar qualquer justificativa para a desistência, e com a certeza de que você não terá qualquer prejuízo por isto. Caso você venha a sofrer algum dano ou prejuízo material ou imaterial decorrente desta pesquisa, você terá garantia de indenização. Durante os procedimentos de coleta de dados você estará sempre acompanhado por um dos pesquisadores, que lhe prestará toda a assistência necessária ou acionará pessoal competente para isso. Os pesquisadores estarão disponíveis e aptos para oferecer suporte se você precisar, inclusive providenciar encaminhamento para atendimento psicológico, caso você entenda como necessário e manifeste o desejo.

Embora esta pesquisa não ofereça benefícios diretos e imediatos aos entrevistados, ao participar eles estarão contribuindo para a ampliação de conhecimentos na área da Saúde Mental e da Saúde Coletiva. A participação vai construir conhecimentos científicos sobre o cenário de polarização política no Brasil e suas repercussões para a produção de sofrimento psicossocial, podendo gerar reflexões e problematizações sobre este fenômeno no âmbito da saúde mental/coletiva.

A defesa da dissertação de mestrado que vai apresentar os resultados desta pesquisa, está prevista para dezembro de 2022, caso haja interesse você poderá assistir. Os resultados serão repassados aos participantes em forma de resumo por escrito. O participante também poderá receber os resultados na íntegra, caso solicite esta devolutiva por e-mail.

Em caso de dúvidas sobre o projeto ou sobre os procedimentos, e também caso você se sinta prejudicado, poderá contatar os pesquisadores a qualquer momento da pesquisa, ou mesmo após o encerramento da mesma.

Contato da pesquisadora responsável:

Fernanda Denise Satler

Fone: (48) 99840-6924

E-mail: fdsatler@gmail.com;

Você poderá também entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), caso queira fazer alguma reclamação. O CEPSH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à UFSC, mas

independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

O órgão fica localizado no Prédio Reitoria II, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, 4º andar, sala 701, Trindade, Florianópolis/SC, CEP 88.040-400. Contatos: (48) 3721-6094, cep.propesq@contato.ufsc.br.

Os pesquisadores também irão assinar esse documento, e comprometem-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconizam as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde 466/2012 e 510/2016, que tratam dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa; bem como com as demais normativas e legislações vigentes e aplicáveis.

Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), você ficará com uma cópia do mesmo ou, caso a pesquisa aconteça remotamente, você poderá baixar uma cópia do mesmo, para guardar a sua via, pois é um documento que traz informações importantes de contato e de garantia dos seus direitos como participante da pesquisa. O(a) senhor(a) deverá eletronicamente aceitar participar da pesquisa, caso a pesquisa seja realizada remotamente, o que corresponderá à assinatura do TCLE, ficando dispensado da assinatura em documento físico, conservando, contudo, a transparência e a rastreabilidade na relação participante de pesquisa.

Fernanda Denise Satler
Pesquisadora Responsável

Eu, _____, li este documento (ou tive este documento lido por uma pessoa de confiança) e obtive todas as informações que julguei necessárias para me sentir esclarecido e optar por livre e espontânea vontade participar da pesquisa: “Os sentidos da polarização política e as possíveis repercussões do fenômeno na produção de sofrimento psicossocial”.

() Sim () Não

Assinatura do participante

Data: __/__/__

Afirmamos que o Assinatura participante presente protocolo de pesquisa foi explicado para o indivíduo acima por um dos pesquisadores, incluindo o propósito, os procedimentos a serem realizados, os possíveis riscos e potenciais benefícios associados à participação neste estudo. Houve tempo suficiente para dúvidas e todas as questões levantadas foram prontamente respondidas, sem exceções.

Fernanda Denise Satler
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA GRAVAÇÃO DE ÁUDIO E VÍDEO.

Eu, _____, permito que os pesquisadores relacionados abaixo obtenham: gravação de voz e de vídeo da minha pessoa para fins de pesquisa científica. Eu concordo que o material e informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser utilizados em encontros científicos ou publicados em revistas científicas. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada, tanto quanto possível, por nome ou qualquer outra forma. As gravações ficarão sob a propriedade e guarda dos pesquisadores desta pesquisa.

() SIM () NÃO

Assinatura do participante

Data: __/__/__

Fernanda Denise Satler
Pesquisadora Responsável

APÊNDICE C – ARTIGO

O regimento interno do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (PPGSC/UFSC), requer que a pesquisa desenvolvida seja apresentada em formato de artigo científico, para ser submetida a um periódico científico do campo da saúde. Desta forma, o artigo abaixo resultante da pesquisa será submetido na Revista “Cadernos de Saúde Pública” e segue as diretrizes exigidas pelo periódico para sua submissão.

Título – Polarização política e saúde mental: sentidos produzidos diante de um Brasil fraturado.

Resumo

A polarização política no Brasil veio acompanhada de um processo de rupturas sociais nos âmbitos familiar e comunitário, nas relações de amizade, produzindo sofrimento e impactando na saúde mental de uma coletividade. O giro às posições extremistas produziram um intenso antagonismo social pautado no ódio e calcado na noção do inimigo comum. O objetivo deste estudo é justamente refletir sobre essas repercussões do fenômeno na clínica em saúde mental. Para tanto, realizou-se entrevistas em profundidade com 09 psicólogos que atuam no campo, a partir do referencial teórico do construcionismo social, focado na descrição e compreensão de sentidos. Os resultados levaram a 3 categorias de análise: 1) Sentidos no trabalho; 2) Escutas do outro; e 3) Olhares para o futuro. Concluiu-se que o fenômeno atravessou de maneiras distintas, em alguns casos; e semelhantes, em outros, o cotidiano profissional e pessoal dos participantes do estudo. Contudo, seus efeitos foram evidenciados concretamente no fazer em saúde mental, seja no sentido das relações profissionais/institucionais, seja pelos atravessamentos pessoais ou na escuta clínica. Houve uma unanimidade construída no diálogo com os participantes da pesquisa: de que a fratura no tecido social, provocada pela polarização da extrema-direita no Brasil, além de produzir sofrimento, violência política e rompimentos afetivos significantes, exigirá de profissionais e pesquisadores do campo da saúde compromisso ético-político para encontrar caminhos possíveis ao enfrentamento de seus efeitos na saúde e na convivência social e comunitária.

Palavras-chave: Dissidência Política; Saúde Mental; Psicologia Social

Introdução

Talvez umas das palavras que mais ouvimos ao longo destes últimos tempos foi “polarização”. Da boca de analistas políticos, jornalistas, intelectuais, representantes

parlamentares, partidos políticos, o termo foi adentrando o senso-comum, sendo transformado em pressuposto do debate político e não raras vezes o fenômeno vem sendo utilizado para justificar acontecimentos traumáticos da história recente do Brasil e a causa das crises de democracias liberais pelo mundo.

Haja vista que a ideia de polarização política pode ser enganosa ou até mesmo camuflar algum oportunismo¹, o tema merece cuidado, atenção e pesquisa, e o próprio conceito precisa ser bem explorado para que se evitem simplificações a respeito deste fenômeno tão amplo e complexo.

A polarização política não é, em absoluto, um fenômeno novo. A oposição de ideias entre grupos sociais é registrada desde pelo menos a Grécia Antiga, quando a democracia foi concebida como sistema político alternativo à tirania. Eram intensos, então, o antagonismo entre aqueles que previam a ruína do governo da maioria e os que acreditavam que o poder cabia de direito aos destinados por nascimento ou escolhidos com base em suas competências². Na modernidade, a histórica polarização entre esquerda e direita tem influenciado a forma de fazer política ao longo dos tempos em praticamente todos os regimes democráticos modernos, estando, em Marx, intrinsecamente ligada à luta de classes³.

As atuais crises enfrentadas pelas democracias liberais têm em comum a adesão de países ao populismo autoritário: o “trumpismo” nos Estados Unidos, a extrema direita eleita na Polônia e na Hungria, o bolsonarismo no Brasil. Também as recentes coligações de partidos extremistas na Áustria e na Itália, o Brexit, que provocou a saída do Reino Unido da União Europeia e a crise do nacionalismo na Espanha representam esse giro a posições mais extremistas e radicais. Os representantes deste populismo autoritário em geral priorizam políticas que misturam conservadorismo social, nacionalismo étnico e ultraliberalismo econômico, costumam apontar um inimigo comum e culpado de todos os males da sociedade, que pode ser, entre outros, o estrangeiro, o comunista, o perverso. Outras características incluem a reivindicação de representação exclusiva do povo, a intolerância à oposição e o desrespeito às instituições⁴.

Na atualidade, os colapsos democráticos têm sido protagonizados por líderes políticos com perfil autoritário. Suas estratégias buscam não somente deslegitimar, aparelhar ou dissolver as instituições próprias da democracia, mas também suas grades de proteção. Assim, instituições legislativas e judiciárias, políticos e partidários de oposição e a imprensa livre costumam ser os principais alvos de um projeto de governo antidemocrático; e a polarização extrema, nesse sentido, tem sido capaz de produzir crises profundas mesmo em democracias já consolidadas. Estas crises se potencializam especialmente quando as ações se estendem para

além das diferenças políticas e passam a abarcar conflitos sociais e culturais, como é o caso, por exemplo, das prescrições sobre costumes⁵. As plataformas virtuais e redes sociais da internet ocupam, atualmente, lugar privilegiado para a emergência de discursos com apelos moralistas, xenófobos, e de estímulo ao ódio e ao conflito, que vem demonstrando força na opinião pública, definindo uma polarização política que se estabelece em torno de posicionamentos essencialmente de cunho moral.

Um dos marcos da polarização na política brasileira exercida através das redes sociais ocorreu durante as chamadas *Jornadas de Junho* de 2013. Estas manifestações populares representaram um importante ponto de inflexão no campo político brasileiro e mostraram-se decisivas na ascensão da extrema direita no país^{6,7,8,9,10,11}, inaugurando um novo ciclo político, transitado por cenários marcados por uma maior radicalização da polarização e pelo surgimento de novos atores na cena política¹². Com o uso massivo das plataformas virtuais como principal meio para articular e mobilizar a população, produziu-se um círculo de movimentos dependentes do mundo digital, afetando as comunicações e unificando-as de forma a acentuar e sustentar oposições binárias e a formação de consensos polarizados⁸.

Na esteira das *Jornadas de Junho*, as manifestações contra o governo Dilma Rousseff começaram a se apresentar, abrindo caminhos a sua posterior destituição. A demanda em torno do *impeachment* tomou as ruas e as redes sociais, se adensando e atraindo seguidores com outras pautas, incluindo pautas comportamentais e econômicas⁸. Este ambiente facilitou a reinvenção das direitas no Brasil, que assumiram formas mais conservadoras e radicais¹³. A busca de reeleição do presidente Bolsonaro e o retorno do então ex-presidente Lula à cena política, propiciou em 2022 as eleições gerais mais violentas e polarizadas desde a redemocratização do país.

A vitória de Lula em segundo turno por uma diferença de apenas dois milhões de votos mostra um país fraturado, depois de uma campanha política circunscrita em torno de pautas morais com forte apelo religioso. A preponderância do ativismo via redes sociais virtuais potencializou a disseminação em massa de notícias falsas, discursos de ódio e ataques contra as instituições democráticas. Este cenário nutriu as condições para a tentativa de golpe de Estado, que culminou com a invasão do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, em 08 de janeiro de 2023, logo após a transição de poder.

Encarando a polarização enquanto fenômeno psicossocial, entendemos que ele não é facilmente explicada pelos conceitos acadêmicos tradicionais, havendo a necessidade de ser apreendido por diferentes marcos teóricos¹⁴. A Psicologia Social, nesse sentido, contribui para compreender as repercussões psicossociais do fenômeno na convivência entre pessoas e grupos

sociais. Da mesma forma, na medida em que produz intolerância, violência e sofrimento, a polarização afeta a saúde mental de uma coletividade e pode, portanto, ser considerada do ponto de vista da Saúde Coletiva, particularmente do campo da Saúde Mental Coletiva.

No âmbito cognitivo, os extremismos políticos configuram-se como comportamentos rígidos e intolerantes ao que emerge como diferença. Já no plano intersubjetivo a polarização expressa uma forma binária, dicotômica, em uma relação de conflito que pode ocorrer tanto em uma perspectiva intragrupo como em um contexto intergrupar. Neste sentido, a divisão do *nós* contra *eles* intensifica as semelhanças intragrupais e as diferenças intergrupais¹⁵. O endurecimento de posições ideológicas intensifica a pressão para se situar entre o “nós” ou o “eles”, obstaculizando o reconhecimento da pluralidade e o diálogo com outros diferentes^{16,17}. A configuração de um processo rígido de categorização social, delimitando atitudes e comportamentos, fortalece identidades sociais estáticas, dando vazão a diferenciações e exclusões sociopsicológicas entre o endogrupo e o exogrupo¹⁵.

Em um contexto de polarização social ambos os lados buscam enfatizar o antagonismo e inflar as fontes de ressentimento e ódio intergrupar. A construção da figura do inimigo é fundamental para a adesão ao discurso político, fomentando uma nova forma de socialização política, mais isolada e individualista, e um funcionamento político calcado em afetos de ódio e agressividade direcionados àqueles identificados como inimigos, inclusive às minorias sociais¹⁴. Verificam-se um estreitamento do campo perceptivo: a percepção é fortalecida por estereótipos e baseada na dicotomia “nós-eles”. Uma forte carga emocional, seguindo o esquema dicotômico e simplificado, favorece a aceitação ou rejeição, sem nuances, das pessoas ou grupos com base no seu posicionamento político; um desmesurado envolvimento pessoal, ou seja, qualquer evento capturado em termos polarizados parece afetar de forma profunda e extremamente intensa a vida pessoal e interpessoal; e uma tendência à exclusão e intolerância, em que indivíduos, grupos e, quando possível, através do aparelhamento de instituições, são socialmente pressionados a se colocarem em uma das posições, mantendo as atitudes de rigidez, intolerância e exclusão próprias do confronto político¹⁸.

Assim, a polarização política pode assumir uma dimensão tal que divide a sociedade como um todo, produzindo uma fratura no tecido social¹⁶. Constroem-se, desta forma, identidades sociais antagônicas e mutuamente excludentes, gerando impactos psicossociais produtores de sofrimento mental e podendo interferir na dimensão das relações entre as pessoas¹⁹. Em um ambiente onde se naturaliza o recurso à violência e ao ódio para resolver diferenças interpessoais e intergrupais, o senso de comunidade vai sendo corroído pela

intolerância, dificultando o estabelecimento de relações humanizadas, o que também abre caminho para manifestações deletérias na saúde mental de indivíduos e grupos.

Considerando o exposto, conduzimos este estudo com objetivo de refletir sobre os efeitos da polarização política na clínica em saúde mental, na perspectiva da atenção psicossocial. Para tanto, procuramos um diálogo com psicólogos(as) que atuam neste campo clínico, questionando-as(os) sobre o tema da polarização e seus impactos psicossociais na produção de sofrimento psíquico e outras possíveis consequências na saúde mental. O trabalho orientou-se, neste sentido, por algumas questões, entre elas: O que os participantes têm a dizer (e ressignificar) a respeito do cenário de polarização política no Brasil? Como este contexto tem atravessado o cotidiano destes profissionais no fazer em saúde mental? O que ouvem e o que interpretam da escuta de pessoas que lhes remetem suas dores e seus sofrimentos? Quais as apostas de futuro diante de um país fraturado e dos desafios ora postos?

Método

Estudo qualitativo, desenvolvido por meio de entrevistas semiestruturadas com psicólogas(os) que atuam no campo da saúde mental. O referencial teórico utilizado foi o construcionismo social, focado na descrição e compreensão dos sentidos produzidos no cotidiano²⁰. O processo de produção de sentidos é analisado segundo as práticas discursivas do cotidiano, definidas como práticas sociais que envolvem pessoas engajadas em constantes trocas simbólicas, incluindo a interação entre o pesquisador e os participantes da pesquisa, em um espaço de interpessoalidade, que também é socialmente construído²¹.

Foram realizadas entrevistas com psicólogas(os) através de amostragem não probabilística, por conveniência. Os critérios para inclusão dos profissionais foram: ser psicóloga(o) e trabalhar no campo da clínica em saúde mental por pelo menos um ano. Elaborou-se um convite virtual divulgado entre setembro de 2022 a março de 2024 nas redes sociais da pesquisadora e em plataformas virtuais voltadas a grupos pertencentes à categoria profissional, que direcionava a um formulário, com as informações da pesquisa, as condições atinentes ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os critérios para participação e um questionário de identificação dos interessados e seus contatos para o agendamento das entrevistas. Catorze (14) pessoas responderam ao questionário, efetuando-se 09 entrevistas, haja vista 02 pessoas desistentes e outras 03 que não se encaixaram nos critérios. A suspensão de inclusão de novos participantes aconteceu quando, na avaliação da

pesquisadora, os dados obtidos passaram a apresentar certa redundância ou repetição, não sendo considerado relevante persistir na coleta.

As entrevistas apresentaram-se como contexto dialógico favorável para capturar a produção de sentidos a respeito do tema pesquisado. Além dos dados sociodemográficos, as entrevistas foram mediadas por um roteiro temático, constituído de três eixos, sendo eles: 1 - Repercussões da polarização política na clínica em saúde mental; 2 - Efeitos da polarização política no cotidiano pessoal e profissional; e 3 – Estratégias de enfrentamento para superar ou minimizar impactos causados pela polarização. Desta forma, buscou-se captar o ponto de vista dos participantes envolvidos na realidade estudada, bem como apreender sentidos produzidos e ressignificados que o tema suscitou.

As questões foram elaboradas com a intenção de tornar presente nas narrativas dos/as entrevistados/as, seus posicionamentos frente ao fenômeno pesquisado e suas repercussões no seu cotidiano do trabalho, a partir de situações que perceberam como significativas. Assim, as perguntas foram disparadoras das práticas discursivas durante as entrevistas, levando em conta o entendimento de que os sentidos são produzidos em processos dialógicos²².

As entrevistas ocorreram entre outubro de 2022 e março de 2023, sendo que uma 01 ocorreu presencialmente e as outras oito por meio de plataforma virtual, de acordo com a disponibilidade dos participantes. A entrevista presencial foi gravada e as virtuais foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra e literalmente, constituindo o corpus da pesquisa.

Para o processo de análise utilizou-se como instrumento o *mapa* proposto por Spink²², que permitiu dar visibilidade aos passos dados na construção do estudo e na dialética presente nos discursos analisados. O mapa de Spink consiste numa tabela onde as colunas são definidas tematicamente, organizadas de acordo com os temas identificados na transcrição, ou previamente, com o que se pretende dar visibilidade através da análise.

Após construído o mapa, foi avançada a análise de acordo com cada categoria refletindo as principais discussões de cada tema. Foram assim identificadas três categorias: 1) Sentidos no Trabalho; 2) Escutas do outro; e 3) Olhares para o futuro.

Quanto aos procedimentos éticos, todos os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido. O sigilo dos participantes foi garantido e foram utilizados pseudônimos (P1, P2 ... P9) para a apresentação de suas falas. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética/CAAE 61920322.4.0000.0121.

Resultados e Discussão

Ouvimos dos nove psicólogos(as) entrevistados(as) histórias, desafios, angústias e percepções a respeito do cenário de polarização política que atravessa o país e como se apresentam na sua prática clínica. Tais reflexões suscitadas a respeito do fenômeno e suas interfaces com a saúde mental mostram-se de elevada importância e alertam para a necessidade de aprofundar este tema com outros públicos-alvo e categorias profissionais do campo da saúde. Para fins de uma mais fácil compreensão destes profissionais optamos em apresentar inicialmente uma síntese de cada entrevista pela ordem em que foram realizadas, dando ênfase a alguns relatos, para depois inserir o quadro com as características gerais.

P1 tem 33 anos e desde que começou a atuar como psicóloga, há 09 anos, até a época da entrevista trabalhava em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O que mais pareceu evidente em sua entrevista foram as tensões no ambiente de trabalho, em especial no relacionamento com a equipe do serviço.

P2 atuava na atenção básica em saúde (ABS) e atendia também em um consultório particular. Tinha a época 28 anos e há seis atuava como psicóloga. Na entrevista, deu destaque especial para os conflitos familiares que lhe chegaram na clínica em função do cenário político e o paradoxo entre colegas do serviço público que, ao mesmo tempo em que se colocavam na defesa dos princípios do SUS, eram favoráveis às políticas que precarizam e diminuem o papel do Estado, em consonância com um discurso neoliberal.

P3 é a que mais acumulava experiência profissional. Com 33 anos de profissão e 61 de idade, exerceu atividade em diferentes áreas e, no momento da entrevista, estava atuando na ABS. Entre as principais preocupações, deu ênfase à influência das mídias digitais nas formas de se relacionar com o mundo, e a sua interferência no fortalecimento da polarização política. Também problematizou o retrocesso nas políticas públicas e a cooptação delas por grupos religiosos, particularmente de denominações ditas evangélicas, principalmente nos serviços de assistência social.

P4 atuava como professora universitária e em um consultório particular, onde atendia especialmente crianças e adolescentes. Com 37 anos de idade e 14 de atuação profissional, ela também teve uma breve experiência como secretária municipal de saúde durante a pandemia da Covid-19. Logo no início da entrevista, trouxe relatos pessoais de conflitos vivenciados na sua própria família, em virtude dos posicionamentos políticos assumidos. Além disso, realçou que, na escuta de crianças e jovens na clínica, o cenário de polarização política estava marcadamente presente, gerando conflitos, sofrimento e rompimentos de relações.

P5, com então 28 anos, é a única participante que residia fora da região sul do Brasil. Recebeu a informação sobre a pesquisa através de um grupo de WhatsApp articulado em torno da política de redução de danos (RD), área em que atuava como psicóloga clínica há dois anos. Para ela, a clínica em psicologia não pode e nem deve ser dissociada do contexto político e, por isso, sentia-se bastante afetada profissionalmente pela influência do cenário de polarização na desqualificação da política de RD enquanto estratégia de cuidado às pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas, para o que referiu ser uma lógica manicomial.

P6 foi o único participante do gênero masculino. Também atuava como psicólogo clínico na política de RD. Tinha 27 anos de idade e dois de atuação profissional. Trouxe em pauta o fundamentalismo religioso, a intolerância e a dificuldade de lidar com o diferente como questões que atravessaram seus atendimentos na clínica.

P7, com 44 anos, atuava exclusivamente com atendimento clínico particular. Relatou uma experiência, no início de sua carreira como psicóloga, há aproximadamente sete anos, com um grupo de mulheres, ao qual se referiu logo no início da entrevista. Percebeu ela que naquela época, em 2017, as mulheres que compunham o grupo traziam muitos comentários de cunho religioso que, ao mesmo tempo em que as aproximavam, também davam vazão a um discurso muito próximo ao que chamou de discurso fascista, justificado por medos da inflação e da corrupção, por exemplo, temas estes comuns nos noticiários da época e amplamente explorados pela extrema direita brasileira.

P8 também trabalhava como psicóloga na ABS e na clínica individual vinculada a um sindicato local, que oferece assistência psicológica aos seus filiados. Com 33 anos de idade e nove de atuação profissional, também destacou a precarização do SUS, mais sentido por ela por ocasião do governo Bolsonaro, como algo que afetava profundamente seu fazer profissional no serviço público.

P9 tinha 40 anos de idade e 15 de carreira como psicóloga. Trabalhava como servidora da política de assistência social de seu município e em uma clínica particular. Na entrevista, enfatizou os desafios frente à precarização e desqualificação das políticas públicas. Já no seu trabalho na clínica, além das demandas por atendimento relacionadas à polarização política, revelou seu estranhamento diante de clientes aos quais supunha “esclarecidos”, mas que, a seu ver, manifestaram medos infundados com a possibilidade de o Partido dos Trabalhadores retomar o poder no cenário do pleito eleitoral de 2022.

Quadro 1 – Perfil dos participantes da pesquisa

Participante	Idade	Tempo de atuação	Gênero	Área de atuação atual	Localidade
P1	33	10	F	Centro de Atenção Psicossocial	Vale do Itajaí/SC
P2	28	06	F	Atenção Básica em Saúde e clínica particular	Região Metropolitana/PR
P3	61	33	F	Atenção Básica em Saúde	Litoral Sul/SC
P4	37	14	F	Professora universitária e clínica particular	Litoral Sul/SC
P5	28	02	F	Clínica particular /Redução de Danos	Região Metropolitana/PE
P6	27	02	M	Clínica particular /Redução de Danos	Continental Sul/SC
P7	44	07	F	Clínica particular	Vale do Itajaí/SC
P8	33	09	F	Atenção Básica em Saúde e Clínica particular	Vale do Itajaí/SC
P9	40	15	F	Assistência Social e Clínica particular	Vale do Itajaí/SC

1) Sentidos no trabalho: precarização, conflito e sofrimento

No ambiente de trabalho, as repercussões da polarização ressaltaram sentidos que se relacionam à precarização do trabalho, aos conflitos na equipe e ao receio de posicionar-se politicamente. A precarização do trabalho enfrentada por profissionais da saúde, intensificada no contexto da pandemia da COVID-19, foi atribuída ao desmonte nas políticas públicas promovido especialmente durante o governo Bolsonaro. Além do temor generalizado em decorrência do cenário da pandemia, foram particularizadas as tensões psicossociais decorrentes das práticas preventivas, como o isolamento social, os constrangimentos do enfrentamento político-ideológico, por exemplo, contra o negacionismo. Além disso, enfatizou-se como causa de angústia e sofrimento um processo persistente de desqualificação do trabalho e a perdas de direitos causados especialmente pela fragilização das relações de trabalho, afetando a estabilidade profissional e a duração de seus vínculos. Neste sentido, os participantes da pesquisa trouxeram a precarização como um determinante na produção de sofrimento no trabalho. Vejamos excertos que apontam tais sentidos:

P8: E eu acho que, agora pensando, em algum nível tinha um pouco de raiva do sistema, não do sujeito na minha frente, mas de raiva desse sistema que transforma aquilo que eu amo, que

é o meu trabalho, meu conhecimento, minha dedicação, minha energia, em uma coisa que é apressada.

P9: [...] *voltou aquela coisa de celetista, de contrato terceirizado, então vem pessoas, ficam três, quatro meses, que não entendem nada, que caem lá de paraquedas.*

Outra consideração apontada nas entrevistas foi a desqualificação profissional, haja vista a significativa presença de profissionais que incorporavam vieses religiosos na execução das políticas públicas.

P3: [...] *inclusive a coordenadora, que era uma psicóloga, mas é da igreja e puxava os cânticos. Então o que que tu faz num lugar destes? Não tem nem argumento, entende? É uma coisa que não sei nem o que dizer. Uma coisa é o embate político, teórico, posso tá errada, posso tá certa. Participar e divergir não é o problema, mas isso é uma coisa que me deixava bestificada, sem ação, num sofrimento enorme.*

P9: [...] *quando tem uma roda de conversa, no final fecha com todo o mundo fazendo uma oração. Sabe, umas coisas assim... Então é desgastante também porque daí todo o momento você tem que estar pontuando aquelas coisas que deveriam ser óbvias. E aí você, num conjunto onde a maioria tem esse tipo de visão, parece que você é que está louca que destoa do grupo. E acaba sendo daí sim um espaço de sofrimento.*

Nesta direção, os participantes que atuavam com Redução de Danos (RD), manifestaram receio com a ideologização desta política:

P5: *Aqui tem dois deputados federais que são evangélicos e que lideram boa parte das comunidades terapêuticas, e aí no carnaval agora... teve uma ação no carnaval da Escola de Redução de Danos e aí durante o carnaval fizeram uma denúncia dizendo que a ação lá tava distribuindo kit-drogas e que fazia apologia ao uso de drogas.*

P6: *Trabalhando na política pública havia sim um cuidado com a forma que a gente ia apresentar a redução de danos, ... porque a redução de danos é um campo, a saúde mental é um campo de disputa política. E aí nesse caso a gente precisaria evitar palavras, conceitos muito batidos e que já vão ser negados por conta dessa polarização que a gente tá vivendo.*

Outro impacto associado ao contexto de polarização foi sobre os conflitos com a equipe em função das divergências de posicionamentos políticos. Essas divergências trazem conotações de tensão, de violência, ou, pelo menos, de iminência de ruptura de um equilíbrio que foi se tornando cada vez mais precário. A fratura social provocada pela polarização se estende a espaços de coesão e de encontro laboral, causando rupturas no ambiente de trabalho, aprofundando conflitos e obstaculizando seu manejo pelas vias democráticas²³:

P1: Já presenciei e já participei de briga. Fui sendo empurrada para um polo [...]. No ambiente de trabalho, antes eu não sentia necessário ficar pontuando algumas coisas que pareciam que tavam claras, né? Hoje o óbvio precisa ser dito. Mas honestamente eu me sinto muito cansada e eu evito algumas discussões que eu acho infrutíferas [...] em alguns momentos mais, outros momentos menos, eu me senti afastada até da equipe pra me preservar. Chegava a me gerar uma ansiedade, um desconforto muito grande.

O cenário de polarização política no ambiente de trabalho repercutiu sentidos que se relacionam à precarização, aos conflitos na equipe e ao receio em se posicionar diante de determinadas estratégias de cuidado, compondo silenciamentos, distanciamentos, antagonismos, esgotamento, entre outras manifestações que dificultam a possibilidade de agir e de fazer saúde, configurando assim o sofrimento dos trabalhadores neste campo.

2) Escutas do outro: quando a polarização repercute na clínica em saúde mental.

Esta categoria diz respeito às escutas profissionais das entrevistadas/os que despertaram sentidos relacionados ao fenômeno da polarização política e de como ele chegou à clínica em saúde mental, demandando significação.

Os relatos de vivências pessoais que o tema provocou evidenciaram o quanto o fenômeno da polarização política vem deflagrando estranhamentos em relação ao outro próximo de nós, como familiares e amigos, em função dos posicionamentos políticos assumidos. Alguns participantes ressaltaram como este contexto tem afetado suas relações e definido diferenças entre “eu” e o “outro”, produzindo afastamentos, decepções, sentimentos confusos e sofrimento:

P4: [...] *ter que vivenciar isso dentro da minha família ... a gente se surpreende com as falas, mas eu realmente acredito que chegou o momento que a polaridade lá foi necessária. Por que já não era mais uma questão política.*

Nesta fala, P4 sugere que a questão transpõe a questão política. Em seu relato percebe-se como a polarização política insinua-se a terreno afetivo, permite que outras formas de afeto, positivas e negativas, transbordem a partir da provocação efetivada pelo político. Podem emergir aí os conflitos morais, as divergências ideológicas, as posições frente a temas diversos que orientam crenças, valores e comportamentos. A barreira ao diálogo e a perplexidade frente a esta barreira, neste sentido, é também verbalizada por P6, como se vê a seguir,

P6: *Tem momentos de ser insustentável, de eu, de me identificar de uma forma muito agressiva por não conseguir ter um diálogo.*

O que pareceu transparecer, a partir dos resultados desta pesquisa, é que na dinâmica familiar as posições políticas e ideológicas radicalizadas intensificam conflitos que culminam na impossibilidade do entendimento respeitoso. Esta impossibilidade se estende então ao próprio relacionamento interpessoal. Ao não aceitar as ideias do outro, passa-se a não aceitar o outro como um todo. Ou seja, a tensão gerada pelos posicionamentos político-ideológicos e pelas convicções que os sustentam suscitam conflitos que minam a disposição à tolerância, à compreensão e à busca do entendimento. Neste contexto, enfraquece-se a possibilidade de discussões respeitosas e construtivas e dissemina-se a rejeição, a exclusão, o ressentimento e, como consequência, semeia-se o sofrimento.

Entre as/os participantes desta pesquisa foi quase unânime o atendimento de casos que remeteram a conflitos e consequentes rupturas de vínculos afetivos, familiares e de amizade, em função de posicionamentos políticos:

P2: [...] *eu acho que apareceu mais esse reconhecimento do estranho no outro, assim, que antes era semelhante, daí você enxerga que não [...] o sofrimento de tentar conciliar a figura de alguém que se ama, mas que se detesta sua posição e por consequência se detesta uma parte da pessoa também. Conseguir conciliar a ideia de que eu odeio a pessoa que amo e a pessoa que eu amo eu também odeio.*

P4: *Não era mais só um incômodo, um desassossego, uma irritação. Não! Isso gerava um estresse de fato, que começou a adoecer os adolescentes [...]. Aquela violência, aquele preconceito acabou vindo à tona de maneira muito livre, muito autorizada, então isso trouxe um prejuízo significativo.*

P7: *[...] vi muita tristeza política, pela questão assim “ah, tem que ficar mais quieto, não dá pra falar em casa” ... ou “fico muito triste porque vai ter festa lá na casa da mãe, vai tá tudo os meus tios, e aí eu não quero estar junto porque... eles querem me matar, né? Eles querem me matar porque eu sou homossexual [...] eles querem me matar, botar eu na mão desse cara”.*

Embora o distanciamento de familiares possa representar uma solução para preservar a saúde mental, a decisão pode também criar frustrações, ressentimentos, instabilidades e fortalecimento de divergências para além daquilo que pertenceria majoritariamente ao campo político. O rompimento ativo, intencional de laços pessoais pode implicar em perdas que vão desde o apoio material até a sensação de pertencimento a um grupo estável de pessoas que se conhecem bem. Este rompimento acaba por tornar as pessoas mais suscetíveis ao adoecimento mental, visto que ele acaba atingindo relações afetivas que então se consideravam intransponíveis às intempéries e com as quais se poderia contar para enfrentar a aspereza da vida. O que testemunhamos, corroborado pelos resultados deste estudo, foi uma inversão: a política, que habitualmente se localizava como algo do campo público, invadiu o campo privado, passando a ser um fator íntimo, um fator primeiro de identificação. O período de eleições, que costumava ser um acontecimento pontual da esfera pública, tornou-se algo fundamental na esfera privada e protagonista na área da saúde, acentuando quadros depressivos e persecutórios, aumentando ansiedades e angústias e, de modo geral, desgastando a saúde mental individual e coletiva.

O recorte abaixo traz uma vivência profissional ocorrida em 2017, apontando um estranhamento com os discursos advindos de um grupo de mulheres com o qual a participante atuava:

P7: *Eu comecei com grupo de mulheres e à época já no grupo havia, em 2017, naquela época já havia alguns comentários, mas muitos comentários de cunho religioso. Isso é que me deixava bem impregnada de questionamentos. Também pela minha abordagem. E de quanto a intencionalidade de justificar qualquer crença religiosa, as mantinham muito próximas de um discurso, eu vou dizer discurso fascista porque não tem como dizer outra palavra hoje. Antes*

eu dizia um discurso conservador, hoje eu já não digo isso, porque eu entendi o quanto de sofrimento se apresentou por uma falta de consciência de si até. As pessoas passaram a não ter mais consciência delas próprias, por crenças assim, muito limitantes, muito limitantes e de muito medo, na realidade, como existiu um receio de uma inflação voltar, de uma condição de corrupção exacerbada, aquele mecanismo todo das fake news, aquela época, aquela explosão, aquela... então tem que me segurar a alguma coisa, né?

O ano de 2016 foi marcado por uma crise política intensa com o *impeachment* de Dilma Rousseff. No momento da votação que resultou na perda de seu mandato, os votos da câmara dos deputados, em especial da bancada evangélica, remeteram a ideais e valores de ordem moral, sentimentos referentes à família, à religião e à base eleitoral dos deputados votantes, somando-se a avaliação do governo e aos comentários referentes às acusações de corrupção. Do ponto de vista dos deputados favoráveis ao *impeachment* sobressaiu uma defesa de um código moral eivado de prescrições associadas à chamada *direita*, que estaria em perigo com a continuidade daquele governo. Esta tese serviu de justificativa dos votos que se consolidaram em favor da perda do mandato presidencial²⁴. Para P7, os discursos trazidos pelas mulheres sobre a crise política que ora o Brasil enfrentava centralizaram-se não somente em torno da corrupção atribuída aos governos petistas, mas também ao universo da tradição e da moral religiosa no campo política.

Uma das entrevistadas relatou um caso que colocou o desafio em lidar e acolher as angústias de sua cliente, que passou a acreditar, a partir de uma notícia veiculada em uma rede social, que o candidato da esquerda à eleição presidencial de 2018 promoveria uma política de confisco de bens:

P9: Outra situação também, mas daí do lado contrário, que talvez o que tenha me dado mais angústia também em lidar, que era uma pessoa apoiadora [de Bolsonaro], e que estava também preocupada com os imóveis dela caso o PT assumisse o poder. Então é algo assim que choca até por conta de ser uma pessoa com um histórico de gestão, uma pessoa que você imagina que tenha uma visão um pouco mais coerente, trabalhando no âmbito escolar...

O que se configura como queixa é o medo de perdas materiais caso a esquerda (re)assumisse o poder, por mais que esta noção não fosse amparada em fatos concretos, demonstrando que a polarização política favorece a produção de uma visão de realidade dicotômica e simplificada. Neste esquema, ou se aceita ou se rejeita, sem nuances, a informação

recebida, produzindo uma percepção distorcida das posições defendidas^{18, 25}. Desta maneira as realidades são obstinadamente construídas de modo a criar uma situação de insegurança.

A necessidade de reservar um tempo durante as sessões terapêuticas para falar de política foi uma das consequências, apontadas pelas profissionais, da emergência de ressignificação da realidade colocada pelo cenário de polarização:

P8: [...] *os primeiros vinte minutos ela passava xingando Bolsonaro. E aí eu considerava que era terapêutico, mas não era psicoterapêutico. E aí depois de uns 20 minutinhos eu dava uma cutucadinha e a gente entrava nas questões mais terapêuticas, no pós desabafo.*

O medo da corrosão da moral religiosa, da destruição dos valores e das tradições familiares, de ter os bens materiais confiscados, por mais que não se alicerces em dados concretos da realidade, motivam angústias, preocupações e sofrimentos e servem de sustentáculos à radicalização política. Do mesmo modo, a necessidade de pautar o atendimento psicológico em torno de queixas relacionadas à política demonstra a ocorrência do que podemos denominar de afetos políticos, os quais mobilizam demandas na clínica. Neste caso, as escutas impõem novos desafios e propiciam novas angústias aos profissionais.

3) Olhares para o futuro: os desafios de juntar os cacos de uma nação partida.

Pensar o futuro é como circular por um território desconhecido e impreciso. Contudo, a experiência das recentes crises políticas vem mostrando a radicalização da polarização como um desafio cada vez mais difícil de ser enfrentado. As/os entrevistadas/os, partindo de suas experiências na clínica relacionadas ao cenário de polarização política, não nutrem expectativas de que as repercussões que o fenômeno tomou possam, por ora, serem superadas:

P4: [...] *esses rompimentos que aconteceram, esses laços seguem rompidos. Eu sinto cada vez mais que eles têm menos necessidade de reatar esses laços ... as pessoas que tiveram um prejuízo muito grande em função dessa relação, elas não vão voltar atrás, elas não vão retroceder.*

P7: [...] *o mais problemático é a contenção. O que me preocupa nesse silenciamento é o aumento da expectativa de revide.*

P3: Isso vai perdurar por muito tempo e o pior de algumas pessoas também é o recurso à violência, e isso aí vai levar muito tempo do que só uma mudança política. Isso tá nas relações agora, né, de uma forma muito instalada, as relações sociais, nesse sentido assim, nos arranjos, nos lugares, na cidade, isso se multiplicou muito e empoderou gente de uma forma inacreditável.

As repercussões do fenômeno nas relações mais íntimas produziram rompimentos que não foram pontuais e localizados. Ao contrário, seguem sendo necessários enquanto ação insurgente, não somente contra o posicionamento do outro, mas ao que se atribui a este posicionamento enquanto causador de mágoas, de violência e de sofrimento.

Verifica-se também uma preocupação com o silenciamento que, na percepção das entrevistadas, pode ser mais problemático no que se refere às pessoas que apoiam a extrema direita. Na visão de algumas entrevistadas, na impossibilidade de significação ou de elaboração, ainda que simbólica, um revide antidemocrático violento é previsível. Alguns entendem que isto, na verdade, é o que continua acontecendo, conforme o que transparece nas redes sociais e no campo político. Este revide pode parecer silenciado enquanto ação popular nas ruas, mas, como vimos em 08 de janeiro de 2023 e subsequentemente, ele permanece em ebulição nas redes virtuais e segue efervescendo as bancadas chamadas conservadoras no legislativo brasileiro. Se a aparente normalidade democrática sobreveio com a afirmação nas urnas nas eleições de 2022, é verdade que a aposta na polarização pela extrema direita brasileira continua engajando discípulos na crença compartilhada em códigos binários, reforçando o debate público em torno de pautas morais e obscurantistas e nutrindo o imaginário brasileiro. As consequências deste período de ataques à democracia, de precarização e sabotagem aos sistemas públicos de saúde, educação, habitação e segurança, entre outros, e o escamoteamento dos direitos humanos, civis e sociais não serão facilmente revertidas. Da mesma forma não haverá facilidade na recomposição do tecido social a curto e médio prazos, haja vista os desarranjos produzidos na convivência social e na saúde mental da coletividade.

Por último, refletiu-se com as/os entrevistadas/os as estratégias que profissionais da saúde mental podem lançar mão para o enfrentamento dos efeitos causados pelo cenário de polarização. De uma forma ou de outra, as respostas dos profissionais remeteram sentidos sobre o papel político da educação e a necessidade de espaços de escutas comunitários como lugares privilegiados para que outras formas de consciência possam ser (co)construídas.

Através do diálogo entre diferentes agentes sociais é possível fazer emergir soluções para esses problemas e permitir a elaboração de formas de vida coletivas mais saudáveis. O diálogo pode ser transformador, na medida em que incorporar a voz daqueles que estão à margem das decisões da sociedade ampliando, dessa maneira, as formas democráticas existentes para superar a polarização radicalizada, calcada na ideia do inimigo comum e em lógicas antidemocráticas.

Conclusão

Este estudo visou refletir sobre o fenômeno da polarização política e suas interfaces na clínica em saúde/saúde mental, na medida em que produz sofrimento, violência e antagonismos sociais, culminando em desarranjos familiares e comunitários. Uma de suas principais limitações é que no momento da coleta de dados, entre setembro de 2022 e março de 2023, quando as entrevistas foram realizadas, o cenário brasileiro vivenciou um período eleitoral e político conturbado, de transição de poder estatal e de tentativa de ruptura democrática. A proximidade com o objeto – a polarização política – pode ter trazido dificuldades em contemplar de forma mais abrangente as complexas variáveis que envolvem o fenômeno. Por outro lado, esta mesma proximidade permitiu uma vivência intensa do fenômeno, o que pode ter potencializado positivamente a análise. De todo o modo, um estudo do tempo presente busca compreender a própria realidade, e assim também se constitui como uma forma de diálogo com essa mesma realidade, ou seja, na interlocução viva com as relações do presente.

Dito isso, entende-se que a pesquisa mereça ser aprofundada. A polarização política, antes considerada tolerável e até mesmo, por alguns, mobilizadora de diálogos fundamentais ao processo democrático, agora produz efeitos deletérios, tornando muitas pessoas mais suscetíveis ao sofrimento/adoecimento mental, exigindo dos profissionais e pesquisadores do campo da saúde compromisso ético-político para encontrar caminhos possíveis ao enfrentamento de seus efeitos.

Referências

1. Poço R, Almeida RD. Polarização em 2022 e a assimetria que poucos enxergam. Nexo Jornal [Internet]. 2021 Apr. Available from: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2021/Polarização-em-2022-e-a-assimetria-que-poucos-enxergam>
2. Rancière J. O ódio à democracia. Boitempo; 2014.
3. Bobbio N. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. 2th ed. São Paulo: UNESP; 1995.
4. Mounk Y. O povo contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras; 2019.
5. Levitsky S, Ziblatt D. Como as democracias morrem. Rio de Janeiro: Zahar; 2018.
6. Nogueira MA. Partidos, movimentos, democracia: riscos e desafios do século XXI. Journal of Democracy em Português [Internet]. 2019;8(2):23-48. Available from: <https://plataformademocratica.org/arquivos/jd-out/Partidosmovimentosdemocracia.pdf>
7. Bringel B, Pleyers G. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. Revista Nueva Sociedad [Internet]. 2015 Nov;30(88):4-17. Available from: <https://nuso.org/articulo/junho-de-2013-dois-anos-depois/>
8. Machado J, Miskolci R. Das Jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. Sociologia & Antropologia [Internet]. 2019 Sep-Dec;9(3):945-970. Available from: <https://doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>.
9. Alonso A, Mische A. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protest. Bulletin of Latin American [Internet]. 2016 Mar;36(2):144-159. Available from: <http://dx.doi.org/10.1111/blar.12470> Subscription required.
10. Miguel LF. O colapso da democracia no Brasil: da constituição ao golpe de 2016. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular; 2019.
11. Safatle V. Só mais um esforço: como chegamos até aqui ou como o país dos “pactos”, das “conciliações”, das “frentes amplas” produziu seu próprio colapso. São Paulo: Vestígio; 2022.
12. Bringel B. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: Bringel B, Pleyers G., editors. Protesta e indignación global: los movimientos sociales en el nuevo orden mundial. Clacso, 2017. p. 141–54. Available from: <https://doi.org/10.2307/j.ctv253f509.19>
13. Miguel LF. A reemergência da direita brasileira. In: O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil. São Paulo: Boitempo; 2018. P.16-26.

14. Hur DU, Sabucedo JM. Psicologia dos extremismos políticos e polarizações sociais. In: Hur DU, Sabucedo JM. Psicologia dos extremismos políticos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 2020. p. 07-15.
15. Tajfel H. Grupos humanos e categorias sociais. Lisboa: Livros Horizonte; 1981.
16. Martín-Baró I. A violência política e a guerra como causas do trauma psicossocial em El Salvador. In: Lacerda Junior F. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.
17. Blanco A, De La Corte L. Psicología social de la violencia: introducción a la perspectiva de Ignacio Martín-Baró. In: Poder, violencia e ideologia. Madrid: Editorial Trotta; 2003.
18. Lozada M. Despolarización y procesos de reparación social: los desafíos de la convivencia en Venezuela. [Internet]. Caracas: Fundación Friedrich Ebert; 2016. Available from: http://www.ucv.ve/uploads/media/Despolarizaci%C3%B3n_y_reparaci%C3%B3n_social_M._Lozada.pdf
19. Martín-Baró I. Guerra e Saúde Mental. In: Lacerda Junior F. Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.
20. Spink MJ. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez; 1999.
21. Spink MJ, Lima H. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: Spink MJ. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2013. p. 93-122.
22. Spink MJ. Linguagem e produção de sentidos no cotidiano. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; 2010. Available from: <https://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>.
23. Lozada M. Neoautoritarismo e residências sociais na Venezuela: vida cotidiana da mitologia bolivariana. In: Hur DU, Sabucedo JM. Psicologia dos extremismos políticos. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 2020. p. 147-174.
24. Prandi R, Carneiro JL. Em nome do pai: justificativas do voto dos deputados federais evangélicos e não evangélicos na abertura do impeachment de Dilma Rousseff. Revista Brasileira de Ciências Sociais [Internet]. 2018;33(96) vol. 33, n. 96. Available from: <https://doi.org/10.17666/339603/2018>.
25. Iyengar S, Sood G, Lelkes Y. Affect, not ideology: a social identity perspective on polarization. Public Opinion Quarterly, Oxford. 2012;76(3). p. 405–431.